



ECOS ANTIRRACISTAS:
Experiências educativas na Amazônia paraense

ORGANIZADORES:
JONATHA PEREIRA BUGARIM
ROSE MEIRE MELO DOS SANTOS



ECOS ANTIRRACISTAS:
Experiências educativas na Amazônia paraense

ORGANIZADORES:
JONATHA PEREIRA BUGARIM
ROSE MEIRE MELO DOS SANTOS



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

CONSELHO EDITORIAL

Drº. Antônio Cesar Matias de Lima - UEPA

Drº. Cristiano de Miranda Gomes - CREF

Drº. Márcio Brito Cerveira - FICS

Drº. Marco José Mendonça de Souza - IFRR

Drª. Maria da Conceição Pereira Bugarim - IFPA.

Drª. Rosa Maria Alves da Costa - CREF

Drª. Telma Regina dos Reis de Assis - FICS

<https://books.peleton.science/>

**Jonatha Pereira Bugarim
Rose Meire Melo dos Santos
(Organizadores)**

Edição 01

**ECOS ANTIRRACISTAS:
Experiências educativas na Amazônia paraense.**



DOI: <https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6>

E19e Ecos Antirracistas: Experiências educativas na Amazônia paraense
/ Organização de Jonatha Pereira Bugarim, Rose Meire Melo dos
Santos. — Rio de Janeiro : Peleton Science, 2024.

Il., color.

Ebook.

ISBN: 978-65-982699-0-6

1. Educação antirracista. 2. Educação. I. Bugarim, Jonatha
Pereira (org.). II. Santos, Rose Meire (org.).

372.41098121

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Jacqueline Coutinho CRB-8/9419.

SUMÁRIO

Página

CAPÍTULO 01.....	08
<i>RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.</i>	
CAPÍTULO 02.....	29
<i>EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DEBATES SOBRE ESTIGMA RACIAL EM UMA TURMA DO 2º ANO NA AMAZÔNIA PARAENSE.</i>	
CAPÍTULO 03.....	56
<i>PALESTRAS COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS COM OS ALUNOS DO EJA DE UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ.</i>	
CAPÍTULO 04.....	73
<i>PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE RACISMO, PERSONALIDADE NEGRA E A LEI 10639/2003: UMA REVISÃO DE NARRATIVAS.</i>	
CAPÍTULO 05.....	89
<i>JOGOS E BRINCADEIRAS DE ORIGEM AFRICANA COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 4º ANO EM UMA ESCOLA PÚBLICA.</i>	
CAPÍTULO 06.....	108
<i>PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 8º ANO EM RELAÇÃO AO RACISMO NA ESCOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA</i>	
CAPÍTULO 07.....	125
<i>VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS POR MEIO DA MÚSICA ENTRE UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA</i>	
CAPÍTULO 08.....	141
<i>INFLUÊNCIA DE PALESTRAS NAS PERCEPÇÕES ANTIRRACISTAS DOS ALUNOS DO 9 ANO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.</i>	

APRESENTAÇÃO

Prezados (as) leitores (as),

A implementação efetiva de uma educação antirracista requer atenção a diversos aspectos, como destacado por especialistas. Entre eles, destaca-se a importância dos professores atuarem como referência nesse processo, sendo capazes de lidar com questões raciais, desconstruir estereótipos e promover a igualdade racial em sala de aula.

Além disso, é fundamental contar com um projeto educacional sólido, que inclua políticas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnica e cultural presente na região da Amazônia Paraense. Essas políticas devem buscar a inclusão, o respeito às diferenças e a conscientização sobre as injustiças e desigualdades raciais.

Nesse contexto, é necessário que os livros didáticos utilizados estejam em sintonia com a abordagem antirracista. Os materiais empregados em sala de aula devem retratar com precisão e respeito a diversidade étnica e cultural da região, garantindo a representatividade e valorização de todas as identidades presentes.

Portanto, a realização de pesquisas sobre práticas antirracistas na Amazônia Paraense desempenha um papel crucial na formação dos professores, no desenvolvimento de projetos educacionais e na seleção de materiais didáticos apropriados. Essas pesquisas fornecem embasamento para promover uma educação antirracista efetiva e transformadora, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.

Este e-book compila uma variedade de pesquisas que abordam práticas antirracistas na educação básica. O conteúdo do e-book inclui relatos de experiências que envolvem o uso de jogos como estratégia educacional, além de palestras que exploram a utilização da música como recurso pedagógico. O objetivo principal dessas abordagens é fornecer aos educadores recursos práticos e estratégias eficazes para promover a igualdade racial e combater o racismo dentro do ambiente escolar. Ao compartilhar essas experiências e práticas bem-sucedidas, o e-book visa contribuir para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, onde todos os estudantes se sintam valorizados e representados.

Drº. Jonatha Pereira Bugarim
Organizador

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap1>

Adejanira Gonçalves de Araújo Souza¹
Leandro Pereira Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho relata uma oficina de práticas antirracistas realizada nas aulas de educação física com alunos do 6º ano de uma escola pública municipal em Melgaço, PA. O objetivo foi vivenciar experiências antirracistas e refletir sobre as contribuições dessas práticas no ambiente escolar. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando o Diário de Campo como técnica de coleta de dados, os quais foram analisados por meio da análise de conteúdo, seguindo os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Os resultados revelaram que os estudantes têm consciência do que é o racismo, porém as instituições pouco contribuem para combater essa problemática, já que os alunos desconheciam as práticas antirracistas. conclui-se que as práticas pedagógicas antirracistas são pouco trabalhadas na escola; que os alunos possuem uma percepção do que vem a ser racismo e que possuem uma compreensão distorcida do continente africano.

Palavras Chaves: Racismo, Práticas Pedagógicas Antirracistas.

1 INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas antirracistas no espaço escolar constituem o tema central do presente trabalho, uma vez que o racismo tem um impacto profundo na vida do povo negro. Através de estratégias que buscam oferecer igualdade racial e eliminar a discriminação, preconceito e opressão, as práticas antirracistas têm o potencial de criar um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso para todos os alunos. Dessa forma, tem a seguinte problemática: "Qual é o impacto das práticas antirracistas implementadas em turmas de 6º ano de uma escola pública?".

Nessa direção, tem-se as seguintes questões norteadoras. Quais são as principais práticas antirracistas implementadas nas turmas de 6º ano da escola pública e como elas são conduzidas. Qual é o impacto dessas práticas antirracistas na conscientização, atitudes e comportamentos dos estudantes em relação à igualdade racial e à promoção de um ambiente escolar inclusivo. Quais são os desafios enfrentados na implementação das práticas antirracistas em turmas de 6º ano de uma escola pública e quais estratégias podem ser adotadas para superá-los.

O objetivo geral é realizar um relato de experiências de práticas antirracistas

¹ Licenciada em Educação Física pela UEPa. e-mail:adejaniraaraujo2222@gmail.com

² Licenciado em Educação Física pela UEPa. e-mail:_leandrop25r@gmail.com

desenvolvidas em turmas de 6º ano, pertencente a uma escola pública localizada na cidade de Melgaço, situada na Ilha do Marajó. Para atingir tal propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar o nível de conhecimento dos alunos acerca do tema do racismo; proporcionar vivências dos alunos de práticas antirracistas e a compreender a percepção dos alunos sobre o entendimento de práticas antirracistas.

O artigo discute o racismo, a discriminação e o papel da educação no combate a essas questões. Também aborda práticas pedagógicas para promover a igualdade racial e destaca a importância da conscientização e do diálogo como formas de formação e transformação social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O racismo e a discriminação ainda persistem na nossa sociedade, e infelizmente essas questões se refletem de forma contundente na vida escolar. Para combater efetivamente o racismo, a educação desempenha um papel fundamental no âmbito escolar. Segundo José Vicente, doutor em Educação e reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, é necessário ir além do conhecimento da existência do racismo no Brasil; é preciso agir por meio de práticas pedagógicas, debater a problemática e investir em ações concretas para reverter essa situação (Vicente, 2018).

É essencial que as pessoas não se calem ao testemunhar atos racistas, pois a omissão pode contribuir para o crescimento dessa problemática. Entre as diversas formas de combater o racismo, destacam-se as práticas pedagógicas antirracistas. Nesse contexto, é crucial que o discurso e a prática caminhem juntos, permitindo que as crianças tenham exemplos positivos para seguir no contexto educacional. Conforme citado pela filósofa e militante Angela Davis (2018), em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista e não se acomodar diante de atos racistas.

A escola, como um espaço de diversidade, é onde surgem as primeiras experiências de racismo, mas também é onde podemos mudar essa realidade. É fundamental que os professores estejam preparados para lidar com situações de discriminação, exigindo formação e capacitação adequadas. Conforme afirmado por Farias (2014), a função da educação é transformar o aluno, permitindo que ele compreenda o mundo e se torne um agente de mudança.

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira tanto na educação pública quanto na privada. É essencial debater esses temas para construirmos uma sociedade mais justa e livre de preconceito e

desigualdade racial. Segundo o sociólogo brasileiro Fernandes (1989), a democracia só se tornará real quando a igualdade racial for efetiva em nosso país, eliminando a discriminação e a desigualdade racial.

No ambiente escolar, é comum ocorrerem desentendimentos que, muitas vezes, levam ao uso de palavras racistas, ofendendo as crianças negras. Esse tipo de situação afeta negativamente o desenvolvimento da personalidade, identidade e autoconceito dessas crianças, podendo resultar em baixa autoestima e insucesso escolar (Moreira, 2020).

O racismo precisa ser enfrentado através da interdisciplinariedade, onde são utilizados análises e metodologias de uma mesma temática por várias disciplinas. Desse modo, tal assunto é discutido e trabalhado sob diversas perspectivas, em aulas diferenciadas. Assim como em todas as aulas, também é possível enfrentar o racismo nas aulas de educação física, pois é onde mais acontecem episódios de racismo. Porém, esses episódios podem ser eliminados se o profissional de Educação Física buscar estratégias e coloca-las em prática, pois essa disciplina possui um currículo multicultural onde o aluno tem a oportunidade de se conscientizar sobre as relações e as manifestações da cultura corporal de cada um. Como Neira (2007) afirma, é dessa maneira que constatamos que a educação física proporciona ao aluno a oportunidade de buscar compreender situações de racismo e questioná-las.

Nas aulas de educação física ocorrem muitas situações de desrespeito, e os alunos acabam muitas vezes se xingando e praticando atos racistas. Como Bozi et al, (2008) afirmam que é nas aulas de educação física que o preconceito é visto claramente, especificamente quando as atividades são desenvolvidas por meio de contato físico que necessitam ser realizadas em conjunto. Nesse contexto, cabe ao professor parar a aula e fazer a intervenção, levando o aluno à uma reflexão para que reconheça a gravidade de seu ato, e somente prosseguir a aula quando houver esse entendimento e haver respeito mútuo. De acordo com Mourão, Melo e Magalhães Neto (2020), a educação física é uma disciplina que os alunos costumam gostar muito, pois se faz uso de metodologias atrativas, como jogos e brincadeiras. Sendo assim, é essencial que o educador realize essas paradas nas aulas, pois fazem efeito, já que a maioria dos alunos gostam de participar das aulas e de se envolver nas atividades.

Desse modo, é importante que os educadores façam com que as práticas antirracistas sejam incorporadas nas aulas, como por exemplo por meio da Capoeira, jogos, brincadeiras de matrizes africanas, entre vários outros conteúdos. Os profissionais

de educação devem ser antirracistas em seu exercício profissional e compreender sua responsabilidade diante desse problema. Eles têm a missão de ensinar as crianças, jovens e adolescentes a respeitar as diversidades e a ver o mundo com outras perspectivas. A formação específica e adequada do professor para lidar com a diversidade étnico-racial é de suma importância para promover a inclusão e combater a exclusão racial no ambiente escolar (Santos, 2007).

A preparação e formação dos professores são essenciais para enfrentar diversas situações em sala de aula e combater o racismo nas escolas. A existência de práticas pedagógicas antirracistas é uma maneira efetiva de criar um ambiente de respeito e inclusão. Reconstruir a representação dos negros nos contos brasileiros, por exemplo, é uma abordagem que pode gerar impacto positivo. Negrão (1987) destaca a importância de apresentar a figura da pessoa negra de forma positiva na literatura e nos livros didáticos para que as crianças negras se sintam representadas e assumam um papel ativo no processo de comunicação.

Pesquisas mostram que a representação social dos povos negros nos materiais didáticos das escolas ainda é escassa, reforçando estereótipos e a desvalorização dessas culturas. Castilho (2004) afirma que tais situações comprometem a formação tanto das crianças negras como das brancas. A educação antirracista é uma abordagem comprometida com o combate ao racismo e práticas discriminatórias, motivadas pela pertença racial, e é fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária (Tolentino, 2018).

A escola tem um papel significativo no combate ao racismo. Promover palestras, rodas de conversa e debates sobre a diversidade étnico-racial são formas eficazes de conscientizar os estudantes sobre a importância do respeito mútuo e do combate ao preconceito. A gestão escolar e os professores devem trabalhar em conjunto para criar um ambiente livre de discriminação e racismo. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir que a educação antirracista seja efetivamente implementada e transforme a realidade das escolas (Gonçalves; Júnior, 2014).

O combate ao racismo é uma luta diária, que demanda ações concretas e consistentes. É preciso ir além de projetos isolados ou eventos pontuais, incorporando práticas antirracistas em todas as atividades educacionais. A educação antirracista deve ser uma pauta da sociedade brasileira como um todo. Através da educação, é possível construir seres humanos mais empáticos, conscientes e comprometidos com a justiça social (Freire, 2000).

Em conclusão, enfrentar o racismo na escola requer compromisso, sensibilização e formação contínua dos educadores. A construção de uma educação antirracista e inclusiva é um processo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação tem o poder de mudar mentes e atitudes, possibilitando a superação do preconceito e a promoção da diversidade. É por meio do conhecimento e da ação que poderemos construir um futuro mais igualitário e respeitoso com todas as diferenças.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2017), a abordagem qualitativa busca compreender e interpretar o significado dos fenômenos sociais, culturais e humanos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos.

3.2 NÍVEL DE PESQUISA DESCRITIVA

A pesquisa é do tipo descritiva. Segundo Gil (2018), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de um determinado fenômeno, sem preocupação em estabelecer relações de causa e efeito.

3.3 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é a estratégia metodológica adotada neste estudo. Segundo Thiollent (2017), a pesquisa-ação é um processo que envolve ação e reflexão, com o objetivo de transformar a realidade em que os sujeitos estão inseridos. É uma abordagem participativa, que envolve a colaboração dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o Diário de Campo. Segundo Bogdan e Biklen (2016), o diário de campo é um registro sistemático e detalhado das observações feitas pelo pesquisador durante a pesquisa. É uma ferramenta importante para o registro das impressões e reflexões que surgem durante o processo de pesquisa.

3.5 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desta pesquisa foram os 68 alunos do 6º ano de uma escola de ensino municipal. Essa escolha se justifica pelo fato de que essa faixa etária é considerada crítica para a construção do conhecimento, e a pesquisa-ação pode contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

3.6 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo. A análise de

conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos que consiste em identificar e interpretar os significados presentes em um conjunto de dados textuais, visuais ou audiovisuais. Esta técnica foi proposta por Laurence Bardin (2011) e é amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas. Ela permite uma abordagem sistemática e rigorosa dos dados qualitativos, possibilitando a identificação de padrões e tendências presentes nos discursos dos sujeitos da pesquisa.

A análise de conteúdo foi realizada seguindo os seguintes passos metodológicos:

3.6.1 Pré-análise: Foi realizada uma leitura exploratória do material coletado, buscando identificar os temas, os núcleos de sentido e as possíveis categorias de análise. Essa etapa foi embasada nas orientações de Bardin (2011) e permitiu a construção de um quadro de referência teórico-conceitual que orientou a análise.

3.6.2 Exploração do material: Os dados foram organizados em unidades de registro, que podem ser palavras, frases, parágrafos ou capítulos, e foram codificados de acordo com as categorias de análise previamente estabelecidas. Nesta etapa, foi possível utilizar softwares de análise de dados qualitativos para auxiliar no processo de codificação e análise. A utilização de software, como o NVivo ou o MAXQDA, facilitou a organização e o tratamento dos dados, conforme as orientações de Bardin (2011).

3.6.3 Tratamento dos resultados: As unidades de registro foram agrupadas em categorias, que foram interpretadas e analisadas à luz do quadro teórico-conceitual elaborado na pré-análise. Esta etapa envolveu a identificação de padrões, tendências e contradições presentes nos dados, bem como a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa aos fenômenos investigados. A análise foi realizada com base nas orientações de Bardin (2011), permitindo uma interpretação profunda e significativa dos dados coletados.

4. FASES DA INTERVENÇÃO

Identificação do problema: Foi realizada uma roda conversa com os alunos do 6º ano para identificar a percepção deles sobre o racismo. Essa atividade foi embasada na abordagem participativa de pesquisa de Thiollent (2017). Durante a roda de conversa, foram discutidos temas como experiências pessoais, conhecimentos prévios sobre o racismo e percepções sobre as desigualdades raciais. Essa fase permitiu obter insights e direcionar as ações subsequentes.

Coleta de dados: Foi utilizado o diário de campo para registrar a compreensão dos alunos sobre o racismo. O diário de campo foi preenchido pelo pesquisador durante

a realização das atividades propostas, registrando observações, reflexões e impressões relevantes. Essa técnica está embasada no diário de campo de Minayo (2017).

Análise dos dados: A análise de conteúdo dos dados coletados foram realizadas, identificando padrões, tendências e relações entre as informações. Essa etapa permitiu compreender as percepções dos alunos sobre o racismo, as experiências vivenciadas e as reflexões compartilhadas. A análise de conteúdo foi embasada nas orientações de Bardin (2011) e contribuiu para uma interpretação aprofundada dos dados.

Planejamento da ação: Com base nos resultados da análise dos dados, foram definidas as ações de práticas antirracistas que foram desenvolvidas em sala de aula. Esse planejamento foi participativo, envolveu tanto os alunos quanto os professores e demais membros da equipe escolar. Foram discutidos temas como conscientização sobre o racismo, valorização da diversidade e promoção da igualdade. O planejamento participativo foi embasado na abordagem de Thiollent (2017).

Implementação da ação: Foram realizadas as práticas antirracistas definidas no planejamento, que incluíram palestras, rodas de conversa, atividades artísticas, exibição de vídeos e outras estratégias pedagógicas. Durante a implementação, foi feito o registro das observações e reflexões no diário de campo. Essa etapa foi embasada nas abordagens participativas de pesquisa de Thiollent (2017) e Gadotti (2012), buscando promover a participação ativa dos alunos e estimular o diálogo sobre o racismo.

Avaliação da ação: Foi realizada uma nova roda de conversa com os alunos para avaliar os resultados das práticas antirracistas desenvolvidas em sala de aula. Nessa avaliação, foram discutidos aspectos como aprendizados, impactos percebidos e sugestões de melhorias. A avaliação participativa foi embasada na abordagem de Thiollent (2017), promovendo a participação ativa dos alunos na reflexão sobre as ações desenvolvidas.

Reflexão crítica: Foi realizada uma reflexão crítica sobre todo o processo de pesquisa-ação, buscando identificar pontos positivos, desafios enfrentados e aprendizados que podem ser aplicados em futuras iniciativas. Essa reflexão foi embasada na abordagem de Freire (2019), estimulando a análise e a crítica sobre as práticas antirracistas e o papel da educação na promoção da igualdade e do combate ao racismo.

5. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DA INTERVENÇÃO

No dia 5 de junho de 2023, às 15:55, foi realizado um teste de avaliação da pesquisa em uma turma do 6º ano, com o objetivo de analisar a metodologia de aplicação.

Por meio dessa avaliação, foram identificadas falhas e realizadas melhorias na metodologia.

Em 16 de junho de 2023, foi realizada a primeira fase da intervenção na escola. Chegou-se à escola às 9:30 para organizar os recursos necessários, como materiais para palestras e rodas de conversa. O diário de campo foi utilizado para coletar os dados, registrar as observações e reflexões durante a pesquisa. Iniciou-se a atividade às 10:25, com novas turma do 6º ano.

Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa com o objetivo de identificar a percepção da turma sobre o racismo. Os alunos foram questionados sobre seus conhecimentos prévios e experiências pessoais relacionadas ao tema. Foram discutidos conceitos, impactos sociais e formas de manifestação do racismo. A participação ativa dos alunos foi incentivada, e suas contribuições foram valorizadas.

Após a roda de conversa, foi realizada uma palestra sobre o racismo. Essa palestra teve como objetivo apresentar conceitos e reflexões sobre o assunto, além de explicar sua origem, formas de manifestação e impactos na sociedade. Durante a explanação, os alunos puderam compartilhar suas opiniões e contribuições, promovendo o diálogo e o debate sobre o tema.

Ao final da palestra, foi exibido um vídeo ilustrativo que demonstrava a gravidade e a injustiça do racismo. A utilização de recursos audiovisuais, como o vídeo, é uma estratégia pedagógica que contribui para o processo de ensino-aprendizagem, estimulando a percepção visual e auditiva dos participantes (Silveira e Carvalho, 2020). Essa atividade teve como objetivo sensibilizar os alunos e aprofundar sua compreensão sobre o racismo.

Para promover a valorização da cultura africana e destacar suas contribuições para o Brasil, foi realizada uma roda de conversa sobre a influência dos povos africanos na cultura brasileira. Essa roda de conversa foi seguida da exibição de um vídeo que reforçava essa ideia, demonstrando a influência da cultura africana no Brasil por meio de exemplos como danças, músicas, religiões e culinárias. A participação ativa dos alunos foi estimulada, e suas contribuições foram valorizadas.

Durante a roda de conversa, foram discutidos e compartilhados conhecimentos sobre a história e as tradições da África, bem como sobre a influência dessas tradições na cultura brasileira. A valorização da diversidade cultural e a desconstrução de estereótipos foram temas abordados. Essa atividade teve como objetivo promover a reflexão crítica sobre a história e a identidade cultural do Brasil, contribuindo para o combate ao racismo

e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além das rodas de conversa e palestras, foi desenvolvido um jogo da trilha, que possibilitou aos alunos expressarem suas próprias visões sobre o racismo. O jogo consistiu em um percurso em que os alunos jogavam um dado e avançavam ou retrocediam de acordo com a numeração, respondendo perguntas sobre o tema quando caíam em um ponto de interrogação. O jogo foi uma atividade lúdica e divertida que estimulou a participação ativa dos alunos, promovendo a reflexão e o aprendizado sobre o racismo. Segundo Kishimoto (2003), os jogos são uma importante ferramenta para a aprendizagem, pois permitem a construção de conhecimentos de forma lúdica e prazerosa. Ao utilizar o jogo como estratégia pedagógica, busca-se estimular a criatividade e a participação ativa dos alunos, bem como promover a reflexão crítica sobre temas importantes, como o racismo.

Ao longo da intervenção, foi possível observar a compreensão e o engajamento dos alunos nas discussões e atividades propostas. Suas contribuições e reflexões foram registradas no diário de campo, enriquecendo os dados coletados para a análise.

Em 17 de junho de 2023, foi realizada a segunda fase da intervenção, onde foi realizada uma nova roda de conversa com os alunos para avaliar os resultados das práticas antirracistas desenvolvidas em sala de aula. Nessa avaliação, foram discutidos aspectos como aprendizados, mudanças de percepção e sugestões de melhorias para futuras iniciativas.

Para concluir as atividades foi exibido um vídeo de personagens negros de renome que apesar das dificuldades conseguiram superar todas elas e se ter um lugar de destaque na sociedade, em seguida realizamos a construção de um mural com diversos outros personagens negros que fizeram e fazem a diferença.

Após a conclusão das atividades, foi realizada uma reflexão crítica sobre todo o processo de pesquisa-ação, considerando os pontos positivos, os desafios enfrentados e os aprendizados adquiridos. Essa reflexão crítica contribuiu para o aprimoramento das práticas antirracistas e para a compreensão do papel da educação na promoção da igualdade e do combate ao racismo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro momento da oficina foi proposto que os estudantes conceituassem o termo racismo, com a finalidade de buscar saber a compreensão que os mesmos têm acerca da problemática. No quadro 01 a seguir, estão algumas respostas que são

consideradas racismo pelos alunos:

Quadro 1 - Compreensão sobre racismo.

COMPREENSÃO DE RACISMO CITADOS POR ALUNOS
Aluno A: Racismo pra mim é quando a pessoa chama a gente de preto e de macaco.
Aluno B: Racismo é quando alguém chama o outro de preto, fala mal da cor da pessoa.
Aluno C: É quando a pessoa é morena e o outro chama ela de negra.
Aluno D: O racismo não acontece só por causa da cor, mas também quando uma pessoa julga e se sente superior a outra, sem pensar o que o outro vai sentir.
Aluno E: Racismo é quando uma pessoa julga o outro pelo tom da Cor.
Aluno F: Racismo é quando alguém fica apelidando a outra pessoa de preto.
Aluno G: É quando alguém chama o outro de preto, de macaco, de guariba.

Elaborado pelos autores

Nesse sentido, com as informações fornecidas pelos alunos sobre a compreensão do racismo, foi possível aplicar a técnica de análise de conteúdo de Bardin para identificar padrões e categorias presentes nas respostas. Foi realizado a pré-análise, em seguida foi possível explorar o material e tratar os resultados obtidos. Na Pré-Análise, foi feita uma leitura atenta das respostas dos alunos e destacado os trechos relevantes que abordam as diferentes percepções de racismo.

Na Exploração do Material, pautado na pré-análise, foi possível identificar as seguintes unidades de registro relacionadas à compreensão do racismo:

1. Chamar alguém de preto, macaco, guariba ou fazer apelidos ofensivos, 2. Falar mal da cor da pessoa, julgar com base no tom de pele, 3. Chamar alguém de negro(a) ou moreno(a), 4. Julgar e sentir-se superior a outra pessoa, sem considerar os sentimentos do outro.

Tratamento dos Resultados:

A partir das unidades de registro, foi possível agrupá-las em categorias mais amplas:

1. Ofensas e apelidos racistas, 2. Julgamento com base na cor da pele, 3. Chamar alguém de negro(a) ou moreno(a), 4. Superioridade e falta de consideração pelos sentimentos do outro.

Essas categorias nos permitem ter uma visão geral das percepções dos alunos em relação ao racismo. Podemos observar que as respostas abrangem diferentes aspectos, desde ofensas diretas até julgamentos sutis com base na cor da pele. Além disso, alguns alunos destacaram a importância de considerar os sentimentos do outro e evitar a superioridade racial.

De acordo com a diagnose feita antes das fases de intervenção percebeu-se que

todos os 68 alunos que participaram da pesquisa tinham consciência do que era e do que se tratava o racismo, isso se comprovou nas respostas dos estudantes. Porém observou-se que as respostas dos alunos estavam sempre voltadas aos termos “preto”, “negro”, e que durante os primeiros momentos da oficina os estudantes se sentiam desconfortáveis para pronunciarem os termos, e acabavam substituindo-os por “a pessoa morena”, tanto que durante uma roda de conversa uma aluna ao relatar um acontecimento interrompeu para perguntar se ela poderia usar os termos. Então tivemos um breve diálogo sobre isso e reeducamos as expressões que eram utilizadas por muitos deles.

Percebe-se a necessidade de dialogar e esclarecer alguns pontos. Sabemos que essas nomenclaturas não são erradas, mas frequentemente são proferidas de maneira agressiva e intencional. De acordo com o autor Wedderburn (2007), a representação do racismo pode ocorrer por meio de ações violentas, agressivas e egoístas, que têm como objetivo demonstrar superioridade ou até mesmo manter a dominação de uma classe sobre a outra.

Analisou-se também que, em diversos momentos, as crianças negras sentiam-se desconfortáveis quando as palavras 'negros e negras' eram mencionadas. Isso ocorria devido à falta de conhecimento e à escassez de ações que estimulassem as crianças a se orgulharem de sua própria identidade racial, o que fazia com que interpretassem essas palavras como ofensivas.

Apesar de os alunos terem consciência do racismo, ao indagarmos sobre práticas antirracistas, notou-se que não possuíam nenhum conhecimento a respeito. Percebeu-se que apresentavam um conhecimento muito inferior ao esperado, o que pode ser explicado pela falta de ênfase na abordagem dessa problemática em muitas escolas, mesmo com a existência da lei 10.639/03. Segundo Aldenora Conceição (2014), há um corpo docente nas escolas que não está comprometido com a educação antirracista. Em sua pesquisa, a autora relata a seguinte frase de uma educadora: 'Dentro da minha sala, faço o que considero importante, e não é minha obrigação tratar do racismo, pois isso não tem nada a ver com a escola.' (J.M).

Diante disso podemos comprovar que existem profissionais da educação que não estão engajados nessa luta e isso é extremamente preocupante, pois esse descaso, intolerância e desinteresse que muitas vezes fazem esses profissionais ignorarem casos de racismo em suas aulas, se tornam mais uma barreira no combate a esse câncer que está enraizado na sociedade.

Após a palestra sobre as práticas antirracistas foi possível observar que os

estudantes conseguiram absorver esse conhecimento, pois na roda de conversa indagamos quais práticas antirracistas poderiam ser adotadas pela escola no combate ao racismo e nos surpreendemos com as respostas. No quadro 02, consta algumas respostas mais relevantes dentre as 68 respondidas.

Quadro 2 - Práticas antirracistas que deveriam ser adotadas.

PRÁTICAS ANTIRRACISTAS QUE DEVERIAM SER ADOTADAS PELA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO, NA VISÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES
Aluno A: Palestras, Aulas
Aluno B: Oficinas e Projetos
Aluno C: Conscientizando outros colegas
Aluno D: Denunciar à direção quando presenciar um colega sofrer racismo
Aluno E: Livros com personagens negros sendo os principais e livros com histórias sobre respeitar as diferenças.

Elaborado pelos autores

Na análise do quadro 02, ao aplicar a técnica de análise de conteúdo para identificar as principais práticas antirracistas sugeridas pelos alunos participantes, de acordo com suas visões, foi possível realizar as fases abaixo.

Na Pré-Análise, foi realizada a leitura das respostas dos alunos e foi destacado os trechos relevantes que mencionam as práticas antirracistas que eles consideram importantes para serem adotadas pela escola.

Nesse prumo na fase de exploração do material, pautado na pré-análise, podemos identificar as seguintes unidades de registro relacionadas às práticas antirracistas sugeridas pelos alunos: 1. Palestras e aulas, 2. Oficinas e projetos, 3. Conscientização de outros colegas, 4. Denunciar à direção quando presenciar racismo, 5. Inclusão de livros com personagens negros como protagonistas e histórias que promovam o respeito às diferenças.

Tratamento dos Resultados: A partir das unidades de registro, podemos agrupá-las em categorias mais amplas: 1. Atividades educativas formais: palestras e aulas, 2. Atividades práticas e participativas: oficinas e projetos, 3. Conscientização e engajamento coletivo: conscientizar outros colegas, 4. Medidas de proteção e ação: denunciar à direção quando presenciar racismo, 5. Representatividade e inclusão: inclusão de livros com personagens negros e histórias sobre respeito às diferenças.

Essas categorias nos fornecem uma visão geral das práticas antirracistas sugeridas pelos alunos. Podemos observar que eles enfatizam a importância de atividades educativas, conscientização coletiva e medidas de proteção e ação para combater o

racismo na escola. Além disso, eles destacam a necessidade de representatividade e inclusão por meio da literatura.

Essa observação nos permite identificar as principais práticas antirracistas que os alunos consideram relevantes para serem adotadas pela escola. Essas sugestões podem servir de base para a implementação de ações concretas no combate ao racismo e promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

Notamos que várias foram as sugestões que os alunos tiveram, e que as mesmas foram comprovações de que houve uma compreensão do que são as práticas antirracistas.

Atráves dessa experiência foi possível refletir sobre a importância de ações pedagógicas que realmente causem efeito, trazendo o debate sobre as questões raciais, mas que não se revelem apenas por meio de falas, e sim ultrapassem suas ações, pensamentos e comportamentos. Vale ressaltar que para que isso aconteça, essas ações devem ser aplicadas no cotidiano e não somente em datas cívicas.

Na realização da roda de conversa sobre a África, foi possível identificar que os alunos tinham uma visão bastante negativa do continente africano, no quadro 03 a seguir estão algumas respostas obtidas ao indagarmos o que sabiam sobre a África.

Quadro 3 – Algumas visões dos alunos sobre a África.

VISÕES DOS ALUNOS SOBRE A ÁFRICA
Aluno A: É um lugar cheio de pessoas bem negras
Aluno B: Lá na Africa existe muitos pobres, que passavam muita fome
Aluno C: Na Africa a fome é tanta que comem barro
Aluno D: Na África as crianças morrem por não ter o que comer.
Aluno E: Lá é cheio de pessoas pobres e negras que passam muita fome.
Aluno F: Na África é só sofrimento, fome e tristeza.
Aluno G: Eu que não queria morar lá na África.
Aluno H: Ainda bem que não nasci na África, lá morrem de fome sem ter o que comer
Aluno I: Necessidade é tanta que as pessoas são só pele e osso.
Aluno J: Eu assisto na televisão e vejo que é um povo que passa muita necessidade.

Elaborado pelos autores

Ao analisar as visões dos alunos sobre a África, foi importante destacar que essas percepções poderiam refletir estereótipos e generalizações que não representavam a realidade diversa e complexa do continente. Fizemos a aplicação da técnica de análise de conteúdo para identificar os principais elementos presentes nas visões dos alunos.

Na fase da Pré-Análise, fizemos uma leitura atenta das respostas dos alunos e destacamos os trechos relevantes que mencionavam as visões sobre a África, como mostra

o quadro 03.

Na fase da exploração do material, que foi baseada na pré-análise, pudemos identificar as seguintes unidades de registro relacionadas às visões dos alunos sobre a África:

1. Pessoas negras, 2. Pobreza e fome, 3. Consumo de barro por falta de alimentos, 4. Mortes devido à falta de comida, 5. Percepção de sofrimento, tristeza e necessidade extrema.

Na fase do Tratamento dos Resultados, a partir das unidades de registro, pudemos agrupá-las em categorias mais amplas:

1. Percepção racial: pessoas negras, 2. Condições socioeconômicas: pobreza, fome e necessidade extrema, 3. Consequências extremas: consumo de barro e mortes por falta de comida, 4. Percepção emocional: sofrimento e tristeza.

Essas categorias nos forneceram uma visão geral das visões dos alunos sobre a África. No entanto, é importante ressaltar que essas visões eram baseadas em estereótipos e generalizações, não refletindo a diversidade cultural, econômica e social do continente africano.

Foi fundamental promover uma educação antirracista e combater estereótipos negativos, incentivando os alunos a conhecerem a África em sua plenitude, abordando sua história, cultura, desenvolvimento e potencialidades. Isso poderia ajudar a desconstruir visões estereotipadas e a promover uma compreensão mais ampla e precisa sobre o continente.

Ao exibirmos o vídeo sobre a África e suas riquezas, de acordo o quadro 04, os alunos puderam compreender que a África não possui apenas pontos negativos, e que existe uma grande influência da cultura africana na cultura brasileira tanto na culinária, nas danças, e até mesmo nos jogos e brincadeiras, as crianças ficaram surpresas em saber que muitos dos jogos e brincadeiras que praticavam eram de origem africana.

Segundo Macedo (2015) existe uma ausência da valorização da cultura africana e afro brasileira nos ambientes educacionais. Por isso, é importante que as escolas estejam atentas a trabalhar a cultura africana, sempre valorizando e ensinando a história, e sua influência, pois o aluno reconhece a importância dessa cultura igualmente às demais, desfazendo assim todo o preconceito.

Quadro 04 - Opiniões dos alunos referente ao vídeo

<p>Aluno A: Eu não tinha o conhecimento que muitos desses jogos eram de origem africana.</p>
--

Aluno B: Achava que era só pobreza nesse País, mas até que existem muitas riquezas lá.
Aluno C: Nunca estudei sobre a origem das brincadeiras, agora sei que muitas são de origem africana
Aluno D: Assistindo o vídeo entendi que a África teve uma influência grande para o Brasil
Aluno E: Interessante saber que até na nossa culinária a África teve sua influência

Elaborado pelos autores

Com o jogo desenvolvido na oficina observamos que as palestras e rodas de conversa tiveram excelentes resultados pois os alunos souberam responder corretamente as perguntas feitas durante o jogo, conforme o quadro 05. Desse modo vemos que trabalhar com as práticas antirracistas nas escolas são essenciais e dão resultado.

Quadro 05 - Principais comportamentos observados

Aluno A: Entendimento acerca dos assuntos abordados
Aluno B: Compreensão das Práticas antirracistas
Aluno C: Compreendeu a influência e contribuições da África na cultura brasileira.
Aluno D: Ausência do desconforto em falar o termo “preto” que inicialmente era visível
Aluno E: Convicção em todas as suas respostas

Elaborado pelos autores

Na Pré-análise foi familiarizado com os dados fornecidos e identificado as unidades de registro relevantes. Abaixo estão as Unidades de Registro:

- Aluno A: Entendimento acerca dos assuntos abordados; Aluno B: Compreensão das práticas antirracistas; Aluno C: Compreendeu a influência e contribuições da África na cultura brasileira; Aluno D: Ausência do desconforto em falar o termo "preto" que inicialmente era visível; - Aluno E: Convicção em todas as suas respostas

Na Exploração do material, foi possível reler as informações fornecidas e destacar as categorias ou temas emergentes relacionados às unidades de registro. Na Categorias emergentes, foi possível definir: Entendimento dos assuntos abordados; Compreensão das práticas antirracistas; Reconhecimento da influência da África na cultura brasileira; Ausência de desconforto em falar o termo "preto"; Convicção nas respostas.

Na Codificação, foi possível atribuir um código a cada unidade de registro com

base nas categorias identificadas. Após a Tabulação, foram organizadas as unidades de registro codificadas e foi inferidas informações relevantes com base nas categorias. As Inferências e interpretações: O Aluno A demonstrou um entendimento satisfatório dos assuntos abordados no jogo sobre racismo. O Aluno B apresentou uma compreensão adequada das práticas antirracistas discutidas. O Aluno C demonstrou compreensão sobre a influência e contribuições da África na cultura brasileira. No início, o Aluno D não demonstrou desconforto em falar o termo "preto", o que pode indicar uma falta de sensibilidade ou consciência inicial em relação ao tema. O Aluno E mostrou convicção em todas as suas respostas, sugerindo um alto grau de confiança e segurança nas suas percepções e conhecimentos sobre o assunto.

Em um contexto educacional, a análise dos comportamentos dos alunos em relação ao jogo sobre racismo e práticas antirracistas fornece insights valiosos para aprimorar a abordagem pedagógica. A conclusão é que o Aluno A demonstrou um bom entendimento dos assuntos abordados, o Aluno B apresentou uma compreensão adequada das práticas antirracistas, e o Aluno C revelou compreensão sobre a influência da África na cultura brasileira. Esses resultados indicam que a estratégia de ensino utilizada foi eficaz em transmitir conhecimento e promover a conscientização sobre o tema do racismo.

No entanto, é importante destacar que o Aluno D não demonstrou inicialmente desconforto em falar o termo "preto", o que pode indicar uma falta de sensibilidade ou consciência inicial em relação ao tema. Essa observação ressalta a necessidade de abordar questões sensíveis como o racismo de forma cuidadosa e inclusiva, fornecendo um ambiente de aprendizado seguro e propício para discussões abertas e reflexões críticas.

Por outro lado, o Aluno E mostrou convicção e segurança em suas respostas, refletindo um alto grau de conhecimento e confiança nas suas percepções sobre o assunto. Esse resultado ressalta a importância de promover a autoconfiança dos alunos ao abordar questões complexas como o racismo, encorajando-os a expressar suas opiniões e se envolver ativamente nas discussões.

Utilizando essas conclusões no contexto educacional, os educadores podem reforçar estratégias que promovam o entendimento, a compreensão e a conscientização sobre o racismo, bem como criar espaços seguros para discussões sensíveis. Além disso, é fundamental incentivar a confiança dos alunos em suas próprias perspectivas e conhecimentos, estimulando o engajamento ativo e a participação construtiva nas aulas relacionadas ao tema.

Durante a oficina, propusemos a construção de um mural com imagens dessas personalidades e outras. Todos os alunos ajudaram a colar as imagens e houve até disputas para escolher quem colaria no mural algumas personalidades, como o Rei Pelé. Essas imagens são ferramentas importantes na luta antirracista dentro do ambiente escolar, rompendo com estereótipos presentes em murais educacionais.

No momento em que mostramos aos alunos o vídeo com personalidades negras conhecidas que enfrentaram o racismo e superaram adversidades, percebemos que alguns alunos negros se sentiram felizes ao assistir. Isso ressalta a importância de práticas que coloquem o negro como protagonista na escola, evidenciando que a representatividade é fundamental para o processo de identificação racial. A representatividade, mais uma vez, mostra-se essencial no combate ao racismo.

Durante a roda de conversa sobre racismo, uma aluna relatou ter presenciado uma colega ser alvo de ofensas racistas, como "cabelo de cupim" e "pretinha do gapó". Questionamos o professor sobre suas ações diante dessa situação, e a resposta foi que ele apenas pediu para o aluno parar de usar esses termos. Esse relato evidencia que alguns profissionais da educação não lidam de forma adequada com atos racistas, deixando de tomar medidas mais severas, como envolver a direção da escola ou chamar os responsáveis para um diálogo. Essa negligência contribui para a frequência desses atos, pois os alunos percebem que não serão punidos e continuam praticando o racismo. É importante ressaltar que tais atitudes e comportamentos não deveriam partir de um educador, como aponta a autora Cavalleiro (2000).

Além disso, muitas vezes os alunos não possuem conhecimento suficiente e uma compreensão complexa sobre o ato racista que cometem. Nesse sentido, cabe à instituição de ensino e aos professores buscar estratégias que permitam aos estudantes desenvolver um pensamento crítico diante dessas situações, transformando até mesmo os alunos que antes praticavam atos racistas em indivíduos que intervêm ao presenciar tais comportamentos. A formação dos profissionais de educação em letramento racial, conforme Gomes (2012), é necessária para que sejam sensíveis e reflexivos diante dessa problemática.

Quando uma escola busca qualidade de educação, é fundamental abordar as questões raciais. A experiência vivida reforça que a questão racial é fundamental na escola brasileira, e não haverá educação de qualidade enquanto o racismo estiver presente nas relações, nos materiais pedagógicos e na maneira de ensinar. Nesse sentido, a missão do professor vai além do compromisso pedagógico, sendo também um compromisso

ético. A escola deve ser responsável pela construção e ampliação do conhecimento, incluindo representações positivas sobre o povo negro, promovendo a confiança das crianças negras em si mesmas.

Infelizmente, o racismo ainda persiste, mas é importante mantermos a esperança e lutarmos para combatê-lo. As instituições de ensino, gestores e professores devem se comprometer nessa luta, pois sabemos que as crianças que sofrem racismo têm um baixo desempenho escolar. É essencial que os profissionais de educação identifiquem o problema e busquem meios e estratégias para superá-lo. Atos racistas são perigosos e têm efeitos prejudiciais para as crianças, podendo afetar negativamente suas experiências escolares e seu futuro, como aponta Cavalleiro (2000).

Portanto, se estivermos dispostos e engajados nessa luta, poderemos fazer a diferença, pois é por meio da educação que podemos combater o racismo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi descrever a experiência de implementação de práticas antirracistas com alunos do 6º ano. Inicialmente, observou-se que todos os alunos tinham compreensão do racismo, mas nenhum deles estava familiarizado com as práticas antirracistas. Em geral, consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, levando em conta observações feitas no decorrer da pesquisa, onde foi possível identificar mudanças de pensamentos e comportamentos, além disso entramos em contato com os professores das turmas que participaram do estudo, dias após a realização da pesquisa, e pelos relatos dos mesmos tivemos a certeza que as práticas antirracistas realizadas com os estudantes tiveram resultados significativos.

As atividades realizadas durante a oficina não apenas promoveram uma mudança no comportamento dos alunos, mas também proporcionaram uma nova perspectiva. Agora eles percebem o racismo como um problema social que precisa ser discutido e combatido por todos. Além disso, passaram a entender a importância de respeitar diferentes culturas e sua visão anterior sobre a África mudou completamente. Adquiriram conhecimento sobre as riquezas presentes no continente africano e as contribuições de seu povo para a cultura brasileira.

Por meio da oficina, conseguimos captar a atenção das crianças e fazê-las refletir sobre questões importantes, como o respeito à diversidade. Além disso, ampliou-se o conhecimento delas sobre a cultura africana, incluindo danças, culinária, jogos e até mesmo brincadeiras tradicionais. Os alunos ficaram surpresos ao descobrir que muitas

das brincadeiras que eles praticam atualmente têm origem africana. Consequentemente, adquiriram uma compreensão da influência da cultura africana e suas contribuições para a cultura brasileira. É evidente que a educação pode capacitar os indivíduos a refletir e combater todas as formas de preconceito. A educação é uma ferramenta eficaz no combate ao racismo. No entanto, observações de campo revelaram que, apesar da existência de leis que exigem a inclusão da história e cultura africanas e afro-brasileiras no currículo, esses temas nem sempre são abordados adequadamente nas escolas. A partir da experiência vivenciada, observou-se que a falta de conhecimento dos alunos sobre as práticas antirracistas pode ser atribuída ao fato de que essas práticas podem não estar incorporadas à rotina diária da escola.

Portanto, é necessário refletir sobre a necessidade de pesquisas para determinar se as instituições de ensino estão realmente cumprindo a lei. É crucial que esse cumprimento ocorra para combater efetivamente o racismo. Além disso, é de suma importância discutir o problema, intervir e conscientizar não apenas os alunos, mas também os próprios educadores. Muitas vezes, os alunos trazem para o ambiente escolar padrões de pensamento transmitidos de geração em geração, e os educadores podem ter crenças semelhantes. Portanto, as intervenções são essenciais para estimular a reflexão sobre seus comportamentos, atitudes e conceitos.

Vale ressaltar que os educadores precisam se engajar em discussões sobre o racismo e estar cientes de seus próprios preconceitos. No ambiente escolar, muitas situações de racismo são ignoradas, como foi demonstrado nessa experiência. Portanto, é de extrema importância ter profissionais nas instituições de ensino que não perpetuem ou apoiem indiretamente o preconceito e a discriminação. Na luta contra o racismo, são necessárias escolas e profissionais que enfrentem as injustiças cometidas contra a comunidade negra há séculos e realizem reflexões diárias, eliminando sentimentos de inferioridade e opressão associados a essa questão. É essencial que os profissionais estejam dispostos e comprometidos em formar cidadãos que respeitem a diversidade e busquem a igualdade. Em conclusão, a educação é uma ferramenta fundamental e eficaz no combate aos preconceitos, principalmente o racismo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma**

introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2016.

BOZI, L. H. et al. Educação física escolar: principais formas de preconceito. *EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n.117, fev. 2008.* <http://www.efdeportes.com/efd117/educacao-fisica-escolar-principais-formas-de-preconceito.htm>

CASTILHO, Suely Dulce. **A Representação do Negro na literatura Brasileira.** Novas Perspectivas, v.7 n°01, 2004b.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar:** racismo preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CONCEIÇÃO, Aldenora de Macedo. **GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A implementação da Lei 10.639/2003 na perspectiva da educação como direito.** Brasília (DF), 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Nov. 2018.

FARIAS, Alípio Magno Oliveira. **A educação das relações étnico-raciais: a experiência da escola estadual porto em João Pessoa/PB. 2014. 49f. Monografia** (Especialização em Fundamentos de Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9773>>

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez Editora. 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, Nilma L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educ. Pesqui. Vol 29 n°1, São Paulo, Jan/Jun, 2003.

Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, N. L. GOMES. Currículo sem Fronteiras, 12: 98-109, 2012

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2017.

MOURÃO, Nadia. MONTEIRO, Elias. NETO, Magalhães. **Rev. Psicol Saúde e Debate.** Jul., 2020:6(1): 119-135.

MOREIRA, **ensaios filosóficos**, Volume XXI-Julho/2020

NEIRA, M. G. (2007). **A cultura corporal popular como conteúdo do currículo multicultural da Educação Física.** Pensar a prática, 11(1), 81-89.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A Discriminação Racial em Livros Didáticos e Infanto-juvenis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 86-87, nov. 1987.

SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros.** Cuiabá, EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).

TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2017.

VICENTE, 2018. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-combate-ao-racismo-e-uma-luta-de-todos-entrevista-jose-vicente/>>

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.** 2007. Disponível em: <http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm>.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DEBATES SOBRE ESTIGMA RACIAL EM UMA TURMA DO 2º ANO NA AMAZÔNIA.

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap2>

Andrey Honório Gonçalves Pinto¹
Arthur Vinicius Gomes Moia²
Gleidson Siqueira Adelino³
Mylene Gabriely Almeida da Silva⁴

RESUMO

O objetivo deste relato de experiência é analisar como a implementação da lei 10.629/2003 e a promoção do debate sobre o estigma racial em uma turma de 2.º ano de uma escola pública do estado contribuem para a construção de uma educação antirracista. Dessa forma, busca-se contribuir para a construção de uma educação antirracista. O estudo adota uma abordagem mista, baseada no trabalho de Creswell (2007), com nível de pesquisa descritivo. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas. A análise de dados foi utilizada, análise de conteúdo de Bardin e a ferramenta do excel. Os resultados obtidos a partir da pesquisa demonstraram a importância da Lei 10.639/2003 e da pedagogia antirracista no combate ao racismo nas escolas. Concluiu-se que é necessário praticar uma pedagogia antirracista nas salas de aula, a fim de romper com esse paradigma e promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Educação Antirracistas, Estigma Racial e lei 10.639/2003.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, Art. 205, declara que a educação é um direito de todos e deve visar o desenvolvimento pleno da pessoa (BRASIL, 1988), ou seja, a escola é o principal meio combatador de preconceitos estabelecidos ao longo da história.

A necessidade de debates acerca do estigma racial nas escolas é preponderante para a construção de uma sociedade antirracista que visa atender as diferenças e não reproduzir o racismo que ainda opera na atualidade. Dessa forma, historicamente, considerando que o Movimento Negro “venha ser o movimento social mais antigo no Brasil, pois atua desde os primórdios do escravismo, isto é, desde meados do século XVI” (JACCOUD; BEGHIM, 2005, p. 15).

Além disso, no final do século XIX que a elite investiu em um projeto de poder baseado nos postulados do “[...] racismo científico e do darwinismo social e lançou o Brasil numa campanha nacional [...] para substituir a população mestiça brasileira por uma população ‘branqueada’ e ‘fortalecida’ por imigrantes europeus” (ANDREWS, 1991, p. 32 apudSilva; DUARTE, 2018, p. 116).

¹ Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa. E-mail: andreyhonorio1304@gmail.com

² Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

³ Acadêmico do 5 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

⁴ Acadêmica do 6 período do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa.

Nessa perspectiva, Cunha (2020) ressalta que o racismo impede que educadores/as entendam a dimensão racial como um problema histórico, estrutural e estruturalmente das relações sociais em nosso país. Diante disso, pretendemos neste artigo investigar a bagagem crítica de alunos acerca da prática do racismo e suas formas veladas dentro das escolas, juntamente com a complementação da lei 10.639/2003 como uma pedagogia antirracista em uma escola na cidade de Tucuruí-PA.

Neste prisma, surgiu a seguinte pergunta problema “Como a implementação da lei 10.639/2003 que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, promove o debate sobre o estigma racial em uma turma do 2.º ano do ensino médio na escola EEE Médio Raimundo Ribeiro de Sousa, contribuindo para a construção de uma educação antirracista?”

Este presente estudo, tem como objetivo geral analisar como a implementação da lei 10.629/2003 e a promoção do debate sobre o estigma racial em uma turma de 2.º ano de uma escola pública do estado contribuem para a construção de uma educação antirracista.

Os presentes objetivos específicos serão investigar o nível de conhecimento e compreensão sobre a lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Ou seja, analisar as percepções dos alunos em relação ao estigma racial presente no ambiente escolar. Avaliar a efetividade do debate promovido sobre o estigma racial como estratégia para fomentar uma educação antirracista na turma do 2.º ano da turma do ensino médio na presente escola.

Esta obra está dividida em cinco seções distintas. A primeira seção oferece um breve panorama sobre a lei que orienta o ensino do conhecimento cultural afro-brasileiro no contexto da educação básica. A segunda seção aborda o tema do racismo presente no ambiente escolar. A terceira seção explora a aplicabilidade da educação antirracista. A quarta seção apresenta os materiais e métodos utilizados no estudo. Por fim, a quinta seção discute os resultados obtidos e promove uma análise aprofundada sobre o tema em questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI 10.639/2003

O Brasil foi fundado a partir da confluência étnica dos povos indígenas locais, diversos povos negros trazidos da África e os colonizadores europeus portugueses, que chegaram forçadamente devido à perseguição étnico-racial (DARCY RIBEIRO, 2006).

Essa mistura de raças, culturas, valores, rituais, costumes e crenças resultou em uma sociedade diversa que demanda o reconhecimento e a preservação dessas diferentes expressões como parte integrante e natural da nossa civilização. É fundamental compreendermos que essa diversidade não deve ser vista como algo estranho, mas sim como uma prática comum a ser valorizada e mantida.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003. Essa lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino públicas e privadas. Essa medida representa uma oportunidade para que os valores e conquistas dos povos negros sejam reconhecidos e resgatados, levando em consideração a rica cultura de miscigenação existente no Brasil.

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira. Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em concordância com o exposto, ressalta-se que a concessão da lei é necessária também para o provimento do movimento artístico, movimento da própria literatura, bem como da real história brasileira, pois “a obrigatoriedade da lei que envolve a história e cultura afro-brasileira deverá ser aplicada em todo âmbito escolar, dando ênfase principalmente nas áreas artísticas, literatura e história brasileira. Além disso, todas as escolas da educação básica terão que adotar no calendário escolar brasileiro o dia “20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra” (GUEDES; NUNES; ANDRADADE,2013).

Consequentemente, torna-se visível que a partir da implementação da Lei 10.639/2003 novas formas de pensar foram estabelecidas pela sociedade, o que contribui para o entendimento de que a diferença de raça é cada vez mais minimizada e que existe diante do espaço escolar a conquista dos povos negros (FIGUEIREDO, 2012).

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 03/2004, que estabelece as "Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Essas diretrizes têm como objetivo oferecer uma educação que vá além das relações étnico-raciais, promovendo uma

sociedade democrática que valoriza a diversidade cultural existente no Brasil. Essas diretrizes visam formar cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade plural e inclusiva (BRASIL, 2004).

Como resultado, analisa-se que intensificou cada vez mais a esfera política, a saber que posteriormente uma nova lei foi sancionada, a saber, Lei 12.288/2010, para garantir à população negra a igualdade nas oportunidades e direitos, conforme descrito em seu Art. 1º: “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010).

Em sintonia com o exposto, tem-se com as leis que fomentam o ensino das relações étnico-raciais do ensino público e privado a inserção de “temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira” na grade curricular daqueles cursos que são destinados à formação dos professores. (BRASIL, 2010).

De modo a contribuir, há que se falar da manifestação de uma educação antirracista a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, onde, de forma significativa, foi criada em 2013 o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. (BRASIL, 2013). Entre os eixos fundamentais do Plano, destaca-se “Os eixos 2 -Política de formação inicial e continuada e 3 -Política de materiais didáticos e paradidáticos constituem as principais ações operacionais do Plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação”. (BRASIL, 2013).

Por outro lado, mesmo percebendo que a temática da implementação de uma lei corrobora para a igualdade, é mister que não se veja uma conquista apenas por um lado restrito, entretanto, em sentido amplo, ou seja, se estas conquistas estão sendo observadas apenas em uma determinada área restrita de uma região ou se esta abrange uma totalidade, haja vista que “as escolas pouco ou quase não trabalham essa temática, ou seja, as redes de ensino da educação básica público e privado não estão cumprindo a lei de forma efetiva, uma vez que essa contribuição seria de grande importância para alcançarmos o respeito e igualdade racial”. (AMBRAMOWICZ et al., 2012).

Além disso, ressalta-se que nem toda a sociedade situada ao redor das

fronteiras brasileiras compreenderam ou tiveram na formação de sua educação a temática das relações étnico-raciais como disciplinas de uma grade curricular ou até mesmo como uma palestra de conscientização, haja vista que a lei supracitada decorre de um período de apenas duas décadas de existência. Logo, percebe-se a falta de preparo para os futuros cidadãos do chamado “amanhã” que enfrentarão as situações problemáticas da diversidade e manifestações presentes no âmbito profissional. (MUNANGA, 2005).

A falta da aplicabilidade do ensinamento e aprendizagem de uma cultura que revela a verdadeira identidade e valor da população brasileira, não apenas caracteriza uma sociedade sem conhecimento de sua própria história, como também demonstra uma coletividade carregada por preconceito, racismo, discriminação e desigualdade, onde são desconsiderados todas as marcas e cicatrizes existentes no passado e que prevalecem até os dias de hoje, seja por fator econômico, social, histórico, político e religioso:

É fato que a sociedade brasileira encontra-se marcada pela exclusão social e pela discriminação racial. Por motivos históricos e econômicos, ao negros e índios são os grupos que mais sofrem com a desigualdade social e com o preconceito. Os indicadores socioeconômicos revelam, por exemplo, que os afro-brasileiros estão nos níveis mais baixos de pobreza e de escolaridade e de comando na sociedade. Essa situação reflete a existência de um racismo difuso, porém efetivo, com repercussões negativas na vida cotiada da população negra, em particular das crianças e dos adolescentes, que ainda não desenvolveram mecanismo suficientes de análises críticas. (A“DESKY EL AL, 2002, p. 3).

Por fim, despertar uma sociedade, seja ela no âmbito escolar ou não, para que tome posse de uma educação além dos escritos de uma lei que ampara o conhecimento das raízes que estão entrelaçadas no território brasileiro, é mais do que o necessário, pois o fato de termos apenas a promulgação de determinada lei não torna suficiente para dizer que seu registro possui plena eficácia nos moldes da realidade atual brasileira.

2.2 O RACISMO VELADO NO INTERIOR ESCOLAR: um reprodutor de estigmas.

Estigma, pode ser definido como uma discrepância entre a identidade social real de alguém, aquilo que ele é, e a identidade social virtual, o caráter imputado ao indivíduo pelos outros, ou seja, uma caracterização com base nas expectativas de como ele deve ser. Torna-se assim uma linguagem de relações e não especificamente se refere a um atributo físico, psíquico, moral, de raça, nação ou religião (GOFFMAN, 1982).

Nesse contexto, é notório que os efeitos dos estigmas sociais repercutem em muitos âmbitos da interação social, não sendo diferente no meio escolar, onde constantemente vemos a reprodução de diversos estigmas estruturais, como é o caso do racismo. Por essa razão, analisar a ocorrência do preconceito racial na escola como um

reprodutor de estigmas sociais, é uma tarefa necessária para que tenhamos noção de como combater tais práticas, mesmo quando não evidentes.

O Racismo encoberto/escondido, geralmente é mascarado pelo Bullying que são “apelidos” ou violência verbal vinculado com o aspecto: físico, psíquico e social. Entretanto, quando relacionados a tonalidade da pele ou características fisiológicas do povo negro, denúncia a realidade escolar vigente. A escola, que é um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo, acaba funcionando como mais um lugar onde o preconceito e a discriminação são desenvolvidos e alimentados (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Essa indiferença pode relacionar-se com o meio social através da verbalização de conotação segregadora. A linguagem grosseira prejudica a mensuração do racismo dentro das escolas, pois garante a reprodução dos estigmas recentes. Por isso, o reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (RIEDEMANN; STEFONI, 2015).

O Racismo nem sempre aparece de maneira explícita na escola, pois em sua maioria é velado. Os discursos que ferem a população negra podem se manifestar de forma sutil e naturalizada no ambiente escolar, como por exemplo, na falta de representatividade e valorização da cultura negra nos conteúdos curriculares e na ausência de professores negros. A educação escolar, como qualquer outra instância social, longe de estar imune a isso, contribuiu, de diferentes formas, para consolidação desse pensamento. Nessa linha de raciocínio Praxedes (2010) relata que essas práticas podem contribuir para a exclusão e violência simbólica do grupo social negro na escola.

Em virtude disso, o sofrimento, portanto, é expresso através do silêncio e do distanciamento (SILVA, 2017) Destaca-se também que a vergonha muitas das vezes impede que se denuncie experiências de preconceito racial ou mesmo que elas sejam discutidas, o que pode contribuir para a perpetuação do estigma racial. Diante disso, a necessidade de debates acerca do tema, promovendo uma educação antirracista aparada pela lei 10.639/2003, é indubitável para a promoção do combate ao racismo no Brasil.

Em 2023, a pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil”, encomendada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e realizada pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), apontou que a cada 10 pessoas que relatam ter sofrido o racismo

no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades.

Os dados da referida pesquisa, demonstram que o ambiente escolar no Brasil, ainda é um local propenso à reprodução de ideias racistas, mesmo que veladas, considerando as diversas práticas cotidianas que reforçam a visão de indivíduos em posição inferior por sua cor, ainda que atualmente haja leis e normas que visem combater o preconceito estrutural.

Sobre o racismo estrutural no Brasil, Silvio de Almeida (2019) aponta que não é possível compreender o racismo sem pensar seu funcionamento a partir das estruturas estatais, pois é por meio do Estado que se opera com a classificação e divisão de pessoas. Como exemplo disso, o autor aponta os limites da representatividade em instituições majoritariamente compostas por pessoas brancas; o exercício disciplinar e regulamentador da vida ou de sua suspensão; e a reprodução de um sistema burocrático mortífero, que se diz exceção, mas que estabelece como política o aniquilamento da população negra brasileira.

Desse modo, é perceptível que a escola, enquanto um desses ambientes propagadores da ausência de representatividade de negros, ainda fomenta práticas racistas em seu cotidiano, mesmo que não explícitas. O ensino de história, por exemplo, ainda reforça ideias de que a população negra obteve sua libertação com a Lei Áurea, assinada livre e conscientemente pela altruísta Princesa Isabel, quando na verdade os negros no Brasil, mesmo após tal fato, ainda viveram por décadas em um contexto de subordinação e ausência de direitos básicos. Essas distorções históricas ainda propagadas no ensino, implicam no reforço da invisibilidade dos problemas enfrentados pela população negra no Brasil, desde àquela época até os dias atuais.

Nesse cenário é que se dá a importância da implementação de políticas públicas educacionais que busquem rechaçar práticas pedagógicas estruturalmente racistas, como é o caso do estabelecido pela Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Ao determinar que os currículos escolares abordem os temas da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, o legislativo previu uma forma de combate ao racismo velado, trazendo a possibilidade de discutir no meio escolar, a contribuição positiva da população negra para a construção da identidade do povo brasileiro, não somente focando na

dominação e escravidão como temas principais.

Importante dizer, que a Lei 10.639/2003, nada mais é do que uma consequência do que está previsto na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como objetivo fundamental do Estado Brasileiro, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, em que pese haver previsão constitucional de igualdade entre todos, no que diz respeito ao racismo, a sociedade brasileira ainda engatinha no enfrentamento aos estigmas decorrentes dessa prática, que muitos educadores ainda negam existir no meio escolar.

Não há como negar que a escola, como ambiente social, é reprodutora de um racismo que por vezes está entranhado nas práticas cotidianas, tornando-se um racismo institucional, pois a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019). As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. (ALMEIDA, 2019)

A construção de leis que reforcem a luta social contra toda e qualquer forma de racismo, a busca por estabelecer um processo pedagógico plural, e a implementação de políticas públicas de acesso e permanência na escola para a população negra, são modos de minimizar o racismo velado que permeia o contexto escolar brasileiro, fruto da estrutura social racista que vivenciamos, marcado por desigualdades sociais, políticas e educacionais.

No entanto, nenhuma mudança ocorrerá sem o debate sobre racismo, o que deve ser, também, incentivado nas escolas. Para GOMES (2005) Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar.

Os estigmas raciais preconceituosos ainda são reforçados por muitas práticas pedagógicas, e somente a inserção de modelos educacionais antirracistas, focados na

disseminação da cultura negra, na presença de mais educadores negros e, principalmente, na busca por debater o problema do racismo velado, é que podem alterar essa realidade, no intuito de construir coletivamente formas efetivas de uma educação plural e igualitária.

2.3 APLICABILIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Para entendermos de forma mais abrangente a importância da educação antirracista, é necessário analisar, o que esse termo busca combater. Segundo Gomes (2003), o racismo está enraizado na negação do acesso da população negra à educação e, consequentemente, à produção de conhecimento, sendo a escola um espaço onde esse racismo se perpetua. Diante disso, torna-se indispensável adotar novas perspectivas, discursos e práticas, bem como posturas políticas, a fim combater efetivamente o racismo. Vale pontuar o pensamento de BERSANI (2017):

Assim, por corresponder a uma estrutura, o racismo não está apenas no plano da consciência –a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas. Trata-se de um elemento estrutural no Brasil porque formatado desde a vigência do escravismo colonial como modo de produção (BERSANI, 2017, p. 381).

A Educação afluída em uma pedagogia que implica na importância de debates, roda de conversas, estudos assertivos sobre o racismo estruturado no Brasil e a história do povo negro com suas lutas e realidade, denuncia a necessidade que a escola se abra para a diversidade racial e cultural e para as diferentes realidades vivenciadas por seus atores no intuito de não intensificar ainda mais o seu papel de (re)produtora de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos e racismo (TRINDADE, 1994).

De acordo com Silva e Santos (2020,p. 668),é fundamental que “[...]os(as) professores(as) reflitam sobre a questão da diversidade étnico-racial de modo a (re)pensarem suas práticas pedagógicas; o que remete à necessidade de que os cursos de formação docente garantam a temática da diversidade e da igualdade étnico-racial em seus currículos”.

As práticas pedagógicas visando uma educação antirracista, promove uma desconstrução da visão eurocentrica intraeducacional estabelecido desde a construção do Brasil e reproduzido nos dias atuais, principalmente como essa identidade é encoberta com a prática do racismo, refletindo uma perseguição de um passado não tão distante.

Gomes (2011) ressalta a necessidade de organizar uma pedagogia das ausências e das emergências, nas quais, respectivamente, os saberes produzidos pelo movimento negro sejam reconhecidos e as condições de superação do racismo e das desigualdades, por estes sustentadas, sejam criadas no campo da Educação.

A Educação antirracista é a metodologia aplicada para combater o racismo no ambiente escolar, buscando envolver os estudantes por meio de palestras, roda de conversa, depoimentos, teatros, além da própria história da luta negra e outras formas informativas que contrapõem um sistema reprodutor de estigmas discriminatórios. Almeida e Sanchez (2017), ressaltam que a Lei N°10.639/2003, como uma política afirmativa a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, que resultaram do longo período de escravização no Brasil.

A Escola desempenha um papel crucial nesse combate e na interrupção da prática do racismo. Dalarosa (2008), em seu texto, destaca como a educação, ao longo do tempo, serviu para moldar os indivíduos com base no que era exigido nos espaços sociais, historicamente dominados pela epistemologia dos privilegiados, negligenciando a história e a cultura do povo negro.

Diante disso, segundo a obra “Pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1987), na importante reflexão sobre o fato de que ninguém liberta ninguém, tampouco se liberta sozinho, porque os homens se libertam em comunhão. E realça ainda que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

É comum, dentro das salas de aula abordarmos figuras históricas importantes que contribuíram para os rumos da humanidade, dentro de uma abordagem antirracista, pode-se consolidar lideranças da luta negra como uma figura de representatividade, buscando para o público presente os feitos de um povo que foi subjugado e que hoje busca direitos iguais que são negados da mesma forma que no passado. Portanto, há uma barreira construída historicamente em relação ao negro, em contrapartida, concebido como modelo universal de humanidade, o branco é visto como o padrão de referência, econômico, social e político. Este modelo de branquitude gera uma espécie de pacto fundamental para a manutenção das desigualdades raciais no Brasil (Bento, 2014).

É indubitável que para alcançarmos uma igualdade racial, da qual não seja uma ideia utópica precisamos de professores norteados pela Lei 10.639/2003 e a abordagem praticada dentro das salas de aula de cunho antirracista, para aprimorar a criticidade do alunato para então interromper a reprodução do racismo nas escolas. Nesse sentido, é imprescindível, para a implementação da Lei 10.639/03, a execução de estratégias voltadas para a formação docente alinhada a perspectivas interculturais/multiculturais/antirracistas; ações articuladas para a reorientação dos currículos pedagógicos; e, em um plano mais geral, o enrijecimento de fiscalização do dispositivo legal pelas instâncias governamentais (REIS; CALADO, 2020).

3.0 MÉTODO

TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de abordagem mista, caracterizado como um relato de experiência. Segundo Creswell (2007), essa abordagem busca esclarecer o objetivo de unir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo, incluindo métodos múltiplos de coleta de dados e formas diversas de análise. Além disso, para embasar teoricamente o estudo, foram utilizados periódicos como fonte de dados, tais como a Revista Coca, Práxis Educativa, Motrivivência, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista em Favor de Igualdade Racial do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Revista Ensaio e Pesquisas em Educação e Cultura educativa. Essa coleta de dados abrangeu o período de 2019 a 2023 e utilizou descritores como "Educação Antirracista", "Estigma Racial" e "Lei 10.639/2003".

No tópico 2.1, intitulado "A lei 10.639/2003", foram realizadas coletas de dados bibliográficos com o objetivo de abordar a importância da implementação dessa legislação. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Por meio dessa lei, busca-se promover a igualdade, o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural presente no Brasil, proporcionando uma educação mais inclusiva e consciente da contribuição dos povos afrodescendentes para a formação do país.

B - NÍVEL DA PESQUISA EXPLORATÓRIO

A pesquisa adota o nível exploratório. Segundo (WHITR e ROTH, 2009) “a pesquisa exploratória, a qual em geral é conduzida sem que o pesquisador conheça ou tenha forte domínio sobre o que está pesquisando”. Que tem como objetivo preencher

lacunas de informações que estão faltando em um estudo.

C - LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida em uma escola pública do interior do Estado do Pará, a saber, EEEM Deputado Raimundo Ribeiro de Souza, localizada na cidade de Tucuruí, Sudeste do Pará, precisamente na turma do 2º EG5.

D - POPULAÇÃO E AMOSTRA:

A população-alvo deste estudo consiste em um grupo de 25 indivíduos com idades entre 15 e 18 anos, incluindo ambos os sexos (masculino e feminino). Esses indivíduos foram selecionados como amostra para participar da pesquisa.

E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O meio de obtenção de dados é um questionário estruturado composto por 10 perguntas de resposta fechadas e com alternativas. Segundo a definição fornecida por Autor (ano), o questionário é caracterizado como Hair et al. (2014) ressaltam que desenvolver questionários é um processo sistemático de atividade lógica. Isto porque um bom questionário deve refletir decisões dos pesquisadores sobre como os dados serão coletados e analisados

Em seguida, foi aplicado um formulário que continha 10 perguntas, para alunos que queriam se expressar através da escrita. os alunos que queriam se expressar através da escrita, alunos que queriam se expressar através da escrita.

F - ANÁLISE DE DADOS:

A avaliação dos dados será conduzida utilizando a plataforma CANVA como ferramenta analítica. De acordo com Conceição (2022), o canva é definido como uma plataforma de recurso para a construção de designers, conteúdos infográficos entre outras funcionalidades, tornando-o eficaz para profissionais e amadores.

G - ASPECTOS ÉTICOS:

Segundo a abordagem da pesquisa, é de extrema necessidade adotar as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016, a qual prevê a condução de estudos envolvendo seres humanos. Será devidamente obtido o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes por meio da utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente documento será redigido de maneira clara e acessível, fornecendo informações pormenorizadas acerca dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios inerentes à pesquisa.

Os participantes serão oportunizados a formular perguntas e esclarecer eventuais dúvidas antes de firmarem o TCLE, assegurando, assim, que seu consentimento seja

prestado de forma voluntária e informada. A privacidade e a confidencialidade dos participantes serão rigorosamente preservadas, bem como a segurança e a integridade dos dados coletados. Ademais, a pesquisa será submetida à apreciação e à aprovação prévia de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo-se, desse modo, a conformidade com as normas éticas estabelecidas na mencionada resolução. Portanto, o respeito aos direitos inalienáveis e ao bem-estar íntimo dos participantes é de suma importância na totalidade da pesquisa.

4.0 RESULTADOS

4.1 ÁUDIO TRANSCRITOS NO DEBATE:

“O racismo tem a base mais familiar, acho que na escola acontece muito isso por conta dos problemas familiares e como a pessoa é criada. Então a escola ensina sobre a cultura negra, história dos escravos. A gente participa do dia 20 de novembro, semana passada teve o desfile da (beleza negra). É estudado, ensinado. Porém na escola acontece mais por casos de como fomos criados.

“Os negros são citados quando o assunto é escravidão, eles não falam mais sobre os negros hoje em dia, o que eles trazem para a nossa sociedade, eles falam mais sobre o passado (Aluno A).”

“A minha visão é que muitos que tem a cota, eles se apropriam. Nós sabemos que o racismo não só ser negro, também tem sua etnia. Muitas vezes não se sabe se aquela pessoa de pele branca tem descendentes: indígenas, ou africanas. Então, muitas das vezes só pela pessoa ter a cota por uma descendência e ter uma condição boa. “

A partir das análises abordadas pelo levantamento da literatura, buscou-se compreender o papel escolar no combate do racismo, como a lei 10.639/2003, funciona através de uma pedagogia antirracista e suas aplicada nas salas de aula. Compreende-se, que a forma aplicada pelo estudo considera que o seminário proposto, juntamente com o formulário, intensificou um olhar abrangente sobre o racismo velado nas escolas.

Além disso, observou-se que a abordagem utilizada no ambiente escolar promoveu um debate significativo quanto ao respeito à diversidade e a valorização da cultura afro-brasileira, corroborando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os participantes relataram uma maior consciência das desigualdades raciais e uma mudança de atitudes em relação ao tema, evidenciando a importância do trabalho educativo nesse contexto.

No entanto, também foram identificadas algumas limitações, como a resistência

de alguns alunos em abordar questões relacionadas ao racismo e a limitação de recursos didáticos adequados que poderiam ser utilizados de forma mais proveitosa. Esses desafios destacam a necessidade de investimentos na formação continuada de professores e no trato cotidiano desse assunto no ambiente escolar.

Em suma, os resultados obtidos a partir das análises demonstram que a lei 10.639/2003 e a pedagogia antirracista têm um papel fundamental no combate ao racismo nas escolas, podendo ser observado com maior transparência nas falas de alguns alunos durante o debate em sala de aula. Outro ponto interessante é o entendimento do Aluno B, que afirma:

“O racismo tem a base mais familiar, acho que na escola acontece muito isso por conta dos problemas de como a pessoa é criada.” Aluno B

Em suma, os resultados analisados indicam que a implementação da Lei 10.639/2003 e a adoção de uma pedagogia antirracista desempenham um papel crucial no enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Essa influência pode ser observada de maneira mais evidente nas contribuições verbais de alguns alunos durante os debates em sala de aula. Além disso, destaca-se o comentário do Aluno B, que sugere que o racismo tem suas raízes na esfera familiar, e que a escola muitas vezes se torna um espaço onde esses problemas se manifestam devido à forma como as pessoas são criadas.

O primeiro conceito de racismo, proposto por um aluno, diante do debate, é evidenciar a importância da família na construção do caráter íntimo, e que o racismo deve ser pauta nas conversas familiares, principalmente na luta contra um estereótipo racial. Pode-se citar, que de acordo com a vivência posterior da família, o indivíduo compartilhará esses valores adquiridos enquanto um ser que está em uma constante construção de seus valores.

Esses “costumes” absorvido, realçará na escola, pois a forma de tratamento com seus colegas, permitirá se o campo familiar está transferindo o racismo pelo comportamento. Com isso, o papel escolar será o lugar onde os pré-conceitos serão desmitificados e assim ter possibilidades de igualdade articulada com a diversidade racial:

Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais. (GOMES, 2008, p. 70).

Nesse sentido, outro fala que pode-se destacar é sobre o Aluno C que, relata:

“Então a escola ensina sobre a cultura negra, história dos escravos. A gente participa do dia 20 de novembro, semana passada teve o desfile da beleza negra. É estudado e ensinado.”

Nesse contexto, é relevante destacar a contribuição do Aluno C, que relata sua percepção sobre a abordagem da cultura negra e a história dos escravos na escola. Segundo sua fala, a escola oferece ensinamentos e estudos relacionados a esses temas, evidenciados por eventos como a celebração do dia 20 de novembro e o recente desfile da beleza negra. Essa afirmação ressalta a importância da escola em proporcionar um ambiente educacional que valoriza e ensina sobre a cultura e a história dos afrodescendentes.

Verificou-se, conflitos no espaço escolar em relação a temática do racismo, pois a metodologia aplicada não se encontra nos parâmetros proposto pela pedagogia antirracista concreta. A temática sobre o povo negro é tratada na chegada do mês de novembro, isso denuncia que a elaboração da luta negra é restringindo por um breve mês, Cavalleiro(2005) reflete que:

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negro e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. (CAVALLEIRO, 2005, p. 11)

O aluno D relata que:

Os negros são citados quando o assunto é escravidão, eles não falam mais sobre os negros hoje em dia, o que eles trazem para a nossa sociedade, eles falam mais sobre o passado. Aluno D

O aluno D expressa uma preocupação em relação à abordagem dos negros na escola, mencionando que eles são frequentemente citados apenas em relação à escravidão, enquanto pouco é discutido sobre a contribuição dos negros na sociedade contemporânea. O aluno ressalta a importância de também abordar as realizações e a relevância dos negros no presente, em contraste com um enfoque predominantemente voltado para o passado histórico. Essa reflexão do aluno D destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente e atualizada sobre a temática racial na educação.

A relação de causalidade de que o papel do negro foi somente ser escravo, transfigura o tempo, pois cria uma mentalidade de que o povo negro não é capaz de estarem em uma ocupação privilegiada: como a presidência de um país ou de ganhar um prêmio Nobel, ser apresentador de um jornal. A parte sofrida, evidenciada na colocação

do aluno, se remete a maioria dos livros didáticos que não mostra a ocupação das figuras negras atuais, conforme estabelece, Munanga(2020):

Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiravam. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre as duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. (MUNANGA, 2020, p. 22).

Por isso, a forma como os europeus tinham dos negros no passado era de exploração, atualmente o enfoque está em restringir as conquistas do povo negro em diversos espaços sociais.

Muitas vezes não se sabe se aquela pessoa de pele branca tem descendentes: indígenas, ou africanas. Então, muitas das vezes só pela pessoa ter a cota por uma descendência e ter uma condição boa. Aluno E

O Aluno E levanta uma questão relevante ao mencionar que, muitas vezes, não é possível identificar a ascendência de uma pessoa de pele branca, seja ela indígena ou africana. Ele aponta que, em alguns casos, uma pessoa pode se beneficiar de políticas de cotas por ter uma ancestralidade que lhe conceda esse direito, mesmo que aparentemente possua uma condição socioeconômica favorável. Essa reflexão ressalta a complexidade da identificação racial e a necessidade de considerar diferentes aspectos ao implementar políticas de ação afirmativa, levando em conta não apenas a aparência física, mas também a herança étnica e a diversidade de experiências individuais.

A Discussão sobre as cotas não está somente decorrente a descendência de um indivíduo, mas a disponibilidade da educação no Brasil em relação ao povo negro e dos povos indígenas, vale ressaltar que é uma lei da qual se aplica com objetivo de combater o racismo e a exclusão social. Para isso, as cotas são importantes para uma política de inclusão, oferecidos pelo Governo Federal através da Educação. A cota é um mecanismo de visibilidade perante a uma sociedade pautada pela hierarquização. Segundo Gomes (2017, p. 94), “[...] a identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual”, e as cotas raciais vêm fazendo esse movimento e, aos poucos, “[...] a negritude começa a ser percebida socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade” (GOMES, 2017, p. 94-95).

4.2 FORMULÁRIO-RESPOSTAS

Nesta seção teórica será apresentado as questões utilizadas na pesquisa, conforme a figura 01, e suas respectivas respostas.

Formulário de perguntas

- 1) O que é racismo?
- 2) Você considera que a escola em que estás matriculado promove efetivamente o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido pela lei 10.639/2003?
- 3) Quais os tipos de educação antirracista você já participou no interior escolar?
- 4) Quais os personagens negros você considera como identidade pela luta contra o racismo?
- 5) Você acredita que o uso de "apelidos" inapropriados relacionando a cor de pele pode promover um humor pejorativo, sendo vinculado como racismo velado?
(SIM)
(NÃO)
- 6) Você já foi vítima de Racismo?
(SIM)
(NÃO)
- 7) Como você define estigma racial dentro do ambiente escolar?
- 8) Através da Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista?
- 9) Como o racismo afeta as pessoas negras?
- 10) Você sabia que existe uma lei que dentre outros aspectos institui o dia 20 de novembro como data para abordar o Dia da Consciência Negra?

Figura 1 - Fonte autoria própria.

1) O que é Racismo?

Tabela 1 - Fonte autoria própria.

Alunos	Respostas
Indivíduo "A"	Racismo é uma diferença que as pessoas brancas fazem com as negras, além de fazer piadas de mal gosto.
Indivíduo "B"	É o ato de ofender alguém pela sua cor, seja branca ou negra
Indivíduo "C"	Racismo é um crime feito com as pessoas, por conta da sua diferença de cor de pele
Indivíduo "D"	É sentir que se é de uma raça superior, tratando pessoas de outras etnias com discriminação
Indivíduo "E"	Racismo é o preconceito praticado contra pessoas com base na cor de pele.
Indivíduo "F"	É, acima de tudo, um crime. É também um preconceito com culturas e pessoas pretas/índigenas
Indivíduo "G"	Não Respondeu

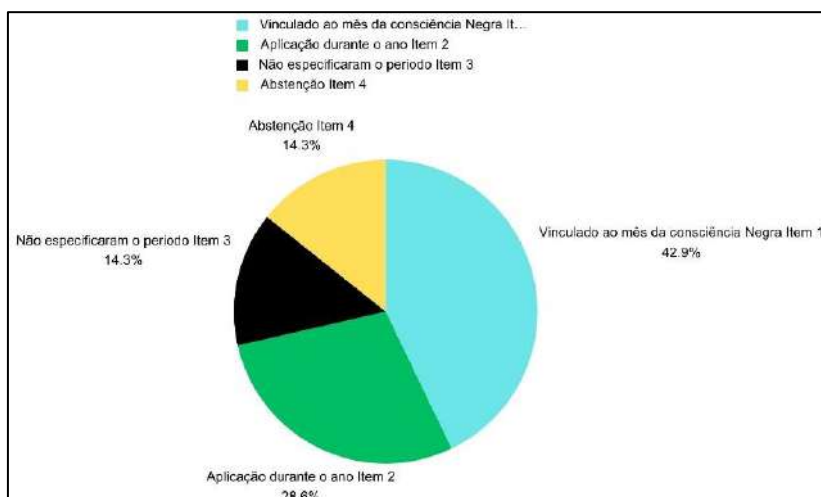
Conforme a tabela demonstrada, percebe-se que há diversos conceitos acerca do que de fato "é Racismo?". Embora, partem de um mesmo pressuposto, de que é uma prática totalmente vinculada a cor de pele que tem em seu padrão o sentimento de superioridade em relação ao povo negro, e com isso tomam a liberdade de ofender o próximo de diversas formas.

Por conseguinte, os indivíduos A, D e E demonstram que o racismo é acomodado pela indiferença e quem o pratica está cometendo um crime, conforme exposto pelos indivíduos C e F. Diante disso, "(...) O racismo é, portanto, uma desumanização e uma

negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda, que apenas a mobilidade social não resolve” (MUNANGA, 1996, p.223).

2) Você considera que a escola em que estás matriculado promove efetivamente o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido pela lei 10.639/2003?

Gráfico 1



Fonte: autoria própria

De acordo com os dados retirados por meio do gráfico acima, demonstra que a reflexão com a didática escolar promovida pelo corpo docente, estabelece que as práticas antirracistas estão de acordo com a lei proposta e que promovem eventos destinados a esse tema, mesmo que esteja somente restringido ao mês da consciência negra. O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (RIEDEMANN; STEFONI, 2015).

3) Quais os tipos de educação antirracista você já participou no interior escolar?

Tabela 2 - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Projetos sobre índios na Amazônia
Indivíduo “B”	Nenhum, é algo que pode ser melhorado na escola.
Indivíduo “C”	tivemos na quadra para opor o racismo
Indivíduo “D”	Nenhuma resposta
Indivíduo “E”	O estudo sobre diferentes culturas, raças e entendimento sobre seus costumes
Indivíduo “F”	Nenhuma resposta
Indivíduo “G”	Não Respondeu

De acordo com o exposto, mesmo que os alunos entrevistados sejam da mesma turma, as vivências de cada relato são antagônicas entre si. Apenas os indivíduos A, C e E, sustentam o pressuposto que a o espaço onde estudam teve práticas antirracistas. Por isso, as escolas devem promover: debates, rodas de conversas, depoimentos, palestras. Todas voltadas em uma abordagem antirracista, para então romper a estrutura da superioridade racial imposta no passado. No Brasil, foi desenvolvido e consolidado o racismo estrutural pautado na superioridade racial da cultura branco-europeia, que desvaloriza as culturas minoritárias, como a cultura africana constituinte da nossa cultura (POMIN; CAFÉ,2020).

4)Quais os personagens negros você considera como identidade pela luta contra o racismo?

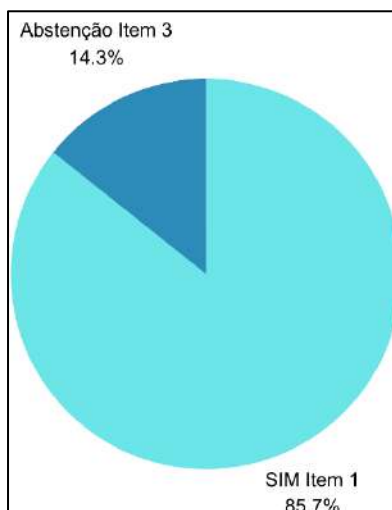
Tabela 3 - - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Não conheço nenhum
Indivíduo “B”	No brasil, principalmente não há fortes personagens, porém há rapper Djonga e e as ideologias da deputada Marielle Franco
Indivíduo “C”	Não considero nenhum, porque não sou profundamente no caso.
Indivíduo “D”	Nelson Mandela e Marielle Franco
Indivíduo “E”	Super Choque e Miles Morales.
Indivíduo “F”	Um personagem de “Orange is the new black”
Indivíduo “G”	Não Respondeu

A construção de uma identidade negra é tardia, por conta do estereótipo imposto ao longo dos anos. A gama de personagem negros está totalmente vinculado com a mídia, percebe-se que o indivíduo B e D citam a ex-Deputada Marielle Franco, importante figura na área da defesa de minorias e representante das causas raciais do aspecto político no Brasil. Embora, obtivemos os indivíduos A e C sem reconhecimento dos personagens negros no país, enquanto indivíduo E e F relacionam personagens fictícios no mundo televisivo. O Empoderamento através da representatividade será alcançado quando o sistema educacional entender suas potencialidades sociais, pois “quem está despreparada, na verdade, é a Escola. É necessário que ela deixe de ser um obstáculo a mais e prepare-se para superar os preconceitos e conviver com a diversidade humana”. (SILVA Jr. 2002, p. 58)

5)Você acredita que o uso de “apelidos” inapropriados relacionando a cor de pele pode promover um humor pejorativo, sendo vinculado como racismo velado?

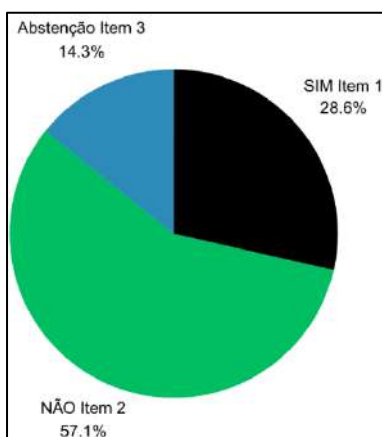
Gráfico 2



Em meio a troca social recorrente no ambiente escolar, a normalidade no trato interpessoal pode ser um caminho desagradável, a partir do momento em que os “apelidos” tornam-se diários, relacionando a cor de pele com algo pejorativo, para minimizar essa prática, geralmente é vinculado com o bullying, embora seja o racismo velado em questão. No gráfico acima 85,7% dos alunos entrevistados acreditam que existe uma ramificação do racismo através de piadas. Pereira (2011), enfatiza que o racismo velado é aquele que se faz presente em atos disfarçados e sutis, onde o agressor muitas vezes não percebe que está ferindo os direitos e a honra da vítima.

6) Você já foi vítima de Racismo?

Gráfico 3



Segundo o dado exposto, a maioria dos entrevistados não sofreram Racismo, seja ele no interior escolar ou em outro espaço social. Diante do exposto, é significativo destacar que mesmo que a maioria dos entrevistados não tenham sido vítimas do racismo, carece o direcionamento e a atenção para aqueles que já sofreram a prática. Onde segundo Matos; França (p.2, 2023), a educação brasileira está firmada na falta de debates que

levem a discussão da temática no planejamento escolar, interrompendo a progressão de relações mais significativas entre os indivíduos.

7) Como você define estigma racial dentro do ambiente escolar?

Tabela 4 - Fonte autoria própria

Alunos	
Indivíduo “A” Indivíduo “B” Indivíduo “C” Indivíduo “F”	Nenhuma resposta
Indivíduo “D” Indivíduo “E”	Definido por “piadas racistas”, “humor”

A tabela da questão número 7 (sete) demonstra a percepção dos alunos referente a definição ou conceito do “estigma racial” dentro do ambiente escolar. Conforme a tabela, apenas os indivíduos D e E responderam à questão, onde defiram o estigma racial, como, por exemplo, “piadas racistas” e “humor”. Percebe-se, então, que houve déficit de respostas a serem analisadas, uma vez que 4 (quatro) indivíduos de um total de 6 (seis) não responderam com êxito a pergunta proposta, onde não houve “nenhuma resposta”. Pressupõe que a inexistência das respostas seja caracterizada por dois motivos: os alunos não responderam por motivos de conveniência ou oportunidade; os alunos não sabiam o real significado da expressão “estigma racial”, sendo este último fator também atrelado na ideia de que as escolas pouco ensinam sobre a temática. (AMBRAMOWICZ et al., 2012).

8) Através da Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista?

Gráfico 4



Fonte: autoria própria

Observa-se através do gráfico da questão número 8 (oito) que a Lei 10.639/2003 é fundamental para a promoção de uma educação antirracista, embora haja 20% de abstenção nas respostas, o que significa uma minoria. A educação antirracista é aquela

pautada na igualdade dos diversos povos, culturas e costumes, onde o pensamento do homem é transformado e este é capaz de agir em não negligenciar a história do povo negro. (DALAROSA, 2008).

9) Como o racismo afeta as pessoas negras?



Fonte: autoria própria

Quanto à pergunta de número 9 do formulário, que indaga: “Como o racismo afeta as pessoas negras?”, observou-se uma certa dificuldade em descrever os danos que podem causar nas pessoas que sofrem o racismo, destacando palavras comuns de serem ouvidas quando trata-se desse tema. A raiva surge como uma resposta natural diante das situações de preconceito e discriminação que são enfrentadas cotidianamente. O desprezo, resulta da marginalização e do tratamento inferiorizado que muitas vezes são direcionados às pessoas negras. A vergonha, quando a pessoa é alvo de estereótipos negativos que são impostos pela sociedade. A autoestima pode ser prejudicada, pois o racismo pode corroer a confiança e a valorização pessoal, levando a internalização de ideias de inferioridade.

Diante dessa observação, vale ressaltar que as consequências do racismo não se limitam apenas a aspectos emocionais e psicológicos, mas também afetam diversos aspectos da vida das pessoas negras. O racismo pode ter impactos no acesso a oportunidades educacionais, empregos e moradia, restringindo o desenvolvimento pessoal e profissional.

10) Você sabia que existe uma lei que dentre outros aspectos institui o dia 20 de novembro como data para abordar o Dia da Consciência Negra?

Tabela 5 - Fonte autoria própria

Alunos	Respostas
Indivíduo “A”	Sim
Indivíduo “B”	Sim, é o único dia que o Brasil se recorda de suas origens
Indivíduo “C”	Nenhuma resposta
Indivíduo “D”	Nenhuma resposta
Indivíduo “E”	Nenhuma resposta

Indivíduo “F”	Sim.
Indivíduo “G”	Não Respondeu

Neste item extraiu-se a resposta do indivíduo B “*Sim, único dia que o Brasil se recorda de suas origens*”. A crítica, onde aponta que são poucos os dias que o Estado brasileiro se propõe a fazer alusão a Consciência negra e outras datas comemorativas em relação ao assunto em pauta, o que nos retoma da luta de Palmares, por tanto tempo negligenciada na história do Brasil, consistiu um importante pilar na constituição do Movimento Negro contemporâneo, assim como de diversas outras organizações afro-brasileiras, recontando e reescrevendo esse passado para que pode-se ser reconhecido hoje no futuro (NASCIMENTO, 1980, p. 157).

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a lei 10.639/2003 é indubitável para a promoção do combate ao racismo nas escolas, entretanto a forma como essa lei é aplicada é errônea, pois permite que o estereótipo do povo negro esteja sempre orbitando a: escravidão, sofrimento e dor. Outrossim, não demonstrando aos alunos as conquistas deste mesmo povo atualmente.

A Pauta racial deve ser estimulada por diversos campos sociais: No seio família, no espaço escola, na sociedade e o Estado como orquestrador da igualdade. Portanto, a união desses setores é primordial para o enriquecimento da cultura negra e o combate ao racismo.

A Forma como o racismo se expressar atualmente, continua de forma velada, com a ausência de punição para seus praticantes e acompanhada com o “desconforto” da vítima em se expressar. A escola por sua vez, necessita de um olhar abrangente sobre este empecilho que na maioria das vezes é negligenciada.

Torna-se evidente, que a construção de uma igualdade racial, vem por meio na intervenção encolar, através de um ensinamento no interior escolar, desde os professores nas salas até os gestores escolares, para organizar um sistema que permeie e identifique o racismo velado.

Por fim, há necessidade da promoção de uma pedagogia antirracista nas salas de aula para a quebra desse paradigma. Dessa forma, a lei 10.639/2003 será realmente praticada, e assim a escola deixará de ser um reprodutor de estigmas gradativamente.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. Ministério da Educação, São Paulo, p.1- 220, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, M.A.B.; SANCHEZ, L.P. **Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Proposições, Campinas, v. 28, n.1 (82),p. 55-80, jan./abr. 2017.DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141> .

BORGES, Edson et al. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, I.;

BENTO, M. A. S. (orgs.)**Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Revista Educação em Perspectiva**. Viçosa, v.8, n.3, p. 380 –397, set./dez. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil.Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, 2005

BRASIL. Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985,e10.778, de 24 de novembro de 2003**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECADI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto /**

John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CONCEIÇÃO, Neandro Costa. **AS FERRAMENTAS EDUCACIONAIS DIGITAIS: CANVA, GOOGLE FORMS E PADLET COMO RECURSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.** 2022. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialista em Informática na Educação, Centro Tecnológico, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

CUNHA, D.A. da. (org.). **Educação, negritude e interculturalidade: pesquisas e contribuições metodológicas.** Castanhal: Editora DAC, 2020.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Maranhão, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média negra: Trajetórias e Perfis.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.1-2012, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar; 1982.

GOMES, Nilma. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In **Superando o Racismo na escola.** Org. Kabengele Munanga. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. **O desafio da diversidade.** In: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11-26.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 23, p. 75-85, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782003000200006>.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Candau (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-Americana de História.** v.2, n.6, p. 422-430, 2013.

HAIR JR, Joseph F. et al. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing.** 3ª Edição. AMGH

Editora, 2014.

INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM. **Percepção sobre o racismo**, 2023. Pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil”. Disponível em: <<https://percepcaosobreracismo.org.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JACCOUD, L. B. de; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_desigualdades_raciais_brasil.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MATOS, Patrícia Modesto; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Racismo e escolarização: formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. *Revista Contexto & Educação*, v. 38, n. 120, p. e10888-e10888, 2023.

MUNANGA, K. **As facetas de um racismo silenciado**. IN SCHWARCZ, Lilia. Moritz; Queiroz, Renato da Silva (org.) *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP: Estação ciência, 1996.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

MUNANGA. Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TEIXEIRA, Elisa Ferreira. ABDIAS NASCIMENTO E O PAN-AFRICANISMO: dizeres, saberes e experiências no autoexílio (1968-1981). In: **II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste-“Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas**. 2019.

PEREIRA, Tatiane. **O Racismo Velado**. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/13-05-2018/racismo-velado.html>> Acesso em: 13 de dez. de 2024.

POMIN, F.; CAFÉ, L. S. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. *Florianópolis: Motrivivência*, v. 32, n. 63, p. 01-23, 2020.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar**. In: COSTA, Luciano Gonsalves (Org.). *História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais*. Maringá: Eduem, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, Diego dos Santos; CALADO, Maria da Glória. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos do Aplicação**: Pesquisa e Reflexão em Educação Básica, Porto

Alegre, v. 33, ed. 2, 2020.

RIEDMANN, A.; STEFONI, C. Sobre el racismo, su negación y las consecuencias para una educación anti-racista en la enseñanza secundaria chilena. Polis, Santiago, v. 14, n. 42, p. 191-216, 2015.

SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002. 96 p.

SILVA, Ana Célia. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, R.T.C.; DUARTE, A. Um longo caminho: a aprovação da lei 10.639/03 como fruto da luta do movimento social negro pelo direito à educação (1889-2003). **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.16, n.3, p. 114-138, jul./set. 2018.

SILVA, M. R. P.; SANTOS C. S. A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo. Revista Cocar, Belém, v.14, n. 28, p. 664-680, jan./abr. 2020.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **O Racismo no cotidiano escolar**. 1994. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Departamento de Psicologia em Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1994. Cap. 9.

WHITE, R. W.; ROTH, R. A. Exploratory Search: Beyond the Query-Response Paradigm. Chapel Hill, NC, USA: Morgan & Claypool, 2009.

PALESTRAS COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS COM OS ALUNOS DO EJA DE UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ.

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap3>

Carmen Baião Gomes¹
 Guilherme Barros Lima²
 Xaiene Cunha Almeida³
 Thais Mendonça Franco⁴
 Lauren Maria Guedes Lira⁵
 Bárbara Stephany Lima Amui⁶
 Bethânia Guedes Lira⁷
 Lauany Silva de Medeiros⁸
 Milena Aguiar da Silva Gomes⁹
 Jakson B. Gomes Aguiar¹⁰

RESUMO

Este trabalho relata experiências sobre a educação para as relações étnico-raciais no contexto do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo principal foi vivenciar práticas antirracistas em uma turma do EJA. O estudo adotou uma abordagem qualitativa com nível de pesquisa descritiva exploratória. Inicialmente, foi realizada uma palestra abordando a lei 10.639/2003, o racismo na sociedade e a representatividade racial. Em seguida, uma roda de conversa foi conduzida para coletar dados. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram a existência de vivências de situações racistas entre alguns alunos, ressaltando a necessidade de abordar o tema do racismo com maior frequência na escola. Além disso, observou-se que os alunos não tinham plena compreensão das práticas antirracistas. Esses resultados destacam a importância de promover discussões e ações que favoreçam a conscientização e a transformação dessas realidades, visando à construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Palavras-chaves: Racismo. Práticas Antirracistas e EJA.

¹ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: carmen.bgomes@aluno.uepa.br

² Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: guilherme.blima@aluno.uepa.br

³ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: xaiene.calmeida@aluno.uepa.br

⁴ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: thais.mfranco@aluno.uepa.br

⁵ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: lauren.mglira@aluno.uepa.br

⁶ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: barbaraamui36@gmail.com

⁷ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: betatuc@hotmail,.com

⁸ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: Lauanymedeiros@gmail.com

⁹ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: miihaguiar93@gmail.com

¹⁰ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: jbaiaogomes12@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atitudes racistas e preconceituosas permeiam o cotidiano de várias pessoas, independentemente de sua classe social ou condição, muitas vezes sem perceberem a extensão dos danos que o racismo causa à população negra (Seyferth, 2002).

Este estudo tem como objetivo geral investigar e compreender a percepção dos estudantes em relação à representatividade étnico-racial e ao racismo em uma turma de 1ª etapa do Ensino de Jovens e Adultos. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a percepção dos estudantes sobre a representatividade étnico-racial na turma em questão, investigar as experiências dos estudantes em relação ao racismo no ambiente escolar e identificar a importância da representatividade étnico-racial e do combate ao racismo na criação de um ambiente escolar inclusivo.

As questões norteadoras que guiarão a pesquisa são as seguintes: Como os estudantes percebem a representatividade étnico-racial na turma de 1ª etapa do Ensino de Jovens e Adultos? Quais são as experiências dos estudantes em relação ao racismo no ambiente escolar? E qual é a percepção dos estudantes sobre a importância da representatividade étnico-racial e do combate ao racismo na construção de um ambiente escolar inclusivo? Essas questões serão exploradas para obter uma compreensão abrangente das percepções e vivências dos estudantes, contribuindo assim para a promoção da igualdade étnico-racial e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Victor de Jesus (2017) destaca que o racismo possui várias camadas e mecanismos simbólicos, sendo a construção de estereótipos raciais um aspecto relevante desse processo. A construção discursiva e simbólica que associa pessoas negras a características negativas é parte dessa dinâmica racial no Brasil.

É importante ter conversas com pessoas que não têm acesso à pesquisa ou mesmo com aquelas que ainda têm pensamentos racistas enraizados, justificando-os como parte de uma cultura transmitida de geração em geração.

Abordar práticas antirracistas, especialmente com jovens e adultos, é de suma importância para que compreendam que a luta contra o racismo não depende de ser negro, mas sim de colocar em prática a frase de Angela Davis: "Não basta não ser racista, é necessário ser antirracista".

O artigo será dividido em seções teóricas, abordando o objetivo e o impacto da Lei 10.639/2003, o racismo na sociedade, a representatividade negra e as práticas antirracistas.

A pesquisa realizada na escola pública teve como objetivo promover uma abordagem sobre o tema do racismo e práticas antirracistas. Para atingir esse objetivo, foram realizadas uma palestra e uma roda de conversas com alunos e professores. A participação ativa dos alunos e professores, por meio de seus relatos, foi de extrema importância para enriquecer e dar continuidade a esta pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 LEI 10.639/2003

A Lei nº 10.639/2003, objeto de estudo deste trabalho, representa um marco importante na história do Brasil ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Essa legislação tem como objetivo principal promover a valorização da cultura negra e combater o racismo estrutural que permeia nossa sociedade. Além disso, é fundamental compreender a relação entre essa lei e os movimentos sociais, em especial o movimento negro afro-brasileiro, que há décadas vem lutando por igualdade e reconhecimento de seus direitos. Neste contexto, este estudo busca elucidar o significado da Lei 10.639/2003 e explorar as lutas históricas dos movimentos sociais, oferecendo uma análise crítica e reflexiva sobre seu impacto na educação e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A compreensão dessa lógica do sistema-mundo é fundamental para desconstruir a hegemonia dominante. Desde o início, o conhecimento tem sido uma poderosa ferramenta de transformação, mas sempre foi negado ou controlado para os grupos periféricos do sistema-mundo (Costa, 2023).

Para compreender o processo de construção da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país, é importante considerar que essa conquista foi possível, em grande parte, devido às articulações estabelecidas a partir dos anos 1980 entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como com partidos políticos e organizações da sociedade civil (Pereira, 2017).

Os avanços e conquistas recentes do movimento negro como a própria criação da lei nº 10639/2003, são evidentes, assim como são muito evidentes desafios para que a implementação dela seja de fato realizada nas escolas brasileiras (PEREIRA 2016)

A implementação dessa lei dentro das escolas foi e é tão importante tanto para os professores quanto para os alunos, saber, estudar e falar sobre assuntos raciais seja ele qual for é necessário para que haja professores qualificados para saber se portar em frente a algum caso de racismo ou até mesmo passar algumas atividades sobre essa temática para seus alunos, e é importante para o aluno desde sempre já estar envolvido nesse assunto.

"Integrar culturas é seguir por um caminho “pedregoso”, porém não intransponível. O propósito neste caso é tornar visível socialmente à importância da cultura africana no decorrer da formação étnica brasileira. É fixar na sociedade a reflexão histórica a respeito da significância da influência africana na formação dos pilares étnico-sociais do país. Este exercício social passou a ser defendido tardiamente no Brasil, devido não somente a grande extensão territorial, mas principalmente pela indiferença intencional oferecida a esta questão (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013)"

As discussões sobre as relações raciais apontam a inserção das crianças negras não somente no aspecto do acesso e permanência educação, mas também a garantia da socialização e equidade dessa criança nos cenários educacional e social. Na escola aspectos como tratamentos igualitários ou diferenciados para com as crianças negras, perpassam por representações sociais oriundas do ambiente escolar e do meio social que as instituições de ensino se situam, tendo em vista que “[...] as crianças apresentam características individuais que se somam as características do coletivo de que fazem parte” (Romão, 2001).

Segundo Santos (2014) uma das primeiras reivindicações feitas pelos negros foi o acesso à educação para as crianças filhos de ex-escravos tendo como intuito proporcionar-lhes um futuro digno e com mais oportunidades que contraponha a discriminação e racismo configurados naquele momento.

Contudo, essa necessidade não foi suprida rapidamente. Inicialmente, o ensino era oferecido aos estudantes negros em casas ou em locais em que havia professores que se identificavam com a causa, que por vezes eram perseguidos pelo governo da época para fecharem suas escolas de educação primária, caso não prestassem o exame de habilidades (Santos, 2014).

O desenvolvimento de práticas educativas e sociais antirracistas elaboram novas representações sociais sobre os negros, os afrodescendentes, a sociedade nacional e o continente africano. Ao qual contribuí significativamente para o campo educacional, “[...] na promoção de uma prática pedagógica que promova a manifestação de atitudes positivas no trato com as questões da diversidade étnico-racial” (Costa, 2013, p. 104).

Atualmente, existem diversas coletivas, entidades não governamentais e movimentos sociais que lutam contra o poder público, não apenas para punir as diferentes manifestações de racismo, mas também para resistir à implementação de estratégias públicas que incluam ações afirmativas para promover a igualdade racial (Domingues, 2007).

A inclusão da história africana e afro-brasileira no currículo escolar pode contribuir para que todas/os as/os estudantes construam uma nova visão do outro e de si mesmas/os, ao compreenderem a história de luta e resistência dos/as negros/as e adquirirem conhecimentos sobre a África e o Brasil. Isso os/as levará a adotar novas atitudes e a assumir uma postura antirracista (Gomes, 2012).

Apesar de toda a inclusão da história africana e afro-brasileira nas escolas, por um grande período essas histórias eram passadas por uma versão contada pelos brancos. Como o rapper César MC retrata em um dos seus versos na música “favela vive 4” que diz “é literatura branca me ensinando a ser preto”, que diz muito sobre como a história dos antepassados eram retratadas.

Toda uma questão de identidade vem sendo inserida atualmente nas escolas, sejam elas no contexto social, cultural ou político, todas voltadas para a essência de ser negro. Ainda assim, esse percurso histórico de construção e reconstrução histórica mantém relação com as diferenças que possibilitam aos grupos estabelecer suas referências de pertencimento e reconhecimento positivo. (Fernandes; Souza, 2016).

De acordo com Ciconello (2007), em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas.

2.2. RACISMO NA SOCIEDADE

Vivemos num mundo marcado por tensões. A classificação racial das sociedades como instrumento de produção de desigualdades é uma expressão dessas tensões que cada vez mais ganha à esfera pública (Oliveira 2020)

Com o racismo ganhando a visibilidade necessária e realmente mostrando que é crime, podemos ver que não está sendo mais um tabu a se quebrar, é necessário a importância dessas falas sobre o assunto em todos os lugares possíveis, todos os dias casos de racismo são viralizados, esses casos geram revoltas e protestos como o de George Floyd em 2020 que gerou grande repercussão mas todos os dias em todos os lugares pessoas sofrem racismo e não sabem como reagir, qual local procurar e quais seus direitos.

O Brasil segundo a AGÊNCIA BRASIL é o 11º país com mais índice de escravidão em ranking mundial, com isso podemos notar que mesmo sendo o um dos países com a maior população negra ainda está sujeito a algo tão ruim como isso.

O rapper Djonga em um verso de uma música chamada "UFA" diz que: "minhas amigas do peito são minhas correntes, já foram inimigas da perna". Mas uma vez fazendo referência ao racismo e a escravidão, mas mostrando que por outro lado, apesar de toda a luta diária alguns negros conseguem chegar ao topo, principalmente com a música arte.

Não tem nada que realmente justifique esse racismo enraizado na nossa sociedade, são apenas características de uma pessoa negra que acaba ocasionando todo esse transtorno. Como observa Guimarães (2009), "não há nada espontaneamente visível na cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais fácil de ser discriminado nesses traços do que em outros, como o tamanho dos pés, a altura, a cor dos olhos ou a largura dos ombros" apenas essas características, levam a pessoa negra a ser tratada de maneira diferente.

"Um luto coletivo, político, que reconhece que todas as vidas são viáveis e importantes, por isso, devem ser choradas, igualmente. É necessário chorar e se indignar pelas crianças que tiveram suas vidas ceifadas pelo racismo e pela insegurança pública. Choramos e nos indignamos por todas elas. Um choro político que mistura dor, indignação, denúncia e resistência." (GOMES; TEODORO, 2020).

Na história dos últimos 135 anos da sociedade brasileira, as cidades do Brasil, de modo geral, foram fundadas com os valores e influências das culturas africana, afro-brasileira, indígena e branca dos colonizadores, desde a base territorial até os aspectos subjetivos e mentais (Oliveira, 2023).

Essas influências culturais africanas e afro-brasileiras trouxeram consigo traços racistas muito fortes, que foram perpetuados ao longo do tempo. Nesse sentido, acreditamos que não basta apenas ser negro. É necessário estar atento e produzir um

discurso epistêmico que esteja alinhado com as necessidades sociais das pessoas negras e da população brasileira (Oliveira, 2023).

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão (Menezes, 2009). Isso evidencia que o racismo ainda é extremamente presente no país, resultando em milhares de mortes todos os anos, principalmente em ações policiais. De acordo com a Agência Brasil, a cada 100 pessoas mortas pela polícia, 65 eram negras. Esses dados demonstram que o racismo ainda está presente até mesmo naquilo que deveria ser a nossa segurança.

É perceptível que na sociedade brasileira ainda existem diversos tipos de preconceito contra as pessoas negras. Exemplos dessas manifestações podem ser observados diariamente nas mídias sociais, mas isso é reflexo dos mais de 300 anos de escravidão presentes na história do Brasil.

Segundo Santos Filho (2016), toda a discriminação enraizada contra os negros no Brasil ao longo de meio milênio é reflexo dessa escravidão e dos abusos que os portugueses infligiram aos africanos. Além de terem suas famílias desestruturadas, serem forçados a trabalhar 16 horas por dia e não terem acesso a uma alimentação adequada em termos de nutrientes, os negros frequentemente sofriam agressões físicas e psicológicas dos senhores e dos empregadores. Além disso, as mulheres negras eram frequentemente vítimas de abuso e violência sexual, e muitas vezes tinham filhos com seus patrões, que acabavam sendo escravizados também.

Após a abolição da escravidão os ex escravizados negros não foram reconhecidos como cidadãos livres brasileiros por parte da sociedade, por mais que por lei eles eram livres, assim, continuaram tendo um tratamento desumano e de certa forma exploratório por mais alguns anos após a abolição (Fernandes, 2007). Sem projeto de pré-socialização para esses ex escravos, fez com que eles ficassem à mercê da sociedade para essa inclusão tanto social, quanto econômica. Assim fazendo com que as pessoas negras ainda fossem muito exploradas.

A falta de políticas para inserção do negro na sociedade fez com que o racismo estrutural ficasse ainda mais evidente no Brasil, fazendo com que a desigualdade entre as raças se fixasse ainda mais nas diferenças biológicas dos seres humanos (Guimarães, 2009). Isso fazendo com que os negros e até mesmo os mestiços fossem vistos como um problema biológico, acentuando as diferenças de tratamento entre os mesmos.

De acordo com SILVA, 2019, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, ao focarmos as relações entre os termos “raça” e “racismo”, temos que o racismo

seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Por conta do alto índice de pessoas indígenas, pretas e mestiças, surgiu uma teoria de fazer um embranquecimento da população, seguindo ideias racistas europeias, pois consideravam que esse alto índice de miscigenação racial fizesse uma sociedade mais frágil (Schwarcz, 2009). Ou seja, cada vez que aumentasse a número de pessoas que não fossem brancas teria uma ideia de uma população fraca, deixando evidente o racismo inserido na sociedade, de que somente o branco seria capaz de fortalecer toda essa sociedade.

Em toda a história de nosso país, negros e sociedade como um todo quiseram minimizar a realidade do trauma na vida do negro. Isso tem sido fácil a qualquer um que se concentra nos assuntos relativos à sobrevivência material e vê sua privação como a razão principal da continuidade de nosso caráter coletivo de subordinação, em vez de se situar no tema do trauma e recuperar nossas pautas (Hooks, 2003). Assim fica evidente que em certos momentos as pessoas negras acabam se limitando por conta de ideias de uma sociedade que sempre tentou diminuir os negros.

Com toda essa miscigenação, ficava cada vez mais difícil manter esse racismo de forma abrupta, mesmo assim quem tinha a pele mais clara se sobressaía perante a sociedade, era visto com bons olhos, um cidadão mais adequado. Ou seja, quanto mais claro você fosse, mais perto do poder você estaria (Gonzalez, 1988).

Todas essas questões de racismo podem ser ocasionadas até mesmo por medo, que Fanon (2008) chama de negrofobia, medo irracional, mórbido e até mesmo violento por pessoas negras. Com isso causando várias formas de racismo no cotidiano dessas pessoas.

2.3. REPRESENTATIVIDADE RACIAL

A representatividade racial e o combate ao racismo são temas de extrema importância na sociedade atual. O racismo, como evidenciado por Fanon (2008), possui efeitos profundos na psique das pessoas negras, levando-as a sentirem-se inferiores em relação às pessoas brancas e alimentando o desejo de embranquecer. Nesse contexto, a representatividade racial emerge como uma ferramenta fundamental para desafiar e combater os estereótipos negativos e promover a valorização da diversidade étnico-racial. Este parágrafo introdutório busca explorar a relevância desses temas, destacando a

necessidade de promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas possam ter suas vozes e identidades representadas e respeitadas.

Além disso, Arendt (2011) aborda o conceito de autoridade, que, assim como a tradição, fundamenta a estrutura educacional. A autoridade é uma necessidade natural do ser humano, com uma natureza simples e elementar, mas seu verdadeiro significado se perdeu devido a essa simplicidade. Arendt argumenta que a autoridade está sempre ligada à obediência, mas muitas vezes é confundida, pois as pessoas acreditam que a autoridade é exercida por meio de força e violência. No entanto, o uso de força e violência para impor autoridade resulta no autoritarismo e no fracasso da própria autoridade. Outro aspecto que se confunde com autoridade é a persuasão, onde a obediência pode ser conquistada por meio de argumentação, permitindo a suspensão da autoridade.

Jodelet (2001) aponta que, no campo das representações sociais, é necessário saber o que vemos e sentimos no mundo que nos cerca, ajustando, conduzindo e localizando no plano físico e intelectual.

Para Corrêa, 2018. As representações sociais construídas ao decorrer dos séculos no Brasil é um dos determinantes para a promulgação da Lei nº 10.639/2003, a qual confere um novo olhar sobre o negro na educação brasileira, um enfrentamento a carga negativa historicamente construída, uma luta contra a imagem de marginalização do negro em relação à educação, política, literatura, economia, dentre outras dimensões de desenvolvimento social. Silva (2005) enfatiza que devemos perceber na educação os modos de ser, viver, organizar suas lutas, próprias dos negros brasileiros, perpendicular às marcas da cultura africana que fazem parte de nosso cotidiano, independente da origem étnico-racial.

A representatividade negra tem ganhado visibilidade nos últimos anos, revelando a persistência do racismo estrutural em nossa sociedade (Almeida, 2019). Apesar dos avanços, é importante reconhecer que ainda existem muitas questões a serem abordadas para promover uma representatividade mais ampla e justa.

Embora a representatividade negra esteja se expandindo nos meios de comunicação, é comum que a mídia reforce a norma branca, estabelecendo o branco como o "ideal" em termos de representação, estética e comportamento (Santos, 2019). Portanto, mesmo com o aumento da visibilidade dos negros, parte da mídia ainda perpetua a ideia de branquitude.

É equivocado acreditar que a luta contra o racismo seja responsabilidade exclusiva de indivíduos negros em posições de destaque. Embora seja encorajador ver

peessoas negras ocupando cargos importantes na sociedade, o racismo ainda está presente e longe de ser eliminado (Almeida, 2018).

A educação desempenha um papel fundamental no combate à discriminação racial, porém, um dos desafios é envolver tanto os negros quanto as pessoas não negras na promoção da igualdade racial (Cavalleiro, 2000). Muitas vezes, pessoas que não vivenciam diretamente a discriminação podem não se importar com a causa, negligenciando sua importância.

Espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como movimento negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa, que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista (Gomes, 2017).

3.METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa. De acordo com o autor Medeiros (2012) para que uma pesquisa qualitativa se desenvolva é necessário uma sustentação teórica competente e rigor metodológico, mas a criatividade do pesquisador deve se fazer presente em todo o processo da pesquisa. Em outras palavras, embora o pesquisador qualitativo deva sustentar a pesquisa por referenciais teóricos e metodológicos que norteiem todo o processo de estudo é imprescindível cuidar para que a técnica não prevaleça no processo da pesquisa como um todo, abrindo espaço para a criatividade acompanhá-lo ao longo de toda a pesquisa.

3.2 NIVEL DA PESQUISA

Este estudo é considerado exploratória-descritivo, pois, caracteriza-se pelo mapeamento e pela descrição de um relato de experiência de práticas pedagógicas antirracistas realizadas em uma turma de ensino de jovens e adultos de 1.^a etapa de uma escola pública.

3.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA (RE)

Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância da discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos, sobretudo pelo meio virtual, uma vez que o contexto contemporâneo informatizado possibilita isso. Deste modo, o conhecimento tem como objetivo a formação dos sujeitos na própria (Córdula; Nascimento, 2018)

Diante disso pode-se perceber que o impacto causado na mente dos discentes com a temática abordada foi de certa forma positiva e de extrema importância para o crescimento pessoal e a construção do perfil profissional dos mesmos. Tendo em vista que essa foi a primeira experiência dos acadêmicos com a realidade da modalidade dentro do ensino educacional de jovens e adultos.

3.4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desta pesquisa é composto por jovens e adultos de ambos os sexos, abrangendo uma ampla faixa etária. São pessoas de baixa renda que possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, que não concluíram todos os anos dessa etapa da educação.

3.5 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Tucuruí, localizado no estado do Pará, na região Norte do Brasil. O estudo foi conduzido em uma escola de educação básica que oferece a modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA). Essa modalidade de ensino é voltada para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular e desejam retomar sua educação. A escola está situada na Av. Perimetral - COHAB, em Tucuruí - PA, o que a torna facilmente acessível para os participantes da pesquisa.

3.6 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Para realizarmos a pesquisa, optamos por conduzir uma palestra com alunos e professores de uma única turma da primeira etapa do EJA. Essa turma contava com um

total de 23 participantes, incluindo os professores. A faixa etária dos participantes variava entre 16 e 60 anos.

Após a palestra, promovemos uma dinâmica que consistia em fazer perguntas relacionadas ao conteúdo abordado na palestra. As perguntas foram sorteadas pelos próprios alunos, com o objetivo de compreender o nível de compreensão e assimilação das informações transmitidas durante a palestra.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram a participação apenas dos alunos matriculados regularmente na primeira etapa do EJA na instituição, bem como os professores que lecionavam para essa turma específica. Quanto aos critérios de exclusão, decidimos não incluir na pesquisa alunos de outras etapas do EJA ou de outras instituições, focando exclusivamente na turma em estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados e a discussão dos temas abordados durante uma roda de conversa, que contou com a participação de sete indivíduos. Durante esse encontro, foram exploradas questões sensíveis relacionadas ao racismo e à representatividade negra na mídia. Um dos momentos marcantes da discussão foi o relato da participante Aluna 1, que compartilhou experiências pessoais de racismo vivenciadas durante sua infância. Em seu relato, ela destacou agressões e uma situação de escravidão impostas por seu próprio pai. Essas revelações levantaram importantes reflexões e debates sobre as persistências do racismo na sociedade e a necessidade de combater essas práticas discriminatórias.

Apesar do sofrimento, ressaltou que essas experiências não a definem e expressou sua felicidade, fundamentando-se em uma visão positiva de sua identidade. “Pesquisar as culturas infantis e os marcadores sociais de raça, gênero e classe que se interseccionam exige uma desconstrução contínua e abertura para pensar a respeito dos racismos, dos moralismos, do sexismo, da desigualdade de classe que forjam processos de diferenciação para justificar as desigualdades. (Santiago, 2021)”

A **diversidade racial** nas relações familiares também foi mencionada, quando Aluno 3 descreveu a cor de seus pais e bisavó, enfatizando a multiplicidade de tons em sua família. Aluno 4, ao se referir aos professores como "branco falso", possivelmente aponta para uma percepção de autenticidade racial nas relações educacionais.

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2002, p. 39).

“... a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime...” (Brasil, 2004, p.6)

A questão da aceitação e repúdio ao racismo foi enfatizada por Prof 2, que **negou a legitimidade do racismo** nos tempos atuais, incentivando a busca por direitos em situações ofensivas. Essa postura contrária ao preconceito reflete uma atitude de resistência.

Para Almeida (2019) no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance”.

A concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente -“racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros”, etc -e uma obsessão pela legalidade.(Almeida, 2019,)

Na esfera midiática, Prof 3 e Aluno 5 apresentaram referências de personalidades negras, como Gilberto Gil, Péricles, Alcione, Tiaguinho e Maju Coutinho, destacando a importância de **representatividade negra** na mídia.

A negritude pode transcender a biologia e se refere a algo mais profundo, mais necessariamente a uma soma de experiências vividas que acabam por determinar e caracterizar uma das condições humanas”. Essas experiências podem marcar a vida dos indivíduos, ao hierarquizar, descriminalizar e excluí-los Aimé, césaire (2010).

Ao descrever a textura do cabelo (Aluno 6) e a cor da pele (Aluno 7), observamos uma expressão mais informal e pessoal sobre características físicas, que, por vezes, são alvo de estereótipos e preconceitos.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições

sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/étnica. (Oliveira, 2008)

Essa roda de conversa evidenciou a complexidade e a variedade de experiências, percepções e opiniões sobre racismo e representatividade negra, revelando a importância de abordar tais questões para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange este artigo, que visa analisar a compreensão da temática abordada e busca promover ainda mais as discussões sobre racismo e antirracismo no ambiente escolar, tendo em vista que a sociedade Brasileira é fundamentada em bases racistas até os dias atuais. Onde por vezes falas e comportamentos racistas, são mascarados por resquícios de uma cultura colonizadora, estando presente também nas escolas em uma forma velada de afunilar e distorcer o conhecimento histórico, observa-se a importância da criação de leis como a lei nº 10639/2003, que busca assegurar o ensino da história afro-brasileira e africana.

Diante das falas dos alunos percebe-se a necessidade de que ações deste cunho devem estar presentes em todos os níveis da educação, com o intuito de germinar o conhecimento a respeito desta pauta tão importante, e fazer com que o indivíduo tenha um conhecimento sobre si próprio e de suas origens.

Nota-se que existem inúmeras formas de aprendizagem sobre o tema na qual podem ser passadas no âmbito escolar, nós como pesquisadores escolhemos a melhor estratégia após observar o ambiente que íamos estar, e com isso conseguimos ter êxito na construção desse trabalho.

Por fim, depois de destrinchar sobre os assuntos referentes ao racismo em algumas das suas vertentes, concluímos que todas essas atividades podem e devem ser repassadas em todos os âmbitos da educação. Assim, podendo criar uma sociedade mais moderna deixando pra trás tudo que foi imposto pelo racismo estrutural ainda muito presente no nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004a.
- ALMEIDA, F. S.; SOUZA, A. M. R.; GIORGI, M. C. Práticas antirracistas na formação docente: rupturas epistemológicas e produção de subjetividades em discursos acadêmicos discentes. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 22, p. 277-295, 2022.
- ALMEIDA, Mariléa de. **Território de afetos: Práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. 302 f. 2018. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- BATISTA BARROS, Tainara; DE CÁSSIA DE SOUZA, Rita; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Revista Práxis Educativa**, v. 17, 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes
- CARNEIRO, Carolina Zolin; DE OLIVEIRA RUSSO, Maria José. A criança negra e a representatividade racial na escola. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 38, p. 105-126, 2020.
- CORRÊA, A. M. do R.; AMORIM DOS SANTOS, R. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIANÇAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 693–720, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/438>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura
- DA ROSA, Geraldo Antônio; MORAES, Denise Machado; DO NASCIMENTO JUNIOR, Vamberto Marinho. Educação antirracista na perspectiva decolonial: no cenário contemporâneo: Anti-racist education in the decolonial perspective: in the contemporary scenario. **Revista Cocar**, v. 17, n. 35, 2022.
- DA SILVA CAVALCANTE, Nélia Aparecida. Racismo e infância: intersecções de raça, classe social, gênero e idade na creche. **Zero-a-seis**, v. 23, p. 342-352, 2021.
- DE JESUS FERREIRA, Aparecida. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.
- DE JESUS, Victor; DA PENHA, Sonia Rodrigues. O DISCURSO DO LIXO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E SOCIOPOLÍTICA DOS MECANISMOS SIMBÓLICOS DO RACISMO BRASILEIRO: un análisis psicoanalítico y sociopolítico de los mecanismos simbólicos del racismo brasileño. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

OLIVEIRA, R. J. Cidades negras e saúde mental: resenha do livro *Psicanálise infantil e racismo: saúde nas relações étnico-raciais*. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Global Editora, 2007.

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. In: **E-Compós**. 2022.

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. In: **E-Compós**. 2022.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez.
GOMES, N. L. POR UMA INDIGNAÇÃO ANTIRRACISTA E DIASPÓRICA: NEGRITUDE E AFROBRASILIDADE EM TEMPOS DE INCERTEZAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 10, n. 26, p. 111–124, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/642>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, (92-93), 69-82. 1988.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, A. B. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 63, p. 103-120, abr. 2016.

LIMA, A. B. O racismo nosso de cada dia: contradições de uma sociedade que se apresenta racialmente democrática. **Athenea digital: revista de pensamento e investigação social**, v. 21, n. 1, p. 0013, 2021.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 224-9, 2012.

MENEZES, J. M. F. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Histedbr On-line*, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.

MOURA, R. S.; ROCHA, F. R. L. da. O PROGRAMA LEIA PARA UMA CRIANÇA : UMA FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 91–105, 2023. DOI: 10.29327/269579.6.1-10. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6512>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NUNES, Sandra Maria Maciel; LASTÓRIA, Andrea Coelho. Educação Étnico-racial: movimento negro e a implementação da Lei 10.639/2003 em um município paulista: Ethnic-racial education: black movement and the implementation of Law 10.639/2003 in a county in São Paulo. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PEREIRA TAVARES, O. A POTÊNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE UMA ARIEL NEGRA: A CORPOREIDADE NEGRA COMO TERRITÓRIOS DE DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 293–316, 2022. DOI: 10.14295/de.v9i2.13609. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13609>. Acesso em: 19 jan. 2024. *Revista Tempo Brasileiro*, 92/93, pp. 69-82

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. Companhia das Letras, 2009.

SILVA, J. dos S.; MARTA, F. E. F.; SOLER, I. P. S. “VIAM A GENTE ASSIM (...), OS NEGUINHOS”: MEMÓRIAS DO RACISMO DURANTE A DISSEMINAÇÃO DA CAPOEIRA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (1950-1970). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. 28, p. 283–309, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/630>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, A. Alunos negros e de renda baixa são maioria nas universidades federais. *O Globo Sociedade*, on-line, 17 mai. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2HZFY1A>>. Acesso em: 7 jun. 2019

VERONELLI, Gabriela Alejandra; DAITCH, Silvana Leticia. Sobre a colonialidade da linguagem. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE RACISMO, PERSONALIDADE NEGRA E A LEI 10639/2003: Uma revisão de narrativas.

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap4>

Daniel Sousa Baia¹
 Daniel Rodrigues Da Costa
 Keven Das Neves Veiga
 Noel Costa Junior
 Raul Francisco P. de Souza Filho
 Lucas Carvalho Fernandes
 Cayo Wendel Araújo Miranda
 Dinalva Sacramento Magno

RESUMO

Este estudo tem como objetivo correlacionar produções científicas sobre o racismo, personalidade negra e a Lei 10639/2003, que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. O estudo possui uma abordagem qualitativa como nível de pesquisa exploratório. A base de dados adotada foi o Google acadêmico. Os descritores definidos foi: “Racismo”; “Lei 10639/2003”; “Negro” e “Negritude”. A pesquisa consistiu em uma revisão sistemática da literatura, analisando periódicos e artigos científicos publicados nos últimos 10 anos. Os resultados revelaram uma crescente quantidade de estudos abordando essas temáticas ao longo do tempo, evidenciando um maior interesse acadêmico nessas questões. As produções científicas destacaram a importância da Lei 10639 para promover a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, combatendo o racismo estrutural e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, ressaltaram a necessidade de aprofundar as discussões sobre a personalidade negra, incluindo questões como identidade, autoestima e representatividade, a fim de promover uma compreensão mais abrangente da diversidade étnico-racial. Em síntese, este estudo fornece uma visão abrangente das produções científicas sobre o racismo, personalidade negra e a Lei 10639, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área e subsidiando a implementação de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e antirracistas.

Palavras-chaves: Educação. Racismo. Lei 10.639/2003.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral é correlacionar produções científicas que abordem o tema do racismo, personalidade negra e a Lei 10639/2003. A problemática definida é quais são as relações existentes entre as produções científicas que discutem o racismo, a personalidade negra e a Lei 10639, que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

O estudo tem como objetivos específicos identificar as principais características e manifestações do racismo abordadas nas produções científicas relacionadas à personalidade negra e à Lei 10639/2003, analisar as contribuições dessas produções para a compreensão do impacto da Lei 10639 na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da personalidade negra, e investigar as lacunas e desafios presentes nesses estudos, visando

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física. E-mail: baiadaniel082@gmail.com.

identificar áreas que necessitam de futuras pesquisas e aprofundamento acadêmico. Ao atingir esses objetivos, espera-se obter um panorama abrangente sobre o tema, fornecendo subsídios para a compreensão e aprimoramento das relações entre racismo, personalidade negra e a implementação da Lei 10639/2003.

O estudo busca responder a três questões norteadoras. Primeiramente, pretende-se identificar as principais características e manifestações do racismo discutidas nas produções científicas que abordam a personalidade negra e a implementação da Lei 10639/2003. Em segundo lugar, busca-se compreender as contribuições dessas produções científicas para a compreensão do impacto da Lei 10639/2003 na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da personalidade negra. Por fim, o estudo visa identificar lacunas e desafios presentes nessas produções científicas, apontando áreas que necessitam de pesquisas adicionais e aprofundamento acadêmico. Ao responder a essas questões, espera-se obter um panorama mais completo e embasado sobre o tema do racismo, personalidade negra e a Lei 10639/2003, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área.

Esta seção descreve a metodologia adotada para realizar a pesquisa, incluindo a abordagem, o nível de pesquisa, os descritores utilizados e a fonte de dados. O objetivo da pesquisa foi realizar uma revisão de narrativa sobre o tema do racismo, abordando especificamente a questão do negro e da negritude. A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, com o intuito de explorar e analisar a literatura existente sobre o tema.

METODOLOGIA

A abordagem adotada nesta pesquisa foi qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela coleta e análise de dados não numéricos, buscando compreender e interpretar fenômenos sociais complexos de maneira ampla e contextualizada. Nessa abordagem, o foco está nas perspectivas subjetivas dos participantes e no significado que eles atribuem às suas experiências. No contexto deste estudo, a abordagem qualitativa foi escolhida para permitir uma compreensão mais aprofundada das questões relacionadas ao racismo, negro e negritude.

O nível de pesquisa adotado foi exploratório. De acordo com GIL (2002), a pesquisa exploratória é realizada quando o objetivo é investigar e familiarizar-se com um determinado tema ou problema de pesquisa ainda pouco explorado ou compreendido. Nesse sentido, a pesquisa exploratória permite a obtenção de insights e a identificação de padrões e tendências, contribuindo para a geração de hipóteses e a definição de estudos futuros mais aprofundados.

Dado o objetivo de revisar e analisar a literatura existente sobre o racismo, negro e negritude, a escolha de uma pesquisa exploratória se mostrou adequada para esse propósito.

Os descritores utilizados nesta pesquisa foram "racismo", "negro" e "negritude". Esses termos foram escolhidos com base na relevância para o tema em questão e na intenção de abranger diferentes aspectos relacionados ao racismo e à experiência do negro na sociedade. A escolha desses descritores foi fundamental para direcionar a busca por artigos e estudos relevantes.

A fonte de dados utilizada para esta pesquisa foi o Google Acadêmico. O Google Acadêmico é uma plataforma que permite o acesso a uma ampla variedade de artigos científicos, teses, dissertações e outras publicações acadêmicas. A utilização do Google Acadêmico como fonte de dados possibilitou o acesso a um grande volume de informações relevantes e atualizadas sobre o tema do racismo, negro e negritude.

A presente pesquisa adotou a abordagem de revisão de narrativa. A revisão de narrativa é um método de revisão sistemática que se concentra em sintetizar e analisar narrativas presentes na literatura. Essa abordagem permite a identificação e a interpretação de temas, padrões e perspectivas presentes nos estudos revisados. Por meio da revisão de narrativa, foi possível obter uma compreensão aprofundada da diversidade de experiências relacionadas ao racismo, negro e negritude, a partir das narrativas presentes na literatura acadêmica.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.

Essa categoria de artigos têm um papel fundamental para a educação continuada pois permitiu adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo; porém não possuem metodologia que permitam a reprodução de dados e nem fornecem respostas quantitativas para questões específicas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 LEI 10639/2003 E SUA APLICAÇÃO

Baraibar (2023) argumenta que desde o nosso nascimento e durante o nosso crescimento, somos imersos em uma sociedade que se baseia no racismo. Essa sociedade foi construída sobre a exploração sistemática dos indivíduos negros, e somos compelidos a

reproduzir e perpetuar o racismo como alicerce dessa estrutura social em que estamos inseridos. No entanto, é importante compreender que simplesmente "não ser racista" não é suficiente para eliminar a discriminação racial. Em uma sociedade racista, é essencial adotar uma postura ativa de ser antirracista.

Diante disso, vale salientar a Lei 10.639/03 que já completa vinte anos, e faz parte do entendimento de que esta lei estabelece um marco histórico fundamental para o ensino de história no Brasil. Além disso, apresenta em seus princípios, frutos das lutas dos movimentos negros pelo direito à educação, à história e à memória, permearam as reivindicações desses grupos ao longo do século XX e encontraram reforço nos movimentos antirracistas que proliferam pelo mundo, principalmente a partir da década de 1980, quando o Brasil iniciou o processo de redemocratização (Silva, 2023).

Neste mesmo contexto, Baraibar (2023) nas últimas décadas, a educação brasileira tem sido permeada por inúmeras propostas que visam à promoção da igualdade étnico-racial, especialmente no âmbito da educação básica, mudanças e atualizações curriculares que visam a superação de práticas pedagógicas excludentes e a eliminação de preconceitos, como o combate ao racismo e seus vários monitores. O ensino antirracista, regido pela Lei 10.639/2003, segundo a qual é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, é um dos mecanismos importantes para corrigir esse cenário e mudar a forma de educação, é preciso conhecer a história e alcançar a negritude.

Ademais, a educação da população negra no Brasil tem uma enorme relação com o regime escravista, e mesmo com a abolição da escravatura em 1888, estereótipos e conclusões para uma população escravizada por mais de três séculos não foram destruídos. Outro fator foi a falta de apoio do governo após a libertação dos negros, sem compensação ou ajuda para se reerguerem, os negros foram marginalizados e empurrados para a periferia das cidades e da sociedade. A integração dos negros foi assim adiada devido à exclusão do indivíduo de todos os outros sectores da sociedade e, posteriormente, também da educação (Baraibar, 2023).

Conforme Andrade (2020), enfatiza que apesar de suas limitações, a implementação da lei ajuda a alcançar os objetivos principais, como o ensino de história: promover a reflexão sobre a discriminação racial, mudar preconceitos e superar as desigualdades raciais. Nesse contexto, também são destacados os desafios que os sistemas educacionais enfrentam na implementação da lei e as possibilidades de problematização do currículo hegemônico para que as práticas educacionais possam efetivamente levar em conta a diversidade étnico-racial do Brasil.

Desse ponto de vista, a existência da Lei 10.639/03, é muito importante para podermos descolonizar a subjetividade no campo social, dados os longos anos de uma tradição educacional eurocêntrica e descontextualizada da realidade brasileira. A Lei 10.639/03, resultante de uma série de lutas do Movimento Negro, surge como uma resistência contra todas as forças que insistem em reafirmar a versão branca da história. Assim, a luta contra o racismo e todas as suas vertentes no ensino primário ganhou, sem dúvida, impulso com a introdução da Lei 10.639, apesar de todos os desafios associados à sua implementação (Santana; Pinheiro, 2023).

Para Baraibar (2023), a existência da lei não garante a sua aplicação, sendo necessário construir estratégias para estar de acordo com o que é regulamentado pela lei 10.639/2003 e suas diretrizes, em conjunto com o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e outros ministérios e secretarias. Pois, embora a lei 10 639/03 termine este ano vinte anos após a sua promulgação, ainda existem grandes lacunas entre as designações curriculares.

Segundo Munganga (2005), a Lei 10.639/2003 e a Diretriz Curricular Nacional da Educação Étnico-racial e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana podem ser uma forma institucionalizada de corrigir os anos de apagamento da história e da cultura afro-brasileira e africana em nossas salas de aula através do currículo escolar (explícito, implícito, oculto), promove a consciência da diversidade como riqueza e ajuda os alunos discriminados a terem orgulho da sua diferença.

Conforme Baraibar (2023), esta reflexão centrou-se na compreensão da Lei 10.639/2003 e na sua aplicação nas propostas de ensino interdisciplinar. Ainda é necessário caminhar em direção à descolonização do currículo como sugerido nos artigos analisados, e também, sugere trabalhar com a literatura contemporânea escrita por autores negros brasileiros como promotora de espaço para a intelectualidade negra e a representação de potencialidades. Destaca-se também a mediação de discussões sobre diferentes culturas e povos, sobre preconceitos, sobre desigualdades raciais, sociais e de gênero, que contribuem para a formação da cidadania dos sujeitos.

Por outro lado, Silva (2023) destacar que embora as pesquisas atuais mostrem que os efeitos de vinte anos dessa legislação não são muito significativos no contexto da escolarização, o que certamente representa um alerta e um elemento de condenação, é sempre importante lembrar que a própria experiência da escravidão brasileira durou muito tempo, certamente 300 anos e que em 2023 completaremos 135 anos da promulgação da Regra de Ouro e do fim da escravidão. Lembrando em um país marcado por um histórico de exclusão de sua população negra e indígena dos direitos fundamentais, é sempre importante lembrar que as mudanças

estruturais enfrentam resistência de pessoas, grupos e instituições como as escolas, que também foram historicamente constituídas por valores civilizacionais que são reiterados e reformulados pela cultura escolar.

Nessa perspectiva, Araújo (2020) em sua pesquisa salienta que todos os profissionais concordaram que a aplicação da lei ainda está muito além do esperado, pois trata de questões que incluem diversas formas de preconceito ao mesmo tempo em que busca afirmar a identidade afro-brasileira. Sendo assim, os professores estão cientes dos avanços alcançados principalmente na última década em relação ao conteúdo da história afro-brasileira, mas enfatizam que as ações poderiam e deveriam ser mais significativas, uma vez que os africanos e afro-brasileiros foram negligenciados ao longo da história do Brasil desde a sua chegada.

Araújo (2020), aponta ainda que todos afirmaram que para a plena implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas. Mas, faltam recursos como materiais didáticos adequados, formação continuada de professores, principalmente porque o trabalho nesse tema não é apenas reproduzir o que está em No livro didático, deve-se prestar muita atenção ao que será ensinado e como o assunto será abordado para que os estereótipos não sejam repetidos ou reforçados.

Diante desse cenário, pode-se afirmar, portanto, que a aplicação da Lei 10.639/03 na educação básica ainda está muito além das expectativas, principalmente por parte da comunidade negra. Contudo, devemos ter muito cuidado para não invalidar o trabalho que tem sido feito por vários professores ao longo da última década através de discursos, o que pode ser percebido através do contato que as escolas estão a fazer entre si, ou seja, é comum que um professor tenha conhecimento do trabalho do outro (Pretto, 2023).

Neste mesmo contexto, Pretto (2023) aponta que para melhor implementar isso, foi criado um marco legislativo que obriga e orienta o ensino da educação étnico-racial por meio de leis, diretrizes, manuais, entre outros materiais que ajudam a trabalhar melhor os conteúdos de sala de aula que abordam os negros como sujeitos históricos na formação de empresa brasileira. Pois, apesar da existência de legislação que exige a aplicação destas orientações, pouco se sabe sobre a aplicação da lei no cotidiano escolar e, caso ocorra na prática, quais as condições previstas e como é inserida no currículo educativo.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Nolasco (2019) salienta-se que para a efetiva aplicação da legislação, foi sugerido que o professor assumisse o papel de pesquisador, ou seja, fosse capaz de produzir materiais para suas aulas, pois os materiais existentes são insuficientes e não abrangem todas as disciplinas. Desse modo, houve a necessidade de capacitar os professores sobre esse tema e também de enfatizar a importância de trabalhar sempre sob o

ponto de vista da lei em todos os conteúdos e registrar as atividades realizadas. Por fim, durante o grupo focal, foi proposto que o tema história africana e cultura afro-brasileira fizesse parte do PPP da escola.

Entretanto, Júnior (2022) destacar que a Lei 10.639/03, a ser aplicada nas escolas públicas e privadas de todo o país, representa um mecanismo de divulgação político-cultural da presença negra no Brasil e no mundo, mostrando que a trajetória dos negros não se limita à escravidão. Portanto, é importante compreender que para a boa aplicação desta lei, os professores tiveram que passar por uma formação contínua para serem adequadamente integrados no processo de ensino e aprendizagem exigido pela lei. Além disso, era necessário que as escolas disponibilizassem recursos para a formulação de projetos educacionais nos quais os alunos participassem da construção do conhecimento.

Neste mesmo contexto, a Lei 10.639/03 surgiu como ideias inovadoras para a educação e principalmente para o ensino de história. Porém, como pode ser observado, com base nas leituras realizadas para esta pesquisa, esta lei não tem sido devidamente aplicada na maioria das escolas brasileiras devido a vários fatores, entre os quais está a falta de consciência da importância do estudo da história e da afrocultura e afro-brasileiros. Ainda hoje, no século XXI, tudo o que vem da África é “demonizado” ou “inferiorizado” como se fossem assuntos fora do contexto da sociedade brasileira (Júnior, 2022).

Desse modo, em geral, nota-se o quanto à aplicação da lei nas escolas públicas do Brasil, tem opiniões e variações de sua abordagem no currículo escolar. Pois, no decorrer do exposto, é nítido que faltam professores qualificados e materiais para resolver o tema abordado. E também, percebe-se que essa temática é abordada em parte porque a lei ainda é um pouco nova e há falta de conhecimento sobre ela e de formação suficiente para abordar questões relacionadas com a negritude.

2.2. RACISMO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Conforme destacado por Raposo, Almeida e Santos (2021), a formação do Estado brasileiro está intrinsecamente ligada à história do racismo perpetrado contra os povos africanos, que foram trazidos à força para a América do Sul como escravos. Esse processo de desenvolvimento interno foi marcado por uma série de injustiças desumanizantes, exploração implacável e redução desses indivíduos à condição de meros objetos, perpetradas pelos europeus que expandiram seu domínio sobre outras nações e territórios. Como resultado, os negros africanos foram cruelmente arrancados de suas raízes e suas histórias foram apagadas.

Nesse contexto, os descendentes desses povos africanos ainda enfrentam, nos dias de hoje, as consequências do apagamento social imposto pelo colonizador no Brasil. O racismo é enraizado na própria estrutura social, permeando as relações estabelecidas na sociedade como algo supostamente normal. Vale ressaltar que o racismo transcende as esferas individuais e institucionais, não sendo criado por elas, mas sim reproduzido por meio delas. No entanto, é importante destacar que a estrutura social não é estática, mas sim dinâmica, uma vez que as relações sociais dos indivíduos e grupos se transformam à medida que a vida social se renova (Raposo, Almeida, Santos, 2021).

Nesse sentido, o sistema escolar ignorou a diversidade e o racismo na escola durante décadas. As propostas pedagógicas eram dominadas pelo pensamento hegemônico, o que fazia com que ideologias e interesses estabelecidos, baseados nas relações de poder de determinados grupos ou instituições, reforçassem preconceitos e ideias. Essa ideia pode ser demonstrada na forma como os negros são tratados em materiais didáticos, como a literatura infantil, onde os negros são retratados como personagens folclóricos ou mesmo como personagens secundários ou terciários. (Coelho e Coelho, 2018)

No entanto, podemos também acrescentar uma visão reducionista e limitante dos africanos, uma visão explorada no conteúdo de história africana de muitos livros didáticos. A educação multicultural visa, assim, promover a igualdade na educação, valorizando a cultura do aluno e eliminando preconceitos contra os outros. Com isso, o tema da diversidade é incorporado a partir de um conceito multicultural crítico no cotidiano escolar, nas escolhas pedagógicas, com o objetivo de rever modelos e estereótipos cristalizados na prática pedagógica. (Evaristo, 2020)

Corroborando com sua ideia, Raposo; Almeida e Santos (2021) reafirmam que para isso, é necessária a construção de discussões descoloniais baseadas na realidade brasileira e que só poderão ser conduzidas quando se tornarem amplamente conhecidas. Desse modo, é importante compreender as distorções e refletir sobre elas para confrontá-las com a realidade das atuais lutas, vitórias e derrotas no combate ao racismo nas escolas.

Entretanto, o racismo é uma forma de violência reproduzida na estrutura social de forma institucional e cultural, que criou as bases do racismo e o definiu como estrutural, se o conceito de inferioridade, marcado por critérios étnicos e raciais, aparecesse na estrutura do social sistema. relacionamentos, sejam eles de natureza política, econômica, jurídica ou familiar. É justamente na estrutura das relações que o racismo transcende a esfera individual e institucional e, de fato, ao reproduzi-lo, naturaliza pressupostos que valorizam o negro como inferior,

criando assim uma espécie de normalização das desigualdades oriundas do racismo (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Conforme Carapello (2020), se considerarmos o aspecto estrutural do racismo, no Brasil a própria política é uma instituição que o reproduz, isso é fato comprovado, pois as alterações legislativas expressas na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008, que combatem o racismo nas escolas, surgiram graças à luta do movimento negro. No entanto, uma estratégia verdadeiramente eficaz impede-os de alcançar um ensino antirracismo igualmente eficaz. Diante disso, é sabido o quão danosos são os ataques físicos e emocionais causados pelo bullying e como eles afetam quem os sofre, pratica e até mesmo presencia. Pois, o bullying não é brincadeira, não tem graça e não deve ser banalizado, não pode ser aceito como normal ou característico das relações entre crianças e nem pode ser usado para mascarar o racismo que os negros sofrem na escola.

Para Munanga (2005), a constatação do racismo na escola aparece em dados comemorativos onde não estão presentes figuras/imagens de crianças e famílias negras; nas datas coincidentes em que 13 de maio e 20 de novembro se tornam os únicos dias para falar da história negra, com imagens muitas vezes caricaturadas e quase sempre que resumem a escravização daquela população; nos livros didáticos pela ausência de negros e negras em suas páginas ou pela presença subalterna desses protagonistas marcados por estereótipos e caricaturas; ausência nas histórias contadas e contadas pelos professores às crianças, ausência de discursos que representem a luta, a cultura e o protagonismo histórico do povo negro no país.

Segundo Matos e França (2023), deixam nítido que o racismo contribui eficazmente para a manutenção das disparidades entre negros e brancos, particularmente em termos de acesso e permanência no processo de escolarização formal, e também, a população negra continua impedida de ter acesso à escola, e não por lei. Pois, a negação ocorre de forma informal, contexto que se ratifica quando o sistema de ensino ainda oferece escolas sem equipamentos adequados, instituições inadequadas para atender a sociedade, professores sem formação adequada, materiais didáticos desatualizados, conteúdos racistas, um currículo voltado para o conceito de educação baseado em uma abordagem eurocêntrica modelo e uma compreensão distorcida das manifestações culturais do país.

Dessa forma, as consequências desse fenômeno repercutem profundamente na escolarização e na identidade dos estudantes negros, que sofrem por terem pele negra, cabelos cacheados e por pertencerem a um grupo historicamente explorado, esquecido e desvalorizado. São estes os fatores que acabam por provocar os maiores índices de evasão, reprovação e

fracasso escolar, o que se reflete na reduzida presença de estudantes negros no ensino superior. Destaca-se também a inércia das políticas públicas em melhorar a qualidade das escolas públicas por meio do ensino e da estrutura física das instituições (Matos; França, 2023).

Diante do exposto, é nítido que o racismo ocorre na educação e permitir a discussão de estratégias que contribuam para o combate ao racismo e minimizem os efeitos negativos desse fenômeno na trajetória da escola dos estudantes negros. Para tanto, são necessárias políticas públicas, livres de estereótipos e atitudes racistas, para promover mudanças na sociedade. E também, acredita-se que a formação de professores focada na diversidade e em mudanças efetivas no currículo escolar pode contribuir significativamente para a valorização da população negra.

2.3 REPRESENTATIVIDADE NEGRA

Segundo Malafaia (2018), considera, uma miscigenação na identificação das crianças negras e a importância da representatividade no período da educação básica para a construção da autoestima. Sendo assim, há carência e negligência na apresentação de papéis positivos e representativos para pessoas negras em diversos contextos como revistas, livros, novelas e muito mais. Ainda, ressaltar que estas representações por vezes inadequadas e muitas vezes negativas acabam por reforçar estereótipos sobre as pessoas negras. Os poucos negros aqui apresentados muitas vezes seguem um padrão que não representa grande parcela da população negra, pois acabam enfatizando negros de pele clara e traços europeus favorecidos em diversos contextos, geralmente o negro que mais se assemelha ao branco.

Diante desse panorama, assumir uma identidade negra no Brasil pode ser um processo extremamente doloroso porque os chamados modelos positivos de identidade negra são subpromovidos em comparação com os dos brancos. Por outro lado, modelos negativos de pessoas negras são facilmente observáveis em nossa sociedade: basta olhar para as ruas, prisões, hospitais psiquiátricos, favelas e outros contextos geralmente negativos (Malafaia, 2018).

No entanto, é importante ressaltar que comumente existem imagens representativas em diferentes grupos sociais e culturais. Porém, algumas representações ganham mais visibilidade e podem, portanto, ser consideradas representações da realidade. Na sociedade brasileira e em outras, essas representações foram construídas por meio de uma perspectiva eurocêntrica que produziu significados do que é e do que não é “normal”. Este aspecto especial, como observamos, cria novos significados e implicações na sociedade e no processo de identidade das crianças.

Desse modo, percebe-se o quão difícil é a questão da identificação com o corpo negro, e muitas vezes, mesmo que inconscientemente, as crianças têm consciência dos impasses que enfrentam devido ao corpo negro. Assim, a presença de diferentes etnias no ambiente escolar aumenta o reconhecimento da identidade, da autoestima e do “empoderamento” em crianças que dificilmente se veem representadas nos recursos existentes em seu universo. Além disso, elementos que incluem a diversidade étnica proporcionam uma identificação positiva e permitem a construção da autoestima para que as crianças tenham um bom relacionamento consigo mesmas e com a imagem dos outros (Carneiro; Russo, 2020)

Assim, a sub-representação pode ser um problema porque o processo de auto identificação é essencial para uma criança. Além disso, a presença da diversidade no cotidiano escolar torna-se importante para que todas as crianças possam conviver com as diferenças e aceitar os diferentes tipos físicos. Buscando compreender as diferenças de gênero e autoestima, e corroborando os estudos de Antunes (2006), a pesquisa realizada por Thomas e Daubman (2001) indicou que os meninos possuem uma autoestima maior do que das meninas na adolescência, fator esse que parece estar associado às expectativas sociais e de imagem que diferem entre gêneros.

De forma geral, os estudos sobre autoestima na adolescência têm demonstrado que, nessa faixa etária, há uma relação positiva entre autoestima e saúde mental, além de relações elevadas entre elas, rendimento escolar e aprovação social em quase todos os grupos étnicos e culturais (Hutz et al, 2014). A autoestima parece ser a variável mais crítica que afeta a relação bem-sucedida de um adolescente com seus pares, visto que aqueles que apresentam baixa autoestima desenvolvem mecanismos que modificam a comunicação de seus pensamentos e sentimentos, dificultando a integração grupal (Hutz et al, 2014).

Esses dados são corroborados por Pinheiro e Giugliani (2006) que verificaram a prevalência da insatisfação corporal e fatores associados em crianças entre oito e 11 anos, observaram que 55% das meninas desejavam ser mais magras e 28% queriam ter um corpo maior, enquanto que entre os meninos as estimativas foram inferiores ao observado nas meninas. Observaram ainda que as variáveis significativamente associadas à insatisfação corporal estavam relacionadas com a autoestima mais baixa e com a percepção da expectativa de pais e amigos sobre padrões de beleza associados a magreza, variáveis essas com índices mais altos entre as meninas. Espera-se que esta discussão contribua para uma perspectiva sobre a importância da representação e do empoderamento das crianças, que atuam diretamente na construção da autoestima das crianças, especialmente das crianças negras, para se sentirem pertencentes ao seu contexto social de forma segura.

Silva; Linhares e Paulo (2019) destacam que falar de representatividade negra e feminina fala de uma vida cheia de luta para ser respeitada como mulher e negra. Trata-se de um exercício diário para deixar de objetificar o seu corpo e transformá-lo em sujeito de direitos. Desta forma, a ação de ocupar todos os espaços devem ser entendidas como um ato político. No entanto, o próprio sistema político e os pressupostos tradicionais da democracia liberal representativa podem apresentar-se mais como um obstáculo do que como uma oportunidade para as mulheres negras. A luta política do feminismo negro consiste, portanto, em postular um novo paradigma de representação que supere a impossibilidade das mulheres negras se afirmarem como seres sociais e políticos, dado o desrespeito pela sua existência.

Do ponto de vista educacional, o Movimento Negro Brasileiro está realizando um trabalho importante para reavaliar a representação social dos negros em todos os seus contextos sociais, especialmente na escola. A escola deve, assim, ser vista como o principal espaço de desconstrução de conceitos fixos e de termos historicamente construídos, por ser um ambiente privilegiado que proporciona intensa troca de culturas e experiências entre sujeitos oriundos dos mais diversos grupos étnicos e raciais. Assim, a escola é um local onde, além dos saberes e conteúdos escolares, devem ser trabalhados valores e crenças relacionados à raça, ao gênero e à classe social (Carneiro; Russo, 2020).

Ponce (2018), relata que as políticas públicas devem cumprir o papel de romper com as desigualdades estruturais que permeiam os sistemas educacionais, porque elas perpassam o currículo escolar desde o seu ordenamento sistêmico formal até a sua vivência subjetiva e social no chão da escola. Chizzotti e Ponce (2012), ainda afirmam que “não há como tomar a escola e o currículo, como objetos de estudo, sem estabelecer a sua relação com as políticas emanadas do Estado.”

Considerando a importância da Educação para as relações étnico-raciais, torna-se essencial incorporar dois elementos cruciais na elaboração de currículos escolares voltados para a promoção da igualdade racial: a aplicação de políticas públicas alinhadas aos objetivos propostos e a integração dos princípios fundamentais relacionados à Educação para as relações étnico-raciais.

As políticas públicas curriculares raciais são fruto das lutas dos movimentos sociais em consonância com a agenda mais progressista do Governo Federal que culminaram na promulgação da Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), nas Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais (BRASIL, 2006) e no Plano Nacional de Implantação das

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2010).

Portanto, nas últimas décadas, graças ao trabalho dos movimentos sociais e à organização da sociedade em rede, temos testemunhado o surgimento de reivindicações antirracistas em diversos segmentos da sociedade, culminando numa escala sem precedentes dessas discussões, pois o debate ainda não produziu resultados concretos nas mudanças na representação em publicidades através da mídia, redes sociais, pesquisas científicas, livros didáticos, jornais, e principalmente no contexto escolar (Fernandes, 2021).

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou responder a três questões norteadoras. Primeiramente, identificou-se as principais características e manifestações do racismo discutidas nas produções científicas que abordam a personalidade negra e a implementação da Lei 10639/2003. Foi constatado que essas produções científicas discutem uma série de características e manifestações do racismo que afetam a vivência da população negra no contexto brasileiro. Algumas das principais características e manifestações destacadas incluem: Estigma Racial, que se refere à estereotipação negativa e à atribuição de características pejorativas a indivíduos com base em sua aparência; Racismo Estrutural, que diz respeito às práticas, políticas e instituições que perpetuam a desigualdade racial de forma sistêmica; e Racismo na Educação, que se refere à discriminação racial dentro do sistema educacional, incluindo estereótipos, falta de representatividade e disparidades no acesso a oportunidades educacionais. A implementação da Lei 10639/2003 visa combater o racismo na educação, promovendo a inclusão de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira.

Em segundo lugar, buscou-se compreender as contribuições dessas produções científicas para a compreensão do impacto da Lei 10639/2003 na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da personalidade negra. Foi identificado que essas produções científicas desempenham um papel crucial nessa compreensão, abordando o Impacto na Educação, Fortalecimento da Identidade, Combate aos Estereótipos, Conscientização e Empoderamento, bem como o Impacto na Percepção Social. Essas contribuições fornecem insights para a avaliação contínua da eficácia da Lei 10639/2003 na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da personalidade negra, fornecendo subsídios para aprimorar políticas e práticas educacionais que combatem o racismo e promovem a diversidade.

Por fim, o estudo identificou lacunas e desafios presentes nessas produções científicas, apontando áreas que necessitam de pesquisas adicionais e aprofundamento acadêmico. Concluiu-se que as implicações dessas produções científicas na promoção da igualdade racial e no fortalecimento da identidade da personalidade negra contribuíram significativamente para o entendimento dessas questões. No entanto, ainda persistem algumas lacunas e desafios que precisam ser abordados, destacando a necessidade de pesquisas adicionais e aprofundamento acadêmico em áreas como Avaliação de Impacto a Longo Prazo, Participação e Percepção dos Educadores, Inclusão de Temas Contemporâneos, Impacto na Saúde Mental e Experiência dos Estudantes. Essas áreas fornecem oportunidades de estudo para compreender melhor os efeitos da implementação da lei, a participação dos educadores, temas contemporâneos, impactos na saúde mental e a experiência dos estudantes em sala de aula que incorporam os princípios da Lei 10639/2003, considerando percepções, desafios enfrentados e benefícios percebidos.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 11, n. 1, p. 246-260, 2020. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/266>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

ARAÚJO, Antonia Valdenia de. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA:: PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Embormal**, v. 11, n. 21, p. 09-09, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/11551/9853>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

BARAIBAR, Gabriela. **Em busca de uma educação antirracista**: aplicação da lei 10.639/2003 em propostas para o ensino de língua portuguesa. 2023. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2935>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas”. Brasília, DF: 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: 2003.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

CARAPELLO, Raquel. **O racismo camuflado pelo bullying**. *Revista Educação-UNG-Ser*, v. 15, n. 1, p. 171-178, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4018/3073>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

CARNEIRO, Carolina Zolin; DE OLIVEIRA RUSSO, Maria José. A criança negra e a representatividade racial na escola. *Cadernos de Educação*, v. 19, n. 38, p. 105-126, 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/10648>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

FERNANDES, Pablo Moreno. A carne mais barata do mercado na publicidade: representatividade negra em anúncios publicitários. *LÍBERO*, n. 47, p. 179-196, 2021. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1211/1217>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

GIL, Carlos Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo.. EDITORA ATLAS, 2002. Disponível em: [Anexo C1 como elaborar projeto de pesquisa - antonio carlos gil.pdf \(ufg.br\)](#). Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

MATOS, Patrícia Modesto; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Racismo e escolarização: formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. *Revista Contexto & Educação*, v. 38, n. 120, p. e10888-e10888, 2023. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10888>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOLASCO, Juliana Carmelita Teixeira de Magalhães. **Desafios na aplicação da lei 10.639/03 e alternativas para a sua implementação em uma escola municipal de Belo Horizonte**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33603> . Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

PONCE, Branca Jurema; FERRARI, Alice Rosa de Sena. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa , v. 17, e2219390, 2022 . Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100403&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jan. 2024. Epub 23-Fev-2022. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.19390.005>.

PRETTO, Odara. **Implementação da Lei 10.639/2003 nas Escolas do Distrito Federal: uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos**. 2023. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/36059>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Praxis educativa**, v. 16, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092021000100112&script=sci_arttext . Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

SANTANA, Taciane Reis; PINHEIRO, Diego Arthur Lima. Raça e subjetividades negras: uma revisão integrativa sobre os desdobramentos da lei 10.639. **Mnemosine**, v. 19, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/76217>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

SANTANA, Taciane Reis; PINHEIRO, Diego Arthur Lima. Raça e subjetividades negras: uma revisão integrativa sobre os desdobramentos da lei 10.639. **Mnemosine**, v. 19, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/76217>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

SILVA, Joselina da; LINHARES, Ângela Maria Bessa; PAULO, Adriano Ferreira de. Didática do Ensino Superior e a Lei 10.639/03 nos cursos de História do Ceará. **História & Ensino**, v. 25, n. 2, p. 35-57, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/34704>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

SILVA, Kaline Gonçalves. **Educação antirracista: implementação da Lei 10.639/03 como caminho para afirmação da identidade de crianças negras**. 2023. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/5989>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

JOGOS E BRINCADEIRAS DE ORIGEM AFRICANA COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS: relato de experiência com alunos do 4º ano em escola pública.
<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap5>

Breno Caldas Rodrigues
 Gustavo da Silva Pinto
 Paulo Ronaldo Souza de Albuquerque
 Amanda Dias Medeiros
 Benedito Lucivaldo Coelho Rodrigues
 Matheus Costa Nascimento
 Odalene Palheta Moraes
 Victor Makoto Assunção Souza

RESUMO

O presente estudo tem como problemática investigar o impacto das práticas antirracistas baseadas em jogos e brincadeiras de origem africana no fortalecimento da identidade dos alunos afrodescendentes e na construção de uma consciência antirracista. O objetivo geral é analisar o impacto dessas práticas entre os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I da Escola Manoel Barbosa de Moraes. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva. O estudo foi realizado em uma escola pública, tendo como participantes alunos de ambos os sexos, com idades entre 8 e 10 anos, totalizando 40 participantes. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, conversas intencionais e aplicação de jogos e brincadeiras de origem africana. A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, utilizando a análise temática para identificar os principais temas emergentes relacionados ao impacto das práticas antirracistas. Todos os responsáveis legais dos alunos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a participação voluntária na pesquisa. A experiência com alunos do 4º ano mostrou que essas atividades promovem a valorização da diversidade, conscientização crítica e relações igualitárias, fortalecendo a identidade cultural. A implementação dessas práticas é uma estratégia eficaz na educação antirracista e formação de cidadãos comprometidos com a justiça social.

Palavras chaves: Negro. Racismo. Jogos.

1. INTRODUÇÃO:

A problemática da pesquisa é saber qual é o impacto das práticas antirracistas baseadas em jogos e brincadeiras de origem africana no fortalecimento da identidade dos alunos afrodescendentes e na construção de uma consciência antirracista entre os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I da Escola Manoel Barbosa de Moraes

Dessa forma foi definido como objetivo geral, investigar o impacto dos jogos e brincadeiras de origem africana como práticas antirracistas entre os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I da Escola Manoel Barbosa de Moraes, visando promover a

valorização da cultura africana, fortalecer a identidade dos alunos afrodescendentes e construir uma consciência antirracista desde a infância.

A presente pesquisa tem como objetivos específicos avaliar o conhecimento prévio dos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I da Escola Manoel Barbosa de Moraes sobre a cultura africana e o racismo, por meio da aplicação de questionários, e investigar o impacto das práticas anti racistas baseadas em jogos e brincadeiras de origem africana no fortalecimento da identidade dos alunos afrodescendentes do mesmo grupo, utilizando observações, entrevistas e análise de mudanças de atitudes e comportamentos. Esses objetivos visam compreender o nível de conhecimento dos alunos sobre esses temas, bem como analisar como as atividades anti racistas podem contribuir para o fortalecimento da identidade e para a conscientização sobre o racismo no contexto escolar.

Esta pesquisa foi concebida com o objetivo de resgatar e explorar o legado da cultura africana, em especial os seus jogos e brincadeiras, que desempenham um papel significativo na formação da cultura brasileira. A lei 10.693/2003, promulgada sete anos após a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem como objetivo principal a inclusão obrigatória do ensino de História Afro-brasileira nas escolas. Em nossa sociedade, a educação antirracista é uma necessidade urgente, e uma das maneiras mais eficazes de promovê-la é por meio de abordagens lúdicas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR DE JOGOS E BRINCADEIRAS.

Segundo Cunha (2016), a prática escolar deve ser vista como uma prática contextualizada, repleta de significados e sentidos que se originam da vida dos alunos e dos professores em suas interações com o mundo. Desse modo, a brincadeira se torna um elemento motivador para a releitura da cultura e das origens interétnicas do Brasil, por meio do contato com brincadeiras de origem africana.

Os jogos e brincadeiras são ferramentas que os professores podem utilizar para trabalhar a matriz africana no ambiente escolar, não apenas para cumprir a lei, mas também para conscientizar o elemento mais importante da escola: o aluno (Trog *et al.*, 2022). Por meio dessas atividades, as crianças aprendem sobre si mesmas,

sobre os outros e sobre o mundo. Ao trazer esse repertório, o educador oferece aos estudantes mais um elemento da cultura infantil que, juntamente com brinquedos e literatura, contribui para a promoção da Educação para as relações étnico-raciais, conforme enfatizado por (Ingrid Yurie, 2022).

É por meio da brincadeira que a criança aprende a aceitar o mundo em que está inserida, aprendendo a conviver com a diversidade. Ao brincar com atividades aprendidas de outras culturas, elas ampliam suas experiências e procuram preservar suas tradições e costumes por meio do processo de imitação, que é uma necessidade e uma condição para que tanto as crianças quanto os adultos possam manter seus elementos culturais. O uso de jogos lúdicos como atividade pedagógica tem se intensificado nas salas de aula, especialmente nas disciplinas como História (BATALHA, Lenomar Nogueira; SILVA, FM da. Influência cultural africana: danças, jogos e brincadeiras na educação básica em Parintins/AM. Campina Grande, v. 1, p. 2316-1086).

De modo geral, inicialmente, a responsabilidade de moldar as crianças neste mundo recai sobre a família, que é o ambiente tradicional para a criança e proporciona uma segurança dentro de suas paredes. No entanto, após os primeiros anos, essa responsabilidade é parcial ou totalmente transferida para as instituições formais de educação, que muitas vezes contribuem para a reprodução objetiva da ordem social existente e para a diferenciação social (BOURDIEU & PASSERON, 1982).

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma declaração de dez pontos que trata dos direitos das crianças, e um dos tópicos discutidos neste fórum é o direito à educação gratuita e ao lazer. Esse tópico destaca a importância do brincar para a compreensão dos primeiros anos de vida da criança. Em especial, a singularidade das mensagens transmitidas por meio dessas práticas pode ser observada na forma como as crianças se comunicam com o mundo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Síntese do Parecer n. CNE/CP 003/2004, enfatizam a importância de trabalhar os jogos lúdicos. Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de resgatar elementos do legado da cultura africana, em particular os jogos e brincadeiras que contribuem para a cultura brasileira. A lei 10.693/2003 foi promulgada sete anos após a Lei 9.394/96, que estabeleceu as

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo principal de tornar obrigatório o ensino de História Afro-brasileira nas escolas. A educação antirracista é uma necessidade urgente em nossa sociedade, e uma das maneiras mais eficazes de promovê-la é por meio de abordagens lúdicas.

Nesse contexto, os jogos e brincadeiras de origem africana se apresentam como ferramentas valiosas para a promoção de práticas antirracistas. Essas práticas foram aplicadas aos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Barbosa de Moraes. Segundo (Cunha, 2016), a prática escolar deve ser vista como uma prática contextualizada, repleta de significados e sentidos que se originam da vida dos alunos e dos professores em suas relações com o mundo. Dessa forma, as brincadeiras se tornam elementos motivadores para a releitura da cultura e das origens interétnicas do Brasil, por meio do contato com as brincadeiras de origem africana.

Os jogos e brincadeiras são ferramentas que os professores podem utilizar para trabalhar a cultura africana no ambiente escolar, não apenas para cumprir a lei, mas também para conscientizar o aluno, que é o personagem mais importante da escola (Trog *et al.*, 2022). Por meio dessas atividades, as crianças aprendem sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo. Ao trazer esse repertório, os educadores oferecem aos estudantes mais um elemento da cultura infantil que, juntamente com brinquedos e literatura, contribui para a promoção da Educação para as relações étnico-raciais, como enfatizado por Ingrid Yurie.

É por meio da brincadeira que a criança aprende a aceitar o mundo em que está inserida, aprendendo a conviver com a diversidade. Ao brincar com atividades aprendidas de outras culturas, as crianças ampliam suas experiências e procuram preservar suas tradições e costumes por meio do processo de imitação, que é uma necessidade e uma condição para que tanto as crianças quanto os adultos possam garantir a permanência de seus elementos culturais. O uso de jogos lúdicos como atividade pedagógica tem se intensificado nas salas de aula, especialmente nas disciplinas como História (BATALHA, Lenomar Nogueira; SILVA, FM da. Influência cultural africana: danças, jogos e brincadeiras na educação básica em Parintins/AM. Campina Grande, v. 1, p. 2316-1086).

De modo geral, inicialmente, a responsabilidade de moldar as crianças neste mundo recai sobre a família, que é o ambiente tradicional para a criança e proporciona uma segurança dentro de suas paredes. No entanto, após os primeiros anos, essa responsabilidade é parcial ou totalmente transferida para as instituições formais de educação, que muitas vezes contribuem para a reprodução objetiva da ordem social existente e para a diferenciação social (BOURDIEU & PASSERON, 1982).

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma declaração de dez pontos que trata dos direitos das crianças, e um dos tópicos discutidos neste fórum é o direito à educação gratuita e ao lazer. Este tópico enfatiza a importância do brincar para a compreensão dos primeiros anos de vida da criança. Em especial, a singularidade das mensagens transmitidas por meio dessas práticas pode ser observada na forma como as crianças se comunicam com o mundo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Síntese do Parecer n. CNE/CP 003/2004, enfatizam a importância de trabalhar os jogos lúdicos como atividades pedagógicas para promover a valorização da cultura africana e a construção de uma consciência antirracista.

Ao introduzir jogos e brincadeiras de origem africana nas escolas, os alunos têm a oportunidade de conhecer e vivenciar elementos culturais que muitas vezes são negligenciados ou desconhecidos. Essas atividades podem incluir jogos tradicionais, danças, cantigas, brincadeiras de roda, entre outros. Além de proporcionar momentos de diversão e interação, essas práticas contribuem para o fortalecimento da identidade e autoestima das crianças afrodescendentes, ao verem sua cultura representada e valorizada no ambiente escolar.

Os jogos e brincadeiras também têm o potencial de promover a empatia e o respeito pela diversidade, uma vez que as crianças têm a oportunidade de aprender sobre diferentes culturas e tradições. Ao brincar em grupo, elas desenvolvem habilidades sociais, como cooperação, negociação e resolução de conflitos. Essas habilidades são fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e atuantes em uma sociedade plural.

Além disso, os jogos e brincadeiras de origem africana podem ser uma forma eficaz de abordar questões relacionadas à história da escravidão, ao racismo e à luta

por igualdade. Por meio dessas atividades, os professores podem criar espaços de diálogo e reflexão, estimulando os alunos a discutir e questionar estereótipos e preconceitos, além de promover a valorização da diversidade étnico-racial.

É importante ressaltar que a implementação dessas práticas requer um trabalho pedagógico cuidadoso, que considere a formação dos professores, a escolha adequada dos jogos e brincadeiras, bem como a contextualização histórica e cultural. Os educadores devem estar preparados para lidar com questões sensíveis e para abordar os temas de forma inclusiva e respeitosa.

Os jogos e brincadeiras de origem africana podem desempenhar um papel significativo na promoção da educação antirracista e na valorização da cultura afro-brasileira. Ao incorporar essas práticas no ambiente escolar, os educadores contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa com a diversidade.

2.2. CULTURA AFRICANA

Será que todas as crianças nas salas de aula da Educação Infantil estão sendo contempladas quando se trata de literatura infantil, desde bebês? A presença da literatura africana e afro-brasileira é evidente nesse ambiente? É importante refletir sobre o repertório literário oferecido às crianças, levando em consideração a diversidade étnico-racial e cultural presente no espaço escolar.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) afirmam que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever condições para o trabalho coletivo e a organização de materiais, espaços e tempos que garantam o reconhecimento, a valorização e o respeito à interação das crianças com as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, além de combater o racismo e a discriminação (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, as propostas pedagógicas devem considerar as múltiplas infâncias e estar alinhadas com suas especificidades nos contextos, espaços e tempos em que estão inseridas, a fim de promover seu pleno desenvolvimento e potencializar suas habilidades.

É importante que professores e professoras mantenham-se atentos e abertos às manifestações culturais de matriz africana que ocorrem na região onde a escola está situada (LOPES, 2022).

Nas filosofias tradicionais de origem africana e nas expressões culturais que as concretizam, a colaboração mútua e o envolvimento de toda a comunidade em torno de um objetivo que engrandeça a todos, individual e coletivamente, são premissas básicas e prioritárias (LOPES, 2022).

A diversidade cultural faz parte da história do Brasil, um país composto por um território amplo, extenso e diversificado. Por meio de registros históricos, verifica-se que muito antes do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500, os indígenas já habitavam o território brasileiro. Os principais disseminadores da cultura brasileira foram, primeiramente, os povos indígenas, seguidos pelos colonizadores europeus e pelos escravos africanos, e, posteriormente, pelos imigrantes italianos, japoneses, alemães, poloneses, árabes, entre outros (OLIVEIRA, 2017).

O povo africano tem dado importantes contribuições para a formação do Brasil, tanto em relação à composição física da população quanto à formação da cultura, incluindo alimentação, língua, música, religião, estética, valores sociais e emocionais.

De fato, a cultura é uma arte e um sistema de símbolos e significados. Ela envolve diferenças e semelhanças, como linguagens, relações de parentesco, gênero, religiões, crenças, vestimentas, cardápio, tradições, arte, economia, valores, etc., estabelecidos pelo grupo ao qual as pessoas estão inseridas. Contudo, diversidade significa variedade (OLIVEIRA, 2017).

Segundo OLIVEIRA (2017), o povo brasileiro é uma sociedade miscigenada, e por isso a cultura brasileira é considerada uma das mais ricas. Portanto, podemos dizer que esse grande intercâmbio cultural transcende as regiões e se torna uma cultura única. Por isso, devemos sempre fazer das escolas espaços de conscientização e eliminação de preconceitos e práticas discriminatórias.

Sabe-se que falar sobre cultura africana no Brasil não é algo simples, considerando o passado desagradável em relação aos povos africanos no país. No entanto, é de suma importância trabalhar esse conteúdo em nossas escolas, pois

assim estaremos educando nossas crianças sobre os valores não só da cultura africana, mas também de outros povos.

Falar sobre a história do Brasil é falar sobre a África e seus diversos povos e culturas. Os povos africanos, responsáveis pela construção de grande parte da cultura brasileira, desembarcaram aqui na condição de escravizados, tendo suas culturas e corpos violados pelo desejo dos colonizadores. A presença da cultura africana na formação do Brasil é inegável e, portanto, é essencial que essa riqueza cultural seja reconhecida, valorizada e compartilhada nas salas de aula.

Ao introduzir a literatura africana e afro-brasileira na Educação Infantil, as crianças têm a oportunidade de conhecer histórias, personagens e realidades que refletem a diversidade étnico-racial do país. Além disso, a literatura africana oferece diferentes perspectivas, valores e formas de expressão, enriquecendo o repertório cultural das crianças.

É importante que os educadores estejam atentos à seleção de livros e materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial, incluindo obras de autores africanos e afro-brasileiros. Essa diversidade deve estar presente não apenas em histórias sobre escravidão e sofrimento, mas também em narrativas que retratem a riqueza cultural, a resiliência e as contribuições dos povos africanos para a sociedade.

Além disso, é fundamental que os educadores sejam sensíveis e respeitosos ao abordar essas temáticas, promovendo um ambiente acolhedor e seguro para todas as crianças. É importante criar espaços de diálogo e reflexão, onde as crianças possam compartilhar suas vivências, dúvidas e curiosidades sobre a cultura africana.

A literatura africana e afro-brasileira na Educação Infantil não deve ser vista como algo isolado, mas sim como parte de um currículo que valoriza a diversidade e promove a igualdade racial. Essa abordagem deve estar presente em todas as áreas do conhecimento, como história, geografia, ciências e artes, enriquecendo as atividades e proporcionando uma educação mais inclusiva e justa.

Em resumo, a presença da literatura africana e afro-brasileira na Educação Infantil é fundamental para promover a valorização da diversidade étnico-racial, combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Os educadores têm um papel essencial nesse processo, ao selecionar materiais adequados, criar

ambientes acolhedores e promover o diálogo e a reflexão sobre as diferentes culturas presentes no país.

2.3. PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

A prática antirracista emerge como uma resposta crucial e necessária diante dos desafios persistentes relacionados à discriminação racial e injustiça social. Em um mundo marcado por uma diversidade rica e complexa, a perpetuação do racismo destaca a urgência de abordagens ativas e transformadoras para dismantelar estruturas discriminatórias enraizadas. A prática antirracista não se restringe apenas a uma luta contra atos explícitos de discriminação, mas estende-se a uma profunda reflexão sobre as estruturas sociais, culturais e institucionais que perpetuam desigualdades baseadas na raça.

A prática antirracista é uma abordagem que educa não apenas para coibir a disseminação de falas racistas e preconceituosas relacionadas à cor da pele. A ideia é valorizar a identidade de diferentes povos e, assim, proteger desde cedo as crianças vítimas do racismo brasileiro (Equipe lyceum, 2021).

Com isso, é essencial que a prática antirracista seja incorporada em todos os aspectos da sociedade, desde a educação até as políticas públicas, para garantir a igualdade racial e combater a discriminação. A prática antirracista é, portanto, um compromisso contínuo que exige ação ativa e reflexão constante para dismantelar as estruturas discriminatórias enraizadas na sociedade.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares, realidade social e diversidade étnico-cultural, é preciso que os educadores compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras (GOMES, 2005).

Tomando como ponto de partida nosso papel de educadores, a dimensão ética de nosso trabalho e o compromisso irrestrito com a promoção de práticas escolares antirracistas em todas as etapas da educação formal, voltamos nosso olhar, neste artigo, para discursos acadêmicos de resistência, produzidos por sujeitos em formação, numa prática discursiva centrada no diálogo entre pesquisa, relações étnico-raciais e educação. Este empreendimento se faz a partir de nossa

trajetória na docência e na pesquisa fundamentada em uma Linguística Aplicada contemporânea (LA) que parte do princípio de que, para discutir e construir o mundo atual, precisamos nos desfazer de clássicas dicotomias do pensamento moderno - como as que subordinam a LA à Linguística (ROCHA; DAHER, 2015; MOITA LOPES, 2006).

Como estudiosos de Linguística Aplicada, pautamos nossas práticas docentes e de pesquisa no entendimento de que o conhecimento se constrói por práticas de linguagem num jogo complexo de relações de saber e poder (FOUCAULT, 2004, 2018), buscando reflexões e formas de resistência que, como micropolíticas, contribuem para atenuar as enormes diferenças sociais às quais estamos submetidos em nosso país.

O processo de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível.

Quando a educação insiste em reforçar a ideia de civilização como algo próprio do mundo Ocidental; quando trabalha com a lógica de que a ciência ocidental é a única forma de conhecimento legítimo e validado; quando subjuga os conhecimentos produzidos no eixo Sul do mundo a meros saberes rudimentares; quando reforça valores, idiomas, padrões estéticos e culturas ocidentais e urbanas, apagando a diversidade de formas de ser e de constituição linguística, de formas de Estado, de processos culturais e políticos; quando despreza os conhecimentos locais, não ocidentais, as culturas produzidas pelos setores populares, as religiões que não se baseiam na visão cristã de mundo e a diversidade de heranças e memórias, ela atua de forma excludente, perpetuando estruturas de poder e desigualdades raciais.

A prática antirracista na educação, portanto, envolve uma série de ações e estratégias que buscam enfrentar o racismo nas escolas e criar um ambiente inclusivo e igualitário para todos os estudantes, independentemente de sua raça ou origem étnica. Alguns exemplos de práticas antirracistas na educação incluem:

1. Currículo inclusivo: Elaborar um plano de estudos que aborde a pluralidade étnica e cultural da comunidade, incluindo a história, a cultura e as contribuições de diferentes grupos étnicos. Isso implica na inclusão de autores e

pensadores negros, indígenas e de outras etnias étnicas nas leituras e materiais didáticos, além de abordar questões raciais de maneira crítica e reflexiva.

2. Formação de professores e professoras: Proporcionar treinamento e capacitação para os educadores acerca de questões raciais e práticas antirracistas. Isso inclui o desenvolvimento de capacidades para reconhecer e desafiar o racismo, incentivar o respeito à diversidade e criar um ambiente de aprendizagem inclusivo.

3. Ambiente escolar acolhedor: Criar um ambiente escolar seguro, valorizado e respeitado. Isso requer a criação de uma cultura escolar que valoriza a diversidade e promova o racismo de forma ativa, incluindo a implementação de políticas de tolerância zero para o bullying e a discriminação racial.

4. Diálogo e discussão: Estimular o diálogo aberto e a discussão sobre questões raciais em sala de aula. Isso possibilita que os estudantes expressem suas vivências e perspectivas, aprendam com os outros e aprimorem suas habilidades de pensamento crítico e empatia.

5. Parceria com a comunidade: Estabelecer acordos com entidades e indivíduos da comunidade que trabalham para combater o preconceito racial e fomentar a equidade racial. Isso pode incluir a participação em eventos, workshops e atividades coletivas relacionadas às questões raciais.

6. Avaliação crítica: Refletir de forma crítica sobre as políticas educacionais e métodos utilizados para identificar e eliminar formas de discriminação racial. Isso requer a análise de políticas, currículos e métodos educacionais para assegurar que sejam inclusivos e promovam a equidade racial.

É importante ressaltar que a prática antirracista não é um evento isolado, mas um compromisso contínuo e constante com a luta contra o racismo. Requer uma conscientização constante, reflexão pessoal e disposição para desafiar as estruturas de poder que perpetuam a discriminação racial.

2.4. JOGOS E BRINCADEIRAS DE ORIGEM AFRICANA

Os jogos e brincadeiras são recursos poderosos para envolver, engajar e transmitir conhecimentos. Na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais, o brincar pode potencializar as aprendizagens porque, além dos benefícios

já citados, ele ainda pode revelar como todos nós brasileiros somos e, ao mesmo tempo, tão diferentes uns dos outros (Bonino; Darc, 2019).

A cultura africana é rica em tradições lúdicas, que incluem uma variedade de jogos e brincadeiras. Essas atividades, transmitidas de geração em geração, desempenham um papel importante na educação, socialização e preservação da identidade cultural. As atividades lúdicas têm grande importância na valorização da cultura africana e na redução dos preconceitos existentes nas instituições de ensino (Trog et al., 2022).

É importante compreender que o brincar é um direito, pois configura uma necessidade essencial para o desenvolvimento psicomotor da criança, independentemente da cultura e do contexto em que está inserida. Além disso, a cultura permite a diversidade de processos nas aprendizagens expressas nas relações sociais, o que favorece a construção de conhecimentos diversos e inclusivos em favor da garantia da cidadania por meio do brincar.

Qual é a importância de ensinar jogos e brincadeiras de origem africana para crianças?

Ensinar jogos e brincadeiras de origem africana para crianças é uma maneira de mostrar a elas sua ancestralidade, a cultura africana e sua importância para a sociedade, tudo isso por meio de brincadeiras divertidas e criativas. Além disso, algumas dessas brincadeiras também trabalham os aspectos cognitivos das crianças. Um exemplo de brincadeira seria o "Terra/Mar," que desenvolve a atenção e concentração da criança. As crianças aprendem brincando, e as brincadeiras africanas, seja em sala de aula ou em casa, abrem possibilidades para as crianças conhecerem mais sobre a cultura africana (Brasil, 2022).

Segundo Kishimoto (2008), embora não haja um conceito formal para jogo e brincadeira, é necessário conhecer as características que marcam e diferenciam ambos. Por exemplo, o jogo sempre terá regras bem definidas que nortearão a busca por um objetivo final (conquistar algo, ganhar ou perder).

Os pesquisadores Rolim, Guerra e Tassigny, citados por Vygotsky (2008), ratificam que é por meio do brincar que a criança desenvolve sua capacidade de lidar com situações concretas, pois o brinquedo possibilita à criança projetar-se em

diversas situações do mundo real e refletir sobre meios de intervenção nessas situações.

Inclusão de jogos e brincadeiras de origem africana no currículo escolar

A inclusão de jogos e brincadeiras de origem africana no currículo escolar é uma excelente maneira de celebrar a diversidade cultural e fortalecer as relações étnico-raciais, sendo importante por diversos motivos. Em primeiro lugar, ela ajuda a valorizar a cultura africana e a combater o racismo.

Através dos jogos e brincadeiras, as crianças podem aprender sobre a história e a cultura africana, bem como sobre a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira.

A Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar nacional, o que trouxe à discussão a mudança de abordagem das escolas ao reconsiderar e rever conteúdos, livros didáticos, datas comemorativas, grandes personalidades e eventos históricos. A inclusão de jogos e brincadeiras de origem africana no currículo escolar é uma forma de colocar em prática essa lei e de promover a diversidade cultural e o respeito à pluralidade étnica e cultural do Brasil (ASE, 2020).

Portanto, a inclusão de jogos e brincadeiras de origem africana no currículo escolar é uma estratégia eficaz para promover a diversidade cultural, a educação antirracista e o respeito às diferenças. Para implementar essa inclusão de forma eficaz, é importante envolver a comunidade escolar, proporcionar formações para os educadores e garantir que os recursos necessários estejam disponíveis. Ao fazer isso, as escolas podem criar ambientes mais enriquecedores e inclusivos, preparando os alunos para a convivência em uma sociedade diversificada. O método utilizado para a coleta de dados contou com o desenvolvimento de uma observação participante, bem como a realização de conversas intencionais com os jovens.

3. METODOLOGIA

De acordo Gil (2001) a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de observação participante e a análise dos dados foi feita utilizando a análise de conteúdo de Bardin.

Participaram deste estudo 40 alunos de ambos os sexos, selecionados aleatoriamente a partir do grupo de alunos que atenderam aos critérios de inclusão. A seleção foi feita de forma a garantir a representatividade da amostra em relação às características demográficas da população-alvo.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram:

1. Alunos matriculados em instituições de ensino da região X;
2. Faixa etária entre 8 e 10 anos;
3. Consentimento dos responsáveis legais para participação na pesquisa.

Os critérios de exclusão foram:

1. Alunos com histórico de ausências frequentes ou problemas de comportamento que possam comprometer a participação adequada na pesquisa.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de observação participante, na qual o pesquisador se inseriu no contexto das atividades escolares e interagiu diretamente com os participantes. Além disso, foram realizadas conversas intencionais e aplicados jogos e brincadeiras de origem africana, os quais foram escolhidos por sua relevância cultural e potencial para promover discussões sobre diversidade e inclusão.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, utilizando a análise temática proposta por Braun e Clarke (2012). Essa abordagem permitiu a identificação e a categorização dos principais temas emergentes nos relatos dos participantes, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados.

Por fim, é importante ressaltar que todos os procedimentos éticos e legais foram seguidos durante a realização da pesquisa, incluindo a obtenção de consentimento informado dos responsáveis, a preservação da privacidade e a garantia de anonimato dos participantes.

Utilizamos da prática de jogos e brincadeiras de origem africana para fomentar sobre a importância da cultura africana, assim fazendo com que as crianças envolvidas pudessem não só ter conhecimento sobre a importância da cultura de outros povos como também se permitirem a participação da mesma.

JOGOS E BRINCADEIRAS UTILIZADAS;

- Terra-Mar.

Com uma fita adesiva, marca-se uma longa reta no chão, definindo que um lado é a terra e o outro lado é o mar, sendo que ambos os lados são representados com figuras de terra e mar, para um melhor entendimento da dinâmica . Inicia com todas as crianças do lado terra. Ao falar "mar", todas saltam ao mesmo tempo para o lado mar. Ao falar terra, voltam para o lado terra. E assim sucessivamente. Quem pular para o lado errado, sai da brincadeira. Quem ficar por último, vence.

- Acompanhe meus pés.

O número de participantes na brincadeira é livre, escolheu-se um líder para começar e formar colunas em sua frente. Esse líder deve fazer gestos corporais, no intuito dos participantes repetirem os mesmos gestos. Ao parar na frente de uma das crianças, ela deve refazer os movimentos corporais e se tornar o líder. Caso não consiga, o líder segue e tenta de novo com outra criança da coluna.

- Labirinto.

Desenhou-se um labirinto com diferentes etapas, com fita adesiva no chão. As crianças começam na parte de fora do desenho e podem avançar para cada etapa do labirinto assim que for ganhando as etapas. Os jogadores jogam pedra, papel ou tesoura e o vencedor de cada rodada avança uma casa. Repete até chegar ao final. Quem chegar primeiro vence a partida.

Assim como aponta (Rubens Alves, 2002) É por meio das brincadeiras que a criança emerge no processo de aprendizagem, facilitando a construção da autonomia, reflexão e criatividade. Dessa forma, a criança se desenvolve integralmente, abrangendo os âmbitos sociais, afetivos, culturais, cognitivos, emocionais e físicos.

Uma das formas de fazermos mudanças cotidianas que não demandam a elaboração de um projeto é por meio de materiais pedagógicos, como cartazes e brinquedos de maneira a não reforçar estereótipos que fortalecem as ideias hierarquizantes que colocam as crianças negras em uma posição de subalternidade em relação às crianças brancas. Contudo, para isso, é imprescindível a formação docente para o trato das questões étnico-raciais, a fim de que os professores possam implementar uma educação antirracista no cotidiano escolar a partir da realidade do “chão da escola”.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, primeiramente, introduzimos um diálogo breve sobre a cultura africana e descrevendo algumas brincadeiras criadas pelos povos africanos, com a ideia de melhor absorção do que estávamos propondo. Em seguida, apresentamos os jogos e brincadeiras como método de combate ao racismo, enfatizando sobre a origem das brincadeiras, suas culturas e diversidades, com a ideia de que as crianças tenham em mente que não só a África como também outros povos tem suas culturas e costumes.

Para selecionar a amostra do estudo, buscou-se na internet, na plataforma Google Acadêmico, por publicações que tratassem da educação antirracista. “prática pedagógica escolar de jogos e brincadeiras”, “cultura africana”, “práticas antirracistas”, e “jogos e brincadeiras de origem africana” foram as palavras-chave utilizadas na busca. Foram feitas várias combinações diferentes entre elas, e ficou delimitado que seriam consideradas obras a partir de 2018 para só aí selecionarmos as publicações que interessam para a produção deste artigo.

Foi realizada uma visita a escola Manoel Barbosa de Moraes onde fomos bem aceitos por toda a comunidade escolar – gestores, professores e alunos os quais foram receptivos e nos deixaram à vontade durante o desenvolvimento da mesma.

Observou-se a compreensão das crianças quando foi explicada, de modo sucinto, a importância da cultura africana. As mesmas relataram os Jogos e Brincadeiras Africanas durante a nossa visita.

Nossa visita foi realizada conforme o planejamento efetuado pela mesma, sendo assim em nenhum momento houve necessidade de uma adequação de tempos para cada brincadeira ou redução do quantitativos de brincadeiras com as crianças, proporcionando assim uma aplicação bem efetiva;

As crianças conseguiram relacionar algumas brincadeiras e jogos com as do Brasil, como por exemplo, o Terra-Mar (semelhante ao jogo Morto-Vivo);

O Terra-Mar e o Labirinto (jogos) foram confeccionados com materiais de fácil acesso, cujos estão ao alcance das crianças.

Durante a pesquisa em campo, observou-se que não houve dificuldades na participação das brincadeiras propostas para com os alunos, em nenhum momento tivemos dificuldade de desenvolver nosso planejamento, assim observando o

comportamento positivo de todas as crianças. Ao final de todo o processo de avaliação do conhecimento das crianças com relação à cultura africana, reunimos as mesmas em uma roda de conversa, para assim ouvirmos o que elas tinham a nos dizer sobre o que lhes foi apresentado.

Relato de um aluno(a); “não sentir dificuldades de brincar, eu também gostei bastante”. foi realizada uma pergunta para o mesmo aluno(a); “de acordo com o que lhes foi apresentado, qual das brincadeiras você mais gostou?” Aluno(a); “gostei bastante da brincadeira ‘Terra-Mar’ porque me lembrou muito a brincadeira ‘Morto-Vivo’”.

Relato de um aluno(a); “acho muito importante falar sobre a cultura através de jogos e brincadeiras, pois é muito divertido, já que ao mesmo tempo que brincamos, a gente aprende”.

E ao fim da pesquisa foi notório a importância de introduzir na escola a cultura africana, com jogos e brincadeiras de modo que facilite o entendimento das crianças, já que percebemos que com esse tipo de dinâmica fica bem mais fácil a absorção do conteúdo.

5. CONCLUSÃO

Este artigo destaca a importância da incorporação de jogos e brincadeiras de origem africana no contexto educacional como práticas antirracistas. A experiência realizada com alunos do 4º ano em uma escola pública evidencia que a introdução dessas atividades não apenas promove a valorização da diversidade cultural, mas também contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e respeitosos.

Ao proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar e compreender elementos culturais africanos por meio de jogos e brincadeiras, observamos um impacto positivo no desenvolvimento da consciência crítica e na promoção de relações interpessoais mais igualitárias. Este relato de experiência destaca a capacidade dessas práticas em desconstruir estereótipos, fomentar o respeito às diferenças e fortalecer a identidade cultural dos alunos.

Assim, a implementação de jogos e brincadeiras de origem africana emerge como uma estratégia pedagógica eficaz na promoção da educação antirracista,

contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, tolerantes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

6. REFERÊNCIAS

BATALHA, Lenomar Nogueira; SILVA, FM da. Influência cultural africana: danças, jogos e brincadeiras na educação básica em Parintins/Am. **Campina Grande**, v. 1, p. 2316-1086.

BRASIL, **5 brincadeiras africanas para fazer com as crianças** | Ninhos do Brasil. Disponível em: <<https://www.ninhosdobrasil.com.br/brincadeiras-africanas>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL, 5 brincadeiras africanas para fazer com as crianças | Ninhos do Brasil. Disponível em: <<https://www.ninhosdobrasil.com.br/brincadeiras-africanas>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CRUZ, Rosemary. **DUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A PRÁTICA DOCENTE**: um olhar a partir da escrivência e para as práticas das professoras da escola m.e.f. maria das neves lins (bayeux-pb). 2022. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Departamento de Habilitações Pedagógicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Cap. 7.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural**. Castanhal, PA: Edição do autor, 2016. E-book (118 p.). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/196>. Acesso em: 15 jan 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Editora Graal, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Editora Vozes, 2004.

GIANOTTI, Clair da Silva. HISTÓRIA DA CULTURA AFRICANA NO BRASIL. Unificada: **Revista Multidisciplinar da FAUESP**, v. 5, n. 2, p. 5–11, 2023.

GOMES, Cleidiane Colins; SOUZA, Mariana Silva. ENTRE RISOS E AFETOS: Meninos Negros Na Literatura Infantil De Temática Da Cultura Africana E Afro-Brasileira Para Crianças, Desde Bebês. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 452–468, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.73462. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73462>. Acesso em: 15 jan. 2024

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, p. 167–182, jun. 2003

GONZALEZ, C. E. F. O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a educação ambiental: estudo do meio em Curitiba-PR. Poiésis - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 16, n. 29, p. 133–148, 5 jul. 2022.

GONZALEZ, C. E. F. O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a educação ambiental: estudo do meio em Curitiba-PR. Poiésis - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 16, n. 29, p. 133–148, 5 jul. 2022.

LYCEUM, E. **Educação antirracista**: entenda como promovê-la nas escolas. Disponível em: <<https://blog.lyceum.com.br/educacao-antirracista/>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MOIA LOPES, Luiz Paulo. Uma teoria da educação como ciência aplicada. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 7-25, 2003.

PEREIRA, Elivelton de Oliveira; SANTOS, Thaiss Brito; OLIVEIRA, Paulo Ricardo Amaral; SILVA, Terezinha de Jesus Amaral da. Jogos e brincadeiras: a influência da cultura africana na escola através de oficina. **Conedu**, Recife, v. 5, n. 7, p. 01-10, 10 dez. 2023. Semestral.

PEREIRA, J. D. N. et al. Jogos Africano, Afro-Brasileira E Indígenas: Disponíveis No Blog Como Ferramenta Didática, Tocantins – 2021. **Revista Fluminense de Educação Física**, v. 4, n. 1, 26 maio 2023.

PEREIRA, J. D. N. et al. Jogos Africano, Afro-Brasileira E Indígenas: Disponíveis No Blog Como Ferramenta Didática, TOCANTINS – 2021. **Revista Fluminense de Educação Física**, v. 4, n. 1, 26 maio 2023.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 8º ANO EM RELAÇÃO AO RACISMO NA ESCOLA: Um relato de experiência.

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap6>

Daryane Branquinho Ribeiro
Marcele Remy Viana dos Santos
Sara gomes dos Santos

RESUMO

Este estudo é um relato de experiência que adota uma abordagem mista, exploratória, com o objetivo de investigar a percepção dos alunos do 8º ano em relação ao racismo na escola, com foco na experiência de uma escola pública. A pesquisa analisa os relatos de experiências de racismo presenciadas pelos alunos e suas consequências. Conclui-se que é necessário promover a conscientização e ações efetivas para combater o racismo na escola, a fim de proporcionar um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os estudantes. **Palavras-chaves:** Racismo. Educação. Vivências.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar a percepção dos alunos do 8º ano em relação ao racismo na escola, com um enfoque especial na experiência de Ana Pontes. A problemática central é compreender como os alunos do 8º ano percebem o racismo na escola e como a vivência de Ana Pontes contribui para essa compreensão. O objetivo geral é obter um entendimento abrangente da percepção dos alunos do 8º ano sobre o racismo na Escola Municipal Ana Pontes.

Os objetivos específicos desse estudo são: em primeiro lugar, investigar as percepções dos alunos do 8º ano da Escola Municipal Ana Pontes sobre o racismo na instituição. Em segundo lugar, analisar a experiência de Ana Pontes em relação ao racismo na escola Municipal Ana Pontes, explorando os impactos e consequências dessa vivência. Por fim, busca-se compreender como a experiência de Ana Pontes influencia a percepção coletiva dos alunos do 8º ano sobre o racismo na escola Municipal Ana Pontes.

As questões norteadoras que guiarão esta pesquisa são: Como os alunos do 8º ano de uma escola pública percebem o racismo na instituição? Quais são os impactos da experiência de escola pública em relação ao racismo na escola pública? De que forma a vivência da escola pública influencia a percepção coletiva dos alunos do 8º ano sobre o racismo na escola pública?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. LEI 10.639/2003

Para compreendermos a conjuntura da aprovação da Lei 10.639/03, é necessário, primeiramente, descrevermos alguns acontecimentos e trajetórias históricas que desencadearam algumas mudanças em prol da questão étnico-racial.

A trajetória histórica visa entender como as lutas políticas, históricas, sociais e jurídicas foram importantes para o desenvolvimento da ideologia da igualdade racial no Brasil, que resultou em tantos eventos, congressos, leis e pareceres que tratam das relações étnico-raciais. Essas lutas tiveram início basicamente durante o período da escravidão e perduraram até a promulgação da lei 10.639 em 2003.

Inicialmente, a legislação educacional impediu o acesso dos negros à educação. O Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, regulamentava, no artigo 69, que "estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a possibilidade de instrução dos adultos negros dependia da disponibilidade de professores" (DECRETO 1.331-A).

Durante o final do Império e o início da República, os imigrantes receberam investimentos do governo brasileiro para facilitar sua adaptação no país. Enquanto isso, os negros, que por tanto tempo foram explorados como mão de obra gratuita, acabaram sendo excluídos da educação e marginalizados socialmente devido à falta de políticas públicas (Moura, 1988).

No entanto, mesmo com a abolição da escravatura no início do período republicano, a inclusão social e educacional dos negros e de seus descendentes foi limitada. Prevalencia um pensamento arraigado de supremacia racial baseado na visão eurocêntrica, que reforçava estereótipos e enfatizava a marginalização e a exclusão do acesso à educação (SISS, 2003).

A partir da década de 1940 até a década de 1970, vários movimentos sociais negros surgiram visando a inclusão social da população afro-brasileira. Podemos citar como exemplos as associações político-culturais, como o Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944, o Conselho Nacional de Mulheres Negras e o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, e o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 (SANTOS, 2005).

Na década de 1980, também houve muitos debates acerca das condições da educação em nosso país, abordando a perspectiva da igualdade, justiça social e qualidade educacional. Em 1983, o então Deputado Federal Abdias do Nascimento apresentou um projeto de lei, o número 1.332/83, que propunha a inclusão do ensino de História e Cultura

Africana e Afro-brasileira tanto no ensino fundamental quanto no médio e superior. No entanto, esse projeto não foi aprovado (Müller & Coelho, 2013).

A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, foi grandemente influenciada e contou com a efetiva participação dos movimentos sociais, incluindo o movimento de educadores e negros. Ela representou um marco, pois, diferentemente das constituições anteriores, estabeleceu a rejeição ao preconceito, à discriminação e ao racismo como uma de suas premissas, o que significou um importante avanço para a sociedade brasileira (Santos, 2005).

O inciso IV, do Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, reafirma a necessidade de combater a discriminação nas relações sociorraciais, vejamos: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2004,).

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a lei 10.639/2003 foi sancionada pelo presidente da república Luís Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro em 2003, a lei integra o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana aos currículos das redes públicas e privadas de educação básica, atendendo às reivindicações do movimento negro que há muito lutava por essa conquista. Em 2004 foi aprovado pelo Conselho Nacional de educação, nas “Diretrizes Curriculares Nacionais” de educação para a educação das relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana:

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art.79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei 10.639/2003 estabelece que o currículo escolar deve abordar a cultura e história afro-brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apoiam e justificam a inclusão dessa lei, que tem o objetivo de corrigir injustiças, combater discriminações e preconceitos, fortalecendo a inclusão social e o pleno

exercício da cidadania daqueles que estão inseridos no sistema educacional brasileiro (Brasil, 2004).

Na perspectiva da interculturalidade, a Lei 10.639/03 visa ultrapassar o enfoque educacional, uma vez que este se intercruciza com outros elementos da vida social (Nunes; Silva; Rocha, 2018).

A Lei 10.639/03 é uma resposta do Estado a uma política de ação afirmativa, que foi defendida há muitas décadas pelos movimentos sociais negros. Nesse sentido, essa lei é reconhecida como um momento histórico para expandir e alcançar políticas étnico-raciais na educação brasileira, pois se tornou um instrumento para avançar a construção social, política e educacional. (Nunes; Silva; Rocha; Santos, 2019)

Atualmente, considerar a escola e todos os seus elementos no tratamento das questões étnico-raciais em suas ações significa avançar na discussão de temas essenciais, ampliando assim uma proposta curricular para uma educação mais democrática. (Nunes; Silva; Rocha; Santos, 2019)

Esta lei é uma conquista dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, que muito contribuiu para o combate ao racismo na sociedade brasileira, abrindo espaço para o “que hoje se produz sobre a temática racial e africana [...] e políticas de promoção da igualdade racial” (Gomes, 2018).

2.2. RACISMO NA ESCOLA

O racismo na escola é uma realidade que merece toda atenção e reflexão. Este fenômeno não apenas compromete o ambiente educacional, mas também impacta diretamente o desenvolvimento e bem-estar dos estudantes. No Brasil, o racismo é um fenômeno estrutural que marca toda a sociedade e é responsável por produzir desigualdade social (Almeida, 2018). Enquanto as instituições de ensino deveriam ser espaços de aprendizado, crescimento e intercâmbio cultural, observamos a persistência de práticas discriminatórias que comprometem esses princípios fundamentais.

A escola, que é um dos principais lugares para a construção do saber e da identidade do indivíduo, acaba se tornando um lugar onde o preconceito e a discriminação são desenvolvidos e alimentados (Ferreira; Camargo, 2011). É crucial reconhecer que o racismo na escola não se limita a atos isolados de discriminação, mas muitas vezes permeia sutilmente os corredores, salas de aula e interações cotidianas. Estereótipos enraizados e preconceitos manifestam-se de maneiras variadas, impactando não apenas a

experiência educacional, mas também o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes. (Ridemann; Stefoni, 2015) diz que:

O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros. (Ridemann; Stefoni, 2015, p. 15)

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2016), no Brasil, 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola. Essa exclusão acaba afetando diretamente crianças de categorias mais vulneráveis da população, que são privados de outros direitos. E Isso se torna entendível a essa amostra para raça e cor da pele, já que 64% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que estão fora da escola são pretas e pardas e 36% delas são brancas. Esses dados se tornam ainda piores com o aumento da faixa etária e da escolaridade, que, segundo o Censo Demográfico, somente 4,34% da população negra entre 15 e 24 anos possuem o ensino superior completo (IBGE, 2010).

O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (Riedemann; Stefoni, 2015, p. 25)

Na escola, o racismo faz com que os alunos negros tenham uma trajetória mais difícil do que os alunos brancos. Os dados mais recentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2013, mostram que as taxas de analfabetismo no Brasil se dão mais na população negra e o número de presença dessa população em escolas brasileiras é menor do que a de brancos, diferença essa que repercute em todos os níveis de ensino, sendo infantil, fundamental, médio e superior, e cresce a cada etapa. (Chagas; França, 2010) Diz que:

Essa desvantagem é sintomática e deixa evidente como o racismo coopera em uma trajetória escolar mais curta e acidentada para o alunado negro, que se evade e é excluído do sistema de ensino. (Chagas; França, 2010, p.18)

O racismo na escola também se torna no tratamento dos professores com às crianças, quando a valorização é feita somente às crianças brancas, quando são tratadas com elogios, carinho; e nas questões de atitudes negativas são direcionadas somente às crianças pretas, tendo assim uma exclusão e a não valorização. (Felipe e Teruya, 2012, P. 211) Dizem que:

Observando as representações de professores sobre o racismo encontraram a forte presença da crença na “democracia racial”, na positividade da miscigenação e um discurso que relaciona o tema com a questão social. Tais

posturas, segundo os autores obscurecem a compreensão dos professores para a necessidade da Lei nº 10.639/03, uma vez que se não há a percepção do racismo “também não há necessidade de uma lei para combater ou questioná-lo em sala de aula”. (Felipe e Teruya, 2012, p. 211).

A posição que o professor tem na escola é a das mais beneficiada a ter contato com as crianças, e ao mesmo tempo, essa posição também pode facilitar no tratamento diferenciado entre grupos de alunos (HONDT et al., 2016). A importante posição que o professor tem também é de grande responsabilidade pois (Santos, 2014) diz que:

Do mesmo modo que o professor é percebido como um importante colaborador para a manutenção das desigualdades raciais no ambiente escolar, ele também é visto como aquele que pode contribuir para uma educação mais equânime (Santos, 2014, p. 36).

Observando as representações de professores sobre o racismo encontraram a forte presença da crença na “democracia racial”, na positividade da miscigenação e um discurso que relaciona o tema com a questão social. Tais posturas, segundo os autores obscurecem a compreensão dos professores para a necessidade da Lei nº 10.639/03, uma vez que se não há a percepção do racismo “também não há necessidade de uma lei para combater ou questioná-lo em sala de aula”. (Felipe e Teruya, 2012, p. 211).

No que diz respeito às formas de expressão do racismo, (LIMA; VALA, 2004a) diz que:

Nos diversos espaços da sociedade, inclusive no contexto escolar, pode-se encontrar o racismo cordial, que é direcionado para a população negra, por meio de atitudes discriminatórias disfarçadas de brincadeiras e piadas de cunho racial; o racismo aversivo, que consiste na defesa de valores igualitários em relação aos negros e, ao mesmo tempo, à presença de sentimentos e crenças negativos por esse mesmo grupo. (LIMA; VALA, 2004^a, p. 14)

Essa educação é necessária, para que aconteça o melhor conhecimento das práticas exercidas pelos indivíduos que estão introduzidos no universo escolar, aos quais saibam desenvolver atividades e projetos para que demonstrem qualificação, valorização e a não exclusão de negros em características individuais, sociais e culturais.

2.3. ESTRATÉGIA DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Souza (2023), afirmar que a escola tem um papel muito importante de resgate e valorizar a história e a cultura dos povos que marcam o Brasil como um país diverso, e é também um espaço privilegiado para desafiar a simplificação e a romantização do Brasil como um país onde se estabelecem relações harmoniosas entre os seus povos e onde o racismo alegadamente não aparece como uma estrutura que perpetua desigualdades.

Diante disso, entende-se que em muitas escolas ainda são realizadas atividades isoladas para trabalhar a história do negro no Brasil, desvinculadas das atividades curriculares, sem a participação de toda a comunidade escolar e sem a devida reflexão que permita a construção de novos significados e o fortalecimento da autoestima dos estudantes negros.

Através desse paradigma, muitos estudos destacam as possibilidades pedagógicas em diversas produções visuais, incluindo fotografias, pinturas, criações audiovisuais que operam no âmbito da Lei 10.639/2003. Assim, preenchendo as rotinas escolares e os currículos com imagens positivas dos negros representa uma transgressão do ethos hegemônico para contribuir com a luta antirracista, visto que tais representações por meio de pinturas desafiam as certezas de uma democracia racial longe de ser harmoniosa (Júnior; Correa, 2022).

Ainda corroborando com estudo, Júnior e Correa (2022) apontam que o currículo das escolas brasileiras sofre com essas fábulas criadas pelo ethos e paradigma hegemônico, onde a história dos não-brancos sofre um triplo processo de deslegitimação que afasta quase completamente a presença de contribuições epistemológicas de outras fontes étnicas e culturais, fazendo com que os grupos sociais se tornem invisíveis e estereotipados novamente. Todavia, são movimentos como este texto, impulsionados por medidas sociais como a Lei 10.639/2003, que buscam reverter o cenário de racismo nos currículos.

Para contribuir com propostas de estratégias de educação antirracista, além de propostas hegemônicas de educação, recomendam-se alguns artistas negros que possam proporcionar reflexões para diferentes segmentos do ensino fundamental, cada um representando uma expressão artística diferente, a saber, artes visuais, fotografia, cinema e pinturas. No entanto, recomendam-se por usar esses termos em vez da linguagem escrita tradicional dos livros didáticos para fortalecer a presença de profissionais e artistas negros nos aspectos das artes visuais, bem como para valorizar termos que tratam de plástico, material, sensibilidade, oralidade e visualidade, elementos frequentes nas expressões culturais populares de origem africana, que não recebem a devida importância na sociedade brasileira.

Sendo assim, as expressões artísticas afro-brasileiras podem ser utilizadas como material didático para escolas e cursos para professores, por meio de obras dos artistas aqui citados estão facilmente disponíveis na Internet para qualquer profissional que se interessa utilizá-las em sala de aula (Júnior; Correa, 2022).

Conforme Barros; Souza e Euclides (2022), precisam ter iniciativas de estratégias que estimulem, facilitem e promovam o combate ao racismo nas instituições escolares, começando pela formação inicial e continuada dos professores, pela produção de materiais didáticos, palestras, livros, cursos e todas as formas de promoção de práticas antirracistas adequadas em todas as idades de ensino.

Neste mesmo cenário, outro ponto importante é a realização de novas pesquisas para compreender melhor como o racismo funciona no cotidiano escolar, suas consequências nas relações formadas neste espaço e como a comunidade escolar pode implementar práticas antirracistas durante o processo educativo. Notase que esta investigação é essencial para construir caminhos possíveis e urgentes para uma educação inclusiva que acolha a diversidade humana como um valor a ser destacado e celebrado (Barros; Souza; Euclides, 2022).

Por outro lado, Felipe (2020) considera que para construir um currículo com perspectiva antirracista é preciso levar em conta que todo conhecimento é uma construção social e não é neutro, homogêneo ou estático. Portanto, entendemos o conhecimento como uma produção histórica, permeada por ações sociais, econômicas e políticas, constituída por múltiplos valores, significados e sentidos, como tal, o conhecimento expressa visões e significados específicos de determinadas culturas, que fazem parte da contestação da manutenção do poder.

Segundo Assis (2021) a população negra lutou muito pelo acesso à educação e ainda é o grupo discriminado e expulso das instituições de ensino devido a formas mais ou menos veladas de racismo. Pois, vale ressaltar que a educação antirracismo ultrapassa os muros das escolas, porque a luta contra o racismo deve ser uma luta de todos, independentemente da cor da pele, raça ou etnia. Sendo assim, os professores muitas vezes reproduzem hierarquias nas salas de aula e se posicionam como superiores aos alunos.

Ademais, manter esta atitude não estimula a autonomia e o pensamento crítico, nem faz da sala de aula um espaço de troca mútua de ideias. Nessa perspectiva, a ideia é que proporcionar isto seria muito mais eficaz para uma relação saudável, construtiva, criativa e empoderada, tanto para alunos como para professores que partilham rotineiramente um espaço que deveria ser por excelência e estimulante (Assis, 2021).

Desse modo, ainda há muito que mudar no sistema educacional brasileiro para termos uma educação inclusiva, liberal e autônoma, que não exclua da escola negros, indígenas, transexuais, homossexuais e muitos outros sujeitos. No entanto, as salas de

aula das escolas e universidades são cada vez mais diversificadas em termos de corpos e mentes, e este desafio é colocado no ensino, como se vê, uma solução possível é a já citada e tão necessária autoatualização do professor, para poder transformar métodos, princípios, formas e até conteúdos em favor das atuais necessidades do ensino brasileiro (Assis, 2021).

Para Felipe (2020), cabe à escola pensar nas possibilidades de acesso a diferentes culturas e conteúdos escolares, não apenas no sentido de incluir datas específicas em seu calendário, como o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, sendo importante como demarcação política, mas não podemos limitar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana apenas para este dia, semana ou mês, é preciso haver a compreensão de que as diferenças e semelhanças entre as culturas brasileiras devem estar presentes em todo o currículo, ao longo do ano.

Conforme Souza (2023), é importante pensar na criação e implementação de políticas públicas que intervenham nesta realidade de desigualdade e poderem construir medidas eficazes que reconheçam e resolvam o problema em sentido amplo. Contudo, este estudo tentará discutir e abordar estratégias de políticas públicas antirracistas no Brasil.

Dessa forma, com a implementação de políticas públicas no ensino fundamental, discutindo a presença do racismo nas escolas, bem como a necessidade de criar estratégias para a implementação do ensino numa perspectiva antirracista, como a antecipação das leis 10.639/03 e 11/645/08, leis que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras, seguindo as formas como as referidas leis foram implementadas nas escolas, e permitindo uma abordagem antirracista perspectiva de ensino (Souza, 2023).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo do tipo relato de experiência que de acordo com os autores Mussi, Flores e Almeida (2021) é conceituado como um tipo de produção de conhecimento em que o texto aborda uma experiência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão). Sua característica principal é a descrição da intervenção. Na elaboração do estudo, é importante incluir embasamento científico e reflexão crítica.

Este estudo adota uma abordagem mista. A abordagem mista, conforme descrita por Creswell (2010), é conceituada como uma abordagem que combina tanto o método

quantitativo quanto o qualitativo. Além de buscar a obtenção de dados precisos, preconiza também uma compreensão aprofundada desses dados. Não os considerando como respostas absolutas, mas entendendo que os dados são parte de um todo que precisa ser compreendido como tal.

A pesquisa adota o nível exploratório, que segundo os autores Martelli, Filho, Guilherme, Dourado e Samudio (2020), a pesquisa exploratória tem como finalidade explorar a variável de estudo conforme ela se apresenta, seu significado e o contexto onde está inserida. Nesse sentido, a pesquisa exploratória conduz o pesquisador a novas descobertas de abordagens, percepções e terminologias, contribuindo para que, gradualmente, ocorra uma modificação em sua maneira de pensar. Em outras palavras, ele passa a ter controle, quase imperceptível, sobre o direcionamento da sua pesquisa.

A pesquisa foi conduzida na escola pública, localizada no município de Tucuruí (PA). E a população-alvo da pesquisa compreende 25 alunos, sendo 17 meninas e 8 meninos, matriculados no 8º ano do ensino Fundamental, na faixa etária de 13 a 15 anos.

O meio de obtenção de dados foi um questionário estruturado composto por uma pergunta de resposta aberta. Segundo a definição fornecida pelos autores Cervo & Bervian (2002), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. O questionário pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As questões abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas, maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

A avaliação dos dados coletados foi conduzida utilizando a plataforma Word como ferramenta analítica, através da ferramenta Word foi realizada uma tabela simples para analisar as respostas dos alunos que participaram da pesquisa.

Esta pesquisa segue as regras morais definidas pela Resolução CNS nº 510/2016, a qual rege a condução de estudos abrangendo seres humanos. Foi alcançada a aceitação livre e esclarecida de todos os participantes. O documento foi inscrito de forma clara e acessível, oferecendo informações caracterizadas a respeito dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios pertencentes à pesquisa.

A privacidade e a confidencialidade dos participantes serão precisamente preservadas, assim como a segurança e a integridade dos dados coletados. Por tanto, a pesquisa garante, desse modo, a concordância com as normas éticas estabelecida. O comprometimento com o respeito aos direitos e ao bem-estar dos participantes foi de grande importância em todas as fases desta pesquisa.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir das respostas, foram criadas sete categorias. A categoria 01 é "Definição de Racismo: Como os alunos definem o racismo". A categoria 02 é "Impacto na Saúde Mental", que aborda as reflexões sobre o impacto emocional e psicológico do racismo nas vítimas. A categoria 03 trata da "Consciência da Lei", mencionando o caráter ilegal do racismo e a importância de denunciar. A categoria 04 é referente ao "Racismo no Ambiente Escolar" e pontua observações específicas sobre o racismo ocorrendo na escola. A categoria 05 fala das "Experiências Pessoais", indicando relatos individuais de experiências pessoais com o racismo. A categoria 06 é a "Chamada para Sensibilidade e Respeito", abordando o destaque para a importância de tratar todos igualmente, independentemente de características como cor da pele ou cabelo. Por fim, a categoria 07 trata das "Soluções e Educação" e aborda sugestões sobre como combater o racismo, incluindo a importância da literatura na representação diversificada.

Na categoria "Definição de Racismo", o Aluno 01 destaca a existência do racismo ao longo de muitos anos, mencionando insultos racistas e ressaltando a importância do respeito e da consciência. Já o Aluno 06 expressa que o racismo se manifesta quando alguém chama seu colega de "negro", ressaltando o impacto emocional que isso pode causar e enfatizando a necessidade de defender as vítimas. O Aluno 11 traz uma definição do racismo como o preconceito baseado na cor da pele, com foco na incidência maior desse problema em relação às pessoas negras, compartilhando também suas próprias experiências pessoais.

Almeida (2018) analisa o fenômeno do racismo como um componente de uma questão social, histórica e política, a partir do qual são estabelecidos e perpetuados mecanismos estruturais e padrões de normalidade visando a manutenção do poder de um grupo racial específico em detrimento de outro. Nesse sentido, o racismo se configura como uma forma de racionalidade e legitimação das relações.

Na categoria "Impacto na Saúde Mental", o Aluno 02 ressalta que o racismo é repugnante e pode causar problemas mentais, citando exemplos de casos de racismo no esporte e mencionando os impactos psicológicos que isso pode acarretar. O Aluno 05 relata suas próprias experiências de sofrer racismo na escola, destacando que o racismo pode ter várias consequências e expressando a esperança por um futuro mais igualitário. O Aluno 13 aborda o racismo como um crime, mencionando apelidos ofensivos e alertando para o sério impacto que isso pode ter na saúde mental, podendo levar a problemas como ansiedade e depressão.

Segundo os autores Oliveira, Ribeiro, Rabelo, Cunha, Almeida e Soares (2021) “o racismo sofrido durante a infância impacta na autoimagem do indivíduo como no reconhecimento da identidade racial como negativa, na baixa autoestima e no sentimento de inferioridade perante seus pares, assumindo comportamentos de isolamento”.

Na categoria "Consciência da Lei", o Aluno 02 faz referência ao aspecto legal do racismo, indicando que aqueles que o praticam podem ser denunciados. O Aluno 03 reforça essa ideia, enfatizando que o racismo é um crime e pedindo pela conscientização em relação a essa questão.

A interpretação sistemática da Lei nº 10639/2003, diante das normas gerais do processo penal brasileiro, esvaziam a pretensão formulada pelo constituinte originário em apenas com rigor a ofensa ao bem jurídico especialmente relevante do direito a igualdade, por tratar-se de direito fundamental. No entanto, a sociedade brasileira, mesmo diante dessa inexplicável evidência no tratamento diferenciado aos seus cidadãos em razão da raça, demonstra apatia e não se importar com esta questão. (Rodrigues, 2012)

A categoria "Racismo no Ambiente Escolar" aborda especificamente a ocorrência de racismo nas escolas. O Aluno 04 destaca a importância de punir e conscientizar para evitar o isolamento das vítimas desse tipo de discriminação. O Aluno 15 narra casos específicos de racismo ocorridos dentro da escola, envolvendo alunos autistas, ressaltando a seriedade dessas situações. O Aluno 18 testemunha um caso de racismo na escola em que um aluno foi chamado de escravo devido à cor da pele.

Clasto e Toniosso (2018), descrevem que:

a reprodução do preconceito se manifesta incansavelmente na linguagem escolar, tanto dos alunos, como dos professores, gestores e todos os funcionários da educação. E muitas das vezes, as atitudes racistas que se dão no interior da sala de aula não são levadas a sério. São provocações, piadinhas e apelidos—geralmente —amenizados por sorrisos — e que terminam sendo vistos como —brincadeiras e não como afronta e desrespeito que precisam ser considerados. (Clasto; Toniosso, 2018, p. 136).

Na categoria "Experiências Pessoais", o Aluno 10 relata ter ouvido apelidos racistas na escola, como "cabelo ruim", enfatizando a necessidade de amar a todos igualmente. O Aluno 14 expressa que o preconceito racial ainda persiste, mencionando o histórico de escravidão e alertando para as consequências negativas na saúde mental que o racismo pode acarretar. O Aluno 22 compartilha sua própria experiência de ter sofrido racismo na infância, ressaltando a importância de ter amigos que não julgam com base na cor da pele.

Gomes (2002) fala sobre a maneira como o cabelo de uma criança negra é “recepcionado” no ambiente escolar:

Em alguns momentos, o cuidado dessas mães não consegue evitar que, mesmo apresentando-se bem penteada e arrumada, a criança negra deixe de ser alvo das piadas e apelidos pejorativos no ambiente escolar. Alguns se referem ao cabelo como: “ninho de guacho”, “cabelo de bombril”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem). (Gomes, 2002, p. 25)

A categoria "Chamada para Sensibilidade e Respeito" traz reflexões sobre a necessidade de sensibilidade e respeito no combate ao racismo. O Aluno 07 destaca que o racismo não deveria existir, fazendo um apelo para que aqueles que o praticam pensem antes de cometer esse ato. O Aluno 23 reflete sobre o racismo como algo que deveria ser inexistente, chamando a atenção para as consequências negativas dessa forma de discriminação e destacando a importância de respeitar a diversidade.

No artigo torna-se claro que a escola precisa assumir sua função social de combate ao racismo. Dessa forma, surge a necessidade de conhecer os recursos que estão sendo utilizados pela educação e pela escola para o enfrentamento do preconceito e do racismo, de forma a estimular mais publicações na área para que estas possam contribuir com ações efetivas de combate ao racismo na esfera escolar e educacional. (Carvalho, 2019)

Por fim, a categoria "Soluções e Educação" aborda possíveis caminhos para combater o racismo. O Aluno 09 aborda o racismo como um problema histórico, destacando que existem outras vítimas além das pessoas negras e sugerindo que a literatura pode ser uma ferramenta eficaz na luta contra o racismo ao proporcionar uma representação diversificada. O Aluno 24 chama atenção para a necessidade de dizer "não" ao racismo, destacando a igualdade e o respeito como princípios fundamentais nessa luta.

De acordo com Gomes (2012), É preciso que as escolas se configurem como espaços de democracia e inclusão, nos quais sejam valorizadas a diversidade étnico-racial e a promoção de uma reflexão crítica sobre as relações raciais. Para tal, é imprescindível que as instituições de ensino desenvolvam projetos educacionais que abracem a história e a cultura afro-brasileira, englobando as obras literárias e artísticas produzidas por autores e artistas negros.

5 CONCLUSÃO

Através da pesquisa buscamos analisar os relatos de experiências de racismo que os alunos do 8º ano já presenciaram na escola e as consequências dessas experiências.

Diante da pesquisa realizada constatou-se que os alunos do 8º ano da Escola Municipal Ana Pontes percebem que há manifestações de atos de racismo na instituição. Este estudo evidencia que o racismo ainda é um fenômeno que se manifesta e é reproduzido na escola, de distintas formas, seja na relação entre alunos, seja na relação professor/aluno, o que denota que as escolas não estão preparadas para lidar com questões cotidianas de racismo e com o seu enfrentamento.

Podemos constatar que o dia a dia dessas crianças na escola ainda é marcado por experiências graves de racismo e diversas formas de discriminação, manifestando-se através de exclusão, rejeição e discriminação verbal (como xingamentos e apelidos) e física (como bater na criança por ela ser negra ou puxar seus cabelos por serem crespos).

Conforme dito anteriormente, o racismo é um fenômeno alarmante que ainda tem uma forte presença no ambiente escolar, causando sérias consequências para as crianças negras. Esses efeitos negativos afetam tanto o lado emocional, psicológico como o físico e social.

Considerando a importância da escola como agente de socialização, é essencial que sejam transmitidas mensagens para as crianças que promovam o respeito, a tolerância e a confiança em relação aos diferentes grupos raciais.

A pesquisa mostra que o impacto do racismo na escola, é um fenômeno estrutural que compromete o desenvolvimento e bem-estar dos estudantes que sofrem. Os impactos na saúde mental são abordados, destacando que o racismo pode ser o causador de problemas mentais, como ansiedade e depressão, também é mencionado que o racismo na infância pode impactar na autoimagem negativa e na baixa autoestima dos indivíduos, levando ao isolamento.

Além disso, a pesquisa aponta que a persistência de práticas discriminatórias compromete os princípios fundamentais de aprendizado e crescimento. E os professores sendo o principal transmissor de conhecimento têm um papel importante na luta contra o racismo e na promoção de uma educação mais justa, pois esses acontecimentos acabam comprometendo o ambiente educacional e deixando um ambiente desagradável.

A vivência sobre o racismo na escola pode influenciar a percepção coletiva dos alunos do 8º ano sobre o racismo na Escola Municipal Ana Pontes de várias maneiras. Primeiramente, a experiência pessoal pode sensibilizar os alunos para a realidade do

racismo e suas consequências . Ao compartilhar suas vivências, eles podem despertar a empatia e promover uma reflexão mais profunda sobre o tema.

Além disso, essas atitudes pode se tornar uma referência, mostrando que é possível enfrentar o racismo e lutar contra ele. A coragem e determinação podem inspirar os alunos a se envolverem em ações antirracistas e a se posicionarem contra qualquer forma de discriminação.

A escola também pode contribuir para a construção de uma cultura mais inclusiva, na qual o respeito à diversidade seja valorizado, assim convivendo e conhecendo a história de cada um, a escola pode desenvolver uma consciência crítica em relação ao racismo, se tornando agentes de transformação dentro e fora da escola e despertando o desejo de combater essa forma de discriminação e promovendo a construção de um ambiente escolar mais igualitário e acolhedor.

6 REFERENCIA

ALMEIDA, S. L. de. **O que é o racismo estrutural?** 1. ed. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, C. B.; FLORES, F. F.; MUSSI, R. F. de F. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico.** Práx. Educ.v.17 n.48. Vitória da Conquista out./dez 2021.

DOURADO, F. F. M.; GUILHERME; C. D.; FILHO, A. J. de. O.; MARTELLI, Anderson; SAMUDIO, E. M. M. **Análise de Metodologias para Execução de Pesquisas Tecnológicas.** Braz. Ap. Sci. Rev., Curitiba, v. 4, n. 2, p. 468-477 mar/abr. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Lei No 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 23 dez. 2023.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva, FRANÇA Dalila Xavier de . **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA ESCOLA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.** Revista Educação & Formação [em linea]. 2019, 4(3), 148-168[fecha de Consulta 18 de Enero de 2024]. ISSN: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=585861585008>

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CLASTO, Daiana da Costa; TONIOSSO, José Pedro. **Discriminação racial: reflexos no processo de ensino aprendizagem e na construção identitária do aluno.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro/SP, 2018, p.129-149.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, N. L. **Educação das relações étnico-raciais e a Lei 10.639/2003.** 2011. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra.** Revista Brasileira de Educação, 17(50), p. 75-92, 2012

Gomes, N. L.(2002). **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?.** Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, 21, 40-51. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>

JORGE, Marcos. **Ação pedagógica de prevenção às práticas racistas na escola: a percepção sobre racismo entre estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental.** Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 12, n. 3, p. 86-100, 2016.

MATOS, Patrícia Modesto; DE FRANÇA, Dalila Xavier. **Racismo e escolarização: formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros.** Revista Contexto & Educação, v. 38, n. 120, p. e10888-e10888, 2023.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; DE FRANÇA, Dalila Xavier. **Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática.** [TESTE] Debates em Educação, v. 12, n. 26, p. 176-198, 2020.
MOREIRA-PRIMO, Ueliton S.; FRANÇA, Dalila X. **Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar.** Revista Uniabeu, v. 13, n. 33, p. 24-44, 2020

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. **A Lei Nº. 10.639/03 e a Formação de Professores.** Trajetória e Perspectivas Revista da ABPN. v. 5, n. 11, p. 29-54, jul–out. 2013.

NUNES, A. A. C.; SILVA, A. L. F.; ROCHA, L. F. B. V. **A Lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva da Interculturalidade.** Dialogia, São Paulo, n. 29, p. 95-110, mai./ago. 2018.

NUNES, Antonio de A.C.; SILVA, Andréa L. F.; ROCHA, Luis Felix de B. V.; SANTOS, Cleia de Jesus P. dos. **A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica.** Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 24, n. 1, p. 203-212, mar. 2019.

OLIVEIRA, C. M. RIBEIRO, L. A.; RABELO, J. L.; CUNHA, A. P. dos S.; ALMEIDA, J. R. J. de, SOARES, J. **Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura.** Brazilian Journal Health Review, Curitiba, 4(6), p. 28768-28782, 2021. DOI 10.34119/BJHRV4N6-415. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/7etuczj5fvbddd6tglnsvbmjzy/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/41787/pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Rodrigues, G. T. (2012). **O racismo escondido sob o manto da Lei** / The Racism hidden under cover of law. Revista Direito E Práxis, 3(2), 70–91. <https://doi.org/10.12957/dep.2012.4151>

SANTOS, Jhemylli Aline; RODRIGUES, Maria Emília. **Estratégias antirracistas para a educação infantil: educar para resistir.** Caderno Intersaberes, v.12, n.42,p.371386,2023.Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2903>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

SOUZA, Paloma Silva de. **Políticas educacionais antirracistas: análise dos modos de enfrentamento ao racismo em escolas públicas brasileiras.** 2023. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/17752>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

DA SILVA CARVALHO, Daniela Melo; DE FRANÇA, Dalila Xavier. **Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa.** Revista Educação & Formação, v. 4, n. 3, p. 148-168, 2019.

SANTOS, S. A. dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro.** In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005.

VIEIRA, Rosângela Ribeiro dos Santos. **Representações dos estudantes sobre o conceito de racismo em um colégio quilombola: reflexões e diálogos para a promoção da igualdade racial.** Humanidades e Tecnologia (FINOM), v. 40, n. 1, p.293-308, 2023. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM-Humanidade-Tecnologia/article/view/4117>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS POR MEIO DA MÚSICA ENTRE UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Um relato de experiência

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap7>

Estefane Alves Gomes ¹

Gustavo Henrique Machado Tenório Corrêa ²

Lucas Mateus Ribeiro Mesquita ³

RESUMO

A pesquisa investiga o impacto das vivências de práticas antirracistas por meio da música entre universitários do curso de Educação Física, com foco na conscientização, reflexão e desconstrução do racismo, bem como na formação de profissionais comprometidos com a igualdade racial e a valorização da diversidade. A metodologia utilizada é O estudo é um relato de experiência com abordagem mista, no qual os dados foram coletados por meio de um questionário. Durante a pesquisa, foram trabalhadas letras de músicas, que foram cantadas e debatidas pelos alunos. A análise dos dados foi realizada utilizando o Excel e a técnica de análise de conteúdo. A pesquisa conclui que as vivências de práticas antirracistas por meio da música impactam positivamente na conscientização, reflexão e desconstrução de estereótipos raciais entre os universitários do curso de Educação Física. A música pode ser uma ferramenta eficaz para promover a formação de profissionais, desde que adaptada ao contexto escolar.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Racismo. Música.

INTRODUÇÃO

O problema da pesquisa é qual é o impacto das vivências de práticas antirracistas por meio da música entre universitários do curso de Educação Física na conscientização, reflexão e desconstrução do racismo, bem como na formação de profissionais comprometidos com a igualdade racial e a valorização da diversidade?

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar o impacto das vivências de práticas antirracistas por meio da música entre universitários do curso de Educação Física. Para alcançar os propósitos da pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos. Analisar a percepção dos universitários do curso de Educação Física em relação às vivências de práticas antirracistas por meio da música. Avaliar a efetividade das atividades e estratégias utilizadas nas vivências de práticas antirracistas por meio da música. Investigar as mudanças de atitudes e comportamentos dos universitários em relação ao racismo após participarem das vivências de práticas antirracistas por meio da música.

Este estudo visa responder a três questões norteadoras sobre as vivências de práticas antirracistas por meio da música entre universitários do curso de Educação Física. Primeiro, como os universitários percebem e compreendem o papel da música como ferramenta para promover a conscientização e reflexão sobre o racismo? Segundo, de que forma as atividades e

¹ Acadêmica do 5 período do curso de licenciatura em educação física da UEPa. E-mail: estefane@gmail.com.

² Acadêmico do 5 período do curso de licenciatura em educação física da UEPa.

³ Acadêmico do 5 período do curso de licenciatura em educação física da UEPa.

estratégias utilizadas nas vivências antirracistas por meio da música impactam a desconstrução de estereótipos raciais e a valorização da diversidade entre os universitários? Por fim, quais são as mudanças de atitudes e comportamentos dos universitários em relação ao racismo após participarem das vivências de práticas antirracistas por meio da música? A investigação dessas questões fornecerá insights importantes sobre a efetividade dessas vivências e seu potencial para a formação de profissionais de Educação Física engajados na promoção da igualdade racial.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. RACISMO

Para falar de racismo, inicialmente há de se explicar o conceito de raça, etnia e o privilégio branco. O conceito de raça segundo a obra “Como trabalhar com raça na sociologia” do autor Guimarães (2003) a sociologia enxerga a raça como vários discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais e pelo sangue. Ou seja, toda identidade de seus antepassados, dos seus traços regionais e de sua cultura, estará vivo no presente.

Cashmore (2000) estabelece que grupo étnico é composto por pessoas com origens e interesses comuns, com algum grau de solidariedade e coerência, unidas ou próximas por experiências compartilhadas, que muitas vezes são privações. A etnia surge como um fenômeno cultural, no qual os indivíduos do grupo conformarão os seus próprios costumes, crenças e instituições. O racismo define-se como um sistema estrutural e ideológico que promove a superioridade de determinados grupos étnicos em relação a outros, resultando em discriminação, preconceito e privilégio aos que têm características raciais percebidas.

Já o professor e intelectual Silvio Almeida (2021) classifica o racismo em três concepções. Primeiramente, a concepção Individualista que são discriminações diretas à quem possui características físicas de uma determinada raça.

Racismo Institucional: Esse tipo de concepção vai além de uma individualidade, afeta uma coletividade seletiva de pessoas. Fica evidente quando há uma pesquisa em órgãos públicos e de empresas privadas onde os cargos de mais alto poder são ocupados por brancos e, na maioria dos casos, são homens. Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton em seu livro “Black Power: The Politics of Liberation” (1967). Eles descreveram o racismo institucional como a maneira pela qual as instituições sociais, políticas e econômicas perpetuam discriminação racial de maneira sistemática, mesmo sem a intenção explícita de indivíduos

O racismo Estrutural é um processo histórico e político é um sistema de opressão normalizado que nega direito aos negros. Ao longo do tempo a luta pelos direitos e as práticas antirracista vem se tornando forte na atualidade.

Tendo em vista o crescimento dessas lutas de causa, o autor contemporâneo Ibram X. Kendi em sua obra “Como ser um Antirracista” (2020) explora o racismo sistêmico, o privilégio branco e a necessidade de uma mudança ativa para exterminar essas estruturas discriminatórias. O escritor também propõe que ser antirracista não é apenas não ser racista, mas fielmente combater as estruturas políticas que cercam o racismo.

Segundo Almeida (2019), o racismo se perpetua como elemento estruturante da sociedade e precisa produzir uma explicação racional para a desigualdade racial, justificando as desigualdades não por fatores históricos, sociais e falta de políticas reparativas, mas desconsiderando privilégios, e partindo da falácia de que todos tiveram as mesmas oportunidades dentro da sociedade.

O conceito de privilégio branco refere-se às vantagens sociais, políticas e econômicas que pessoas brancas têm em virtude de sua raça. DiAngelo (2020) enfatiza a importância de reconhecer o privilégio branco para promover conversas construtivas sobre equidade racial. Em sua obra “White Fragility” (2020), o autor destaca como o privilégio branco se manifesta não apenas em privilégios tangíveis, mas também na dificuldade em lidar com questões raciais sem se sentir atacado.

Shucman (2020) A branquitude é um lugar de privilégio nas sociedades estruturadas pelo racismo. Isso se repete em todas as sociedades de passado colonial— quase todas no mundo, portanto. Talvez não seja assim entre os esquimós. Entre eles, talvez a brancura da pele não signifique branquitude

2.2. PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Munanga, (2003) diz que o antirracismo se caracteriza como um conjunto de ações que se opõem de forma veemente ao racismo presente em todas as estruturas de poder. A concepção de raça teve sua origem há tempos remotos, estabelecendo uma divisão entre diferentes etnias e segregando a população com base em características como cor, atributos físicos, biológicos e culturais. Nesse contexto, o termo "antirracismo" tem sido empregado há décadas com o intuito de fortalecer ideologias e comportamentos que se posicionam de maneira contrária ao racismo.

2.3. REPRESENTATIVIDADE NEGRA

A representatividade negra, também conhecida como representatividade racial, refere-se à importância de incluir e destacar indivíduos e vozes da comunidade negra em diversos setores da sociedade, tais como mídia, política, cultura, educação e negócios.

O professor e antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2003) afirma que no século XV, durante a expansão europeia, ao se depararem com outros povos, os europeus sentiram a necessidade de explicar suas diferenças, resultando na classificação das raças.

Guimarães (1999) diz que o conceito de raça não possui fundamentos na realidade natural, e o racismo funciona como uma maneira de 'naturalizar' a vida social, ou seja, de atribuir explicações para diferenças sociais, culturais e pessoais com base em diferenças consideradas como inatas.

A representatividade negra trata-se da presença e valorização das experiências, histórias e contribuições da comunidade negra em espaços que historicamente foram dominados por pessoas brancas. Nesse sentido, Kendi (2020) diz que Adotar uma postura antirracista implica em criar definições claras para o racismo/antirracismo, políticas racistas/antirracistas, ideias racistas/antirracistas e pessoas racistas/antirracistas. Por outro lado, ser racista significa revisitar constantemente a definição do racismo de maneira a absorver as alterações nas políticas, ideias e subjetividades.

Munanga (2003) diz que a representatividade negra não se limita apenas à presença física, mas também à diversidade de vozes, ideias e perspectivas, incluindo diferentes origens étnicas, culturais, sociais e experiências de vida. Busca-se, assim, criar uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todos tenham oportunidades equitativas e se sintam representados e respeitados.

2.4. MÚSICA COMO ASPECTO PEDAGÓGICO

A música desempenha um papel significativo no contexto pedagógico, contribuindo para o desenvolvimento holístico dos indivíduos em várias áreas. Além disso, a aprendizagem musical estimula o desenvolvimento cognitivo, melhorando habilidades como memória, atenção e raciocínio lógico.

Pederiva (2009) ressalta que, além da base biológica que nos proporciona a capacidade de expressão corporal musical, é com a cultura que se desenvolve a musicalidade. Isso ocorre durante a apropriação das ferramentas, atividades e signos artísticos e musicais, bem como na interação com as pessoas. Portanto, o envolvimento com a música pode ajudar os alunos a entender e expressar emoções, desenvolvendo a inteligência emocional e a empatia. Além disso,

a prática musical frequentemente ocorre em grupos, como bandas, coros ou orquestras, o que promove uma melhoria de habilidades sociais e a difusão de culturas.

Segundo(Taborda e Silva, 2021) A integração entre psicomotricidade e música proporciona uma variedade de benefícios ao indivíduo. Especialmente na fase da infância, em que todos os estímulos desempenham um papel essencial no desenvolvimento global, essa conexão tem o poder de aprimorar a percepção auditiva, o movimento e a consciência corporal, além de promover o desenvolvimento da linguagem oral e corporal. Essa interação contribui para o amadurecimento físico e motor, influenciando de maneira significativa nos processos relacionados à aprendizagem. Atividades que incorporam a música oferecem à criança oportunidades para desenvolver habilidades motoras, capacitando-a a refletir sobre e controlar seus movimentos com destreza e consciência corporal

Segundo (Moss, 2011) O número de crianças atendidas em escolas infantis vem aumentando devido às metas governamentais em todo o mundo que apontam que a escolarização pode reduzir as desigualdades sociais, tornando-se assim alvo de pesquisas.

Portanto, foi realizada a pesquisa intitulada "Música em movimento no berçário: potencializando o desenvolvimento integral", dos autores Rute Estanislava Tolocka, Kelly Cristina Freire Siqueira, Renato Mendes e Mayara Mascarenhas de Lima. As atividades consistiam em duas etapas: na primeira, ocorria a exploração livre dos materiais em conjunto com uma música; já na segunda, ocorria sem os materiais, estimulando os bebês a realizarem movimentos. Essas atividades estimularam a expressão corporal como forma de comunicação, e tanto pais quanto professores expressaram aceitação pelo programa.

"A alfabetização é um período da educação infantil que compreende uma fase de aprendizagem e descoberta em que a cada dia os estudantes se desenvolvem mais e se realizam em cada nova descoberta" (Lima, Jung, Silva, 2019, p. 1). A revisão de literatura desses autores mostra que a música pode ser usada para estimular os educandos durante o período de alfabetização, pois é uma maneira de tornar a aprendizagem mais entusiasmada e alegre. Além disso, o uso da música pode ser realizado nas mais variadas áreas do conhecimento, permitindo que o docente desenvolva temas como números, datas comemorativas, poesias, folclore, gramática, história e geografia. Como exemplificado na seguinte citação: "A música, os sons, as rimas, tudo auxilia no desenvolvimento da percepção sonora, que está diretamente ligada ao plano fonológico" (SARAIVA; PEREIRA, 2010, p. 148).

No entanto, a música como aspecto pedagógico não deve seguir uma abordagem militarizada, ou seja, uma abordagem de barbárie. Isso ocorre porque "A barbárie da educação reflete a barbárie social e as contradições postas pela própria natureza do Estado nesse contexto

de sistema econômico" (Santos, 2022, p. 1). Uma educação musical mais militarizada estaria vinculada ao patriotismo e ao simbolismo, tornando a aprendizagem da música fechada, com foco maior no aspecto instrumental, com o professor atuando como um maestro, utilizando muita teoria musical, solfejo e ditado rítmico, seguindo semelhanças com o processo de formação de músicos nos quartéis. A partir desse ponto, uma educação musical militarizada pode restringir a emancipação do ser humano e, conseqüentemente, atrasar seu desenvolvimento.

Além disso, as artes no espaço escolar vêm perdendo seu sentido como arte, pois ao se tornarem componentes das grades curriculares, elas foram moralizadas, intelectualizadas e relacionadas de modo simplista ao prazer hedonista. Isso ocorre devido ao atual momento da sociedade, que segue uma abordagem mercadológica. (Vigotski, 2001)

A abordagem Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) é importante no cenário do ensino fundamental. Diante disso, foi realizada uma pesquisa em uma escola municipalizada em Duque de Caxias (RJ). Para o planejamento das oficinas, a música foi selecionada utilizando o site www.letrasdemusica.com.br. A canção escolhida foi "Lixo no Lixo" do grupo Falamansa. A segunda etapa consistiu na aplicação da oficina, com duração de três horas, envolvendo questionamentos sobre a letra da canção que priorizavam a discussão e reflexão do grupo, a interpretação da música e a relação com os conceitos sociocientíficos. O próprio estudo concluiu que "A oficina de música possibilitou uma prática docente mais dinâmica e desenvolveu nos discentes capacidades argumentativas e postura analítica acerca da ciência e tecnologia, contribuindo para o estímulo da alfabetização científica no primeiro segmento do Ensino Fundamental" (Dias, Messeder, 2017, p. 10).

METODOLOGIA

A - ABORDAGEM DA PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem mista. A abordagem mista, conforme descrita por Cresswell (2010), é conceituada como uma combinação ou mesclagem tanto do método qualitativo quanto o quantitativo, assim ele propõe a obtenção de dados mais confiáveis e uma compreensão mais aprofundada desses dados.

B - NÍVEL DA PESQUISA EXPLORATÓRIO

A pesquisa adota o nível exploratório. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, visando aprimorar a formulação de questões e a identificação de variáveis relevantes, sem a preocupação imediata em fornecer respostas definitivas.

C - LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida na Universidade Estadual do Pará (UEPA) Campus XIII, localizado na cidade de Tucuruí- PA.

D - POPULAÇÃO E AMOSTRA:

A população-alvo compreende de 17 pessoas, na faixa etária entre 20 à 30 anos, do sexo masculino e feminino

E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O meio de obtenção de dados é um questionário estruturado composto por 11 perguntas de resposta fechada. Segundo a definição fornecida pelo autor Creswell (2007) questionários fechados oferecem respostas pré-determinadas aos participantes, proporcionando consistência e facilidade na análise quantitativa. Ele destaca a utilidade desses questionários na obtenção de dados estruturados, contribuindo para abordagens de pesquisa mais objetivas e mensuráveis.

E duas perguntas com respostas abertas. Segundo Creswell (2007) caracteriza questionários abertos como instrumentos de coleta de dados nos quais os participantes são livres para responder em suas próprias palavras, sem restrições predefinidas nas opções de resposta. Totalizando 13 perguntas.

F - ANÁLISE DE DADOS:

A análise dos dados será realizada utilizando a plataforma Excel como ferramenta analítica. O Excel é um software amplamente utilizado para manipulação e análise de dados, oferecendo recursos avançados de cálculo, organização e visualização.

Nesta etapa da pesquisa, os dados coletados serão inseridos em planilhas do Excel, permitindo a organização sistemática das informações. Serão utilizadas fórmulas e funções do Excel para realizar cálculos estatísticos, como média, desvio padrão, frequência e correlação, a fim de obter insights e compreender os padrões presentes nos dados.

Além disso, o Excel oferece recursos gráficos poderosos que possibilitam a criação de gráficos e visualizações para representar os dados de forma clara e compreensível. Gráficos de barras, linhas, dispersão e de pizza podem ser gerados para destacar tendências, relações e distribuições nos dados.

A plataforma Excel também permite a realização de análises mais avançadas, como análise de regressão, análise de variância (ANOVA) e análise de séries temporais, através do uso de ferramentas estatísticas e complementos específicos.

Ao utilizar o Excel como ferramenta analítica, busca-se obter uma compreensão aprofundada dos dados coletados na pesquisa, identificar padrões e tendências, e fornecer uma base sólida para a tomada de decisões e conclusões embasadas nas informações obtidas.

Foram realizadas análises de conteúdo para as duas perguntas abertas do questionário. Essa técnica permitiu identificar e categorizar os temas, conceitos e padrões presentes nas respostas dos participantes. Através dessa análise, obtivemos uma compreensão mais aprofundada dos dados qualitativos coletados, proporcionando insights importantes para a pesquisa.

G - ASPECTOS ÉTICOS:

Este estudo seguirá as orientações éticas estipuladas pela Resolução CNS nº 510/2016, que estabelece as normativas para a condução de pesquisas envolvendo indivíduos. A obtenção do consentimento livre e esclarecido de todos os participantes será devidamente realizada através da aplicação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento será redigido de maneira transparente e compreensível, apresentando informações detalhadas sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios associados à pesquisa.

Antes de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes terão a oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas, assegurando que seu consentimento seja dado de maneira voluntária e informada. A privacidade, confidencialidade e integridade dos dados coletados serão cuidadosamente preservadas. Além disso, a pesquisa passará por uma avaliação prévia e aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo a conformidade com as normas éticas estabelecidas na resolução mencionada. O compromisso com o respeito aos direitos e ao bem-estar dos participantes é de extrema importância em todas as etapas deste estudo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Gráfico 1 – Quantidade de alunos presentes por gênero em uma sala de aula no curso de educação física na Universidade do Pará

Qual seu gênero?
17 respostas

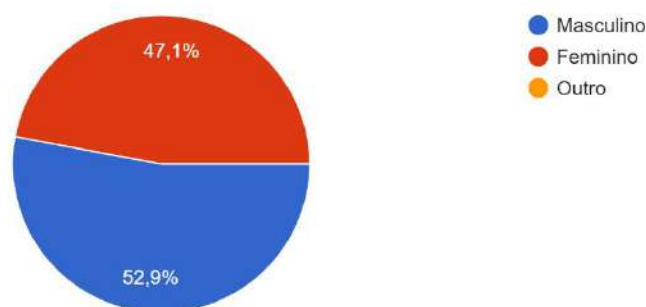
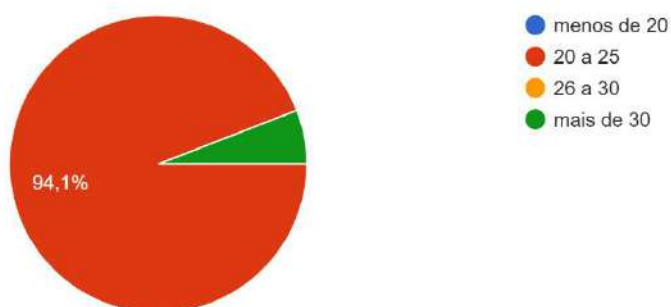


Gráfico 2 – Quantidade de alunos presentes por faixa etária em uma sala de aula no curso de educação física na Universidade do Pará

Qual sua idade?

17 respostas



Nos gráficos 1 e 2 pode-se traçar o perfil de quem participou da pesquisa, observa-se que são 17 respostas, ou seja, 17 alunos sendo 9 homens e 8 mulheres, além disso é possível ver que faixa etária condiz com uma sala de aula universitária do quarto semestre, pois não se tem alunos com menos de 20 e 94,1% são de 20 a 25, no entanto tem 1 aluno com mais de 30 anos.

Gráfico 3 – Pergunta sobre racismo com os alunos

Você acha que o é racismo frequente no Brasil?

17 respostas

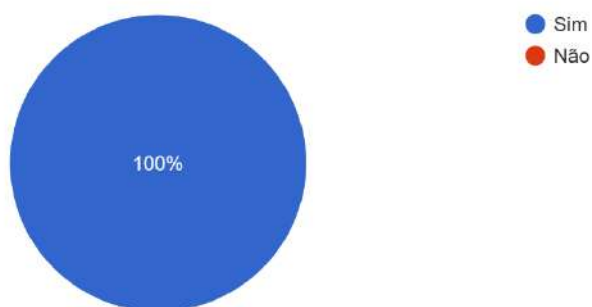


Gráfico 4 – Pergunta sobre práticas antirracistas com os alunos

Você já ouviu falar sobre práticas antirracistas?

17 respostas

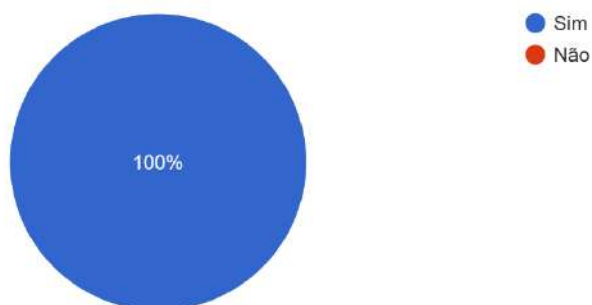
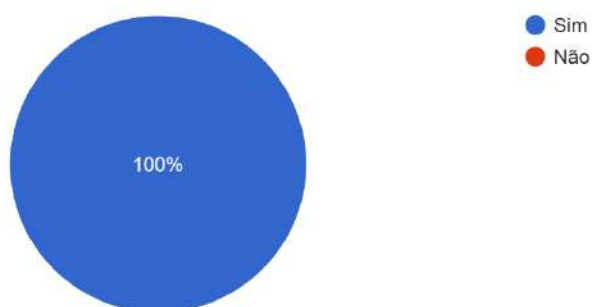


Gráfico 5 – Pergunta sobre se práticas antirracistas são importantes dentro de um contexto escolar com os alunos

Você acha que as práticas antirracistas são importantes dentro da escola ou universidade ?

17 respostas



O racismo moderno não se manifesta apenas através de atitudes individuais discriminatórias, mas está embutido em instituições, estruturas e práticas sociais. O racismo estrutural moderno, é muitas vezes indireto e opera por meio de mecanismos institucionais que perpetuam desigualdades raciais. (Silva, 2003)

Entretanto, vemos que gráfico 3 é possível notar que todos responderam “sim”, logo, os alunos percebem o racismo que muitas vezes as pessoas não conseguem notar.

De acordo com Almeida (2019), a educação tem o potencial de intensificar o racismo. Nesse contexto, percebemos a escola como um ambiente ambíguo, capaz tanto de reproduzir

preconceitos presentes na sociedade quanto de se tornar um local de consolidação de práticas antirracistas. Isso pode ser alcançado por meio de um conjunto de ações que visem, acima de tudo, romper com a estrutura de poder existente, a qual valida o racismo.

No gráfico 4 e 5 são perguntas sobre práticas antirracistas, e nas duas o “sim” foi 100%, ou seja, é notório que os alunos foram instruídos corretamente, pois é logicamente que alunos de uma universidade tem do curso licenciatura tem que ter no mínimo ter ouvido falar, então também é logico que as práticas antirracistas são de extrema importância. Porém se a pesquisa fosse em uma escola de ensino médio ou fundamental o resultado seria deferente.

Gráfico 6 – Pergunta se já escutaram alguma música que aborda o tema racismo

Já ouviu alguma música sobre esse tema?

17 respostas

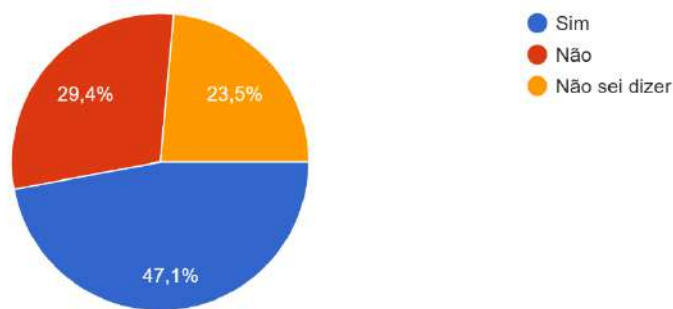
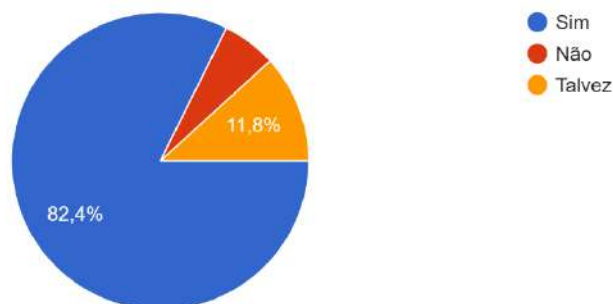


Gráfico 7 – Pergunta alguma música poderia ser utilizada como prática antirracista

Para você a musica serviria como uma prática antirracista?

17 respostas



É possível observar que nos gráficos 6 que está majoritariamente para a resposta “sim”. Isso se deve pois: Segundo (Andrade, 2021) As músicas têm o poder de retratar inclusive as discrepâncias sociais existentes nos diversos ambientes do Brasil. Embora abordem temas impactantes, as músicas proporcionam uma abertura para reflexões e análises críticas sobre as disparidades e a escassez de oportunidades existentes na periferia da maior metrópole do país.

No entanto há muitos que não sabem e que nunca ouviram músicas que abordam ao racismo, isso se dá por conta que os as músicas que estão no topo das paradas não abordam sobre tal pauta, entretanto no sistema escolar deveria ser abordado autores ou cantores clássicos como: Djavan, Jorge Ben Jor e Arlindo Cruz, então nota-se uma falha, ou por parte do sistema ou professor.

Já no gráfico 7, os alunos se mostraram bem a favor da música como prática antirracista, isso se dá por conta de os alunos terem estudado práticas antirracistas. Mas uma pequena parte se mostra contrária, então ou não sabem se realmente seria eficaz ou de fato não seria uma boa prática antirracista.

Gráfico 8 – Pergunta se os alunos já presenciaram “brincadeiras racistas

Você já presenciou "brincadeiras" racistas dentro da universidade ou escola?
17 respostas

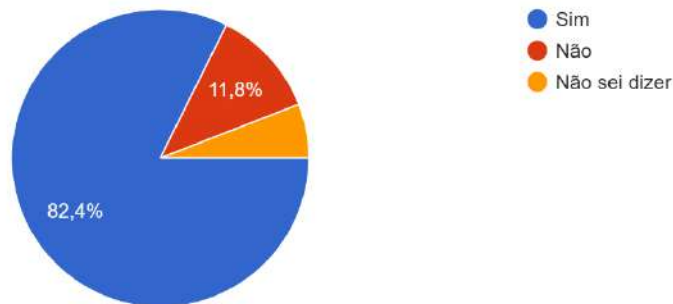
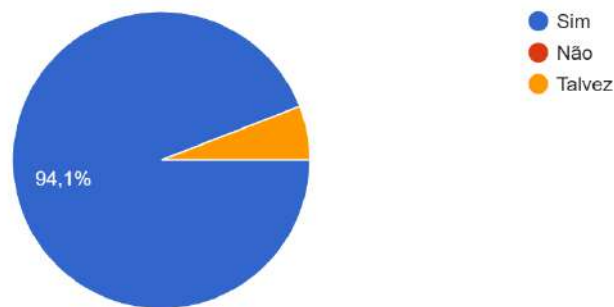


Gráfico 9 – Pergunta se “brincadeiras” feitas no âmbito escolar podem ser racistas

Você acha que "brincadeiras" feitas por alunos podem ser racistas?

17 respostas



A permanência do fenômeno conhecido como "racismo recreativo", conforme definido por Adilson Moreira (2019), refere-se à utilização de humor racista com a finalidade de disseminar representações estereotipadas associadas às minorias raciais. Esse tipo de humor busca, simultaneamente, diminuir essas comunidades e colocá-las em uma posição subalterna, enquanto contribui para a preservação do status cultural que beneficia um grupo racial dominante.

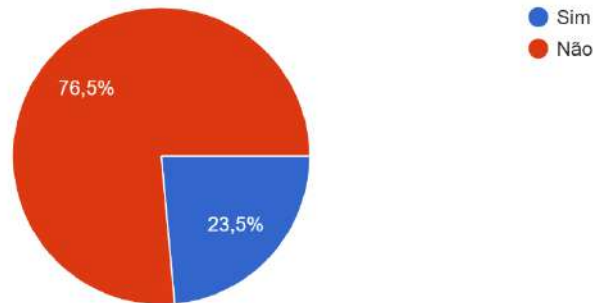
O gráfico 8 mostra que a maior parte dos alunos já presenciaram racismo no âmbito escolar essas “brincadeiras”, então observa-se que no ensino escolar devemos alertas a todos sobre tais brincadeiras racistas que seus filhos podem estar cometendo e tentar com a escola e professor erradicar. O gráfico 9 mostra de forma avassaladora que brincadeiras podem ser racistas, então temos alunos que sabem que o racismo está presente no âmbito escolar.

Então vemos como esse pode ser péssimo como ressalta (Oliveira, 2022) que ao longo da história, homens e mulheres negros têm expressado insatisfação em relação às experiências cotidianas nas escolas, seja em interações com professores, funcionários ou colegas. Muitos estudantes têm enfrentado um ambiente escolar hostil devido à disseminação do racismo nesse contexto. O cotidiano é muitas vezes opressor, com estudantes negros frequentemente se sentindo constrangidos devido a gestos, imposições, brincadeiras e piadas

Gráfico 10 – Pergunta com os alunos se eles têm conhecimento sobre a lei 7.716

Você tem conhecimento sobre a lei 7.716?

17 respostas



Aqui vemos uma falha no sistema educacional, pois uma lei tão importante como essa deveria ser conhecida. É a lei que criminaliza o racismo então, é onde os próprios alunos poderiam consultar para saber se sofreram racismo e assim saber seus direitos.

Houve duas perguntas abertas, “Qual sua sugestão de práticas antirracistas, que poderia ser utilizada na Universidade” e “ Qual sua opinião sobre essa atividade desenvolvida ? ”. Na primeira pergunta metade das respostas foram tiveram palestras ou rodas de conversas na respostas uma deles foi “ Uso de palestras para uma maior conscientização do público” em um outra resposta “Palestras de conscientização e apresentar figuras negras importantes que mudaram ou contribuíram para história”, como o questionário veio antes da apresentação e análise músicas de artistas negros, os alunos não tinham ideia, porém fizemos porém nessa resposta já mostramos logo após.

Outro tipo de respostas abordou a questão de repreensão “ Falar mais sobre o assunto e saber se impor sobre as brincadeiras mesmo que ela não seja comigo, mesmo que eu não seja uma pessoa preta” e Repreender piadas preconceituosas “, então aqui observa-se que muitas vezes as pessoas sabem que outras pessoas estão sofrendo racismo e não fazem nada para combater. Uma resposta interessante foi “ Além da semana da conscientização negra, outras práticas, como jogos ou brincadeiras de origens africanas, assim mobilizando um público sobre as brincadeiras e suas origens”, pois mostra que podemos fazer uma aula com brincadeiras africanas para conhecer melhor a cultura deles e deixar a aula divertida. Uma mudança estrutural educacional pode ser necessária segundo um aluno que diz “Disciplina voltada pra educação anti racista para os cursos de licenciatura”.

Já na segunda pergunta houve muitas respostas curtas, porém positivas como “ boa muito boa” , “ Eficaz”. Demonstra que foi uma abordagem boa, para exemplificar mais ainda teve duas respostas que disseram que foi uma boa alternativa, na mesma via uma outra resposta

mostra que não é tão bem conhecida essa abordagem música e combate ao racismo como vemos nessa resposta “Importante, pois eu nunca participei de uma atividade antirracista desenvolvida pela música”. Outra grande palavra inserida nas respostas foi importância “Muito interessante, toda atividade sobre esse tema é de suma importância”, “Importante, pois é sempre importante falarmos sobre o tema”, então vemos que só de falarmos sobre o combate do racismo já demonstra que é um tema importante, então logo urge que mais professores falem desse tema, para mostrar aos alunos que o tema é sim importante.

Entretanto tivemos uma resposta menos positiva “Buscaria outras formas de embasamento, sobre o presente tema. Entretanto, não deixa de ser uma via”, mostra que nem todos gostam desse tipo de abordagem.

CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada, conclui-se o impacto das vivências de práticas antirracistas por meio da música entre universitários do curso de Educação Física proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a percepção dos estudantes em relação a essas práticas.

Os objetivos específicos foram alcançados ao examinar a percepção dos universitários sobre as práticas antirracistas por meio da música, avaliou-se a efetividade das atividades utilizadas para as mudanças resultantes nas atitudes em relação ao racismo. A pesquisa também buscou responder a questões norteadoras, destacando o papel da música na conscientização e reflexão sobre o racismo fazendo com que houvesse um impacto na desconstrução de estereótipos raciais e na valorização da diversidade.

Os resultados desta pesquisa indicam que as vivências de práticas antirracistas por meio da música têm o potencial de contribuir significativamente para a formação de profissionais de Educação Física, pois a maioria dos alunos mostrou conhecimento acerca das práticas antirracistas e concordou que a música pode ser uma dessas. Então observou-se que a música pode ser uma prática antirracista se bem aplicada e adaptada para aquele contexto escolar que o professor se insere.

REFERÊNCIAS

DIAS, Greiciele; MESSENDER, Jorge. Harmonia entre a prática pedagógica de professores de ciências e a música popular brasileira: possibilidades para um ensino CTS. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 1 (2017). Abr, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rbect/article/view/5721>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DE SOUZA ROCHA, B.; De Paula E Silva Andrade, L. A música como ferramenta antirracista no ensino de cartografia escolar. **Revista Ciranda**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 268–279,

2021. DOI: 10.46551/259498102021042. Disponível em:
<<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4540>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

LIMA, Diandra; JUNG, Hildegard; SILVA, Loiuse. O uso da música na alfabetização: desenvolvimento integral. **Cadernos na pedagogia**, v. 13 n. 25 (2019): Dossiê "Práticas Pedagógicas e o fazer docente no Ensino Fundamental". Set, 2019. Disponível em:
<<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1201>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

OLIVEIRA, Elissânia da Silva. **É só de brincando, tia!" racismo recreativo em apelidos, piadas e brincadeiras no ambiente escolar**. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

PEDERIVA, P. et al.. Os Signos Artísticos e a Educação Estética em Vigotski. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e116929, 2022.

SANTOS, M. C. DOS .. Educação Musical Escolar em Tempos de Militarização e Barbárie. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e117760, 2022.

TABORDA, Rosimeire Batista Sampaio; SILVA, Fabio Jose Antonio Da. A Relação Da Música Com O Desenvolvimento Psicomotor. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 373–385, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i4.974. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/974>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TOLOCKA, R. E.; FREIRE SIQUEIRA, K. C.; MENDES, R.; De Lima, M. M. Música e movimento no berçário: potencializando o desenvolvimento integral. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. DOI: 10.5216/rpp.v22.51622. Disponível em:
<<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/51622>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

INFLUÊNCIA DE PALESTRAS NAS PERCEPÇÕES ANTIRRACISTAS DOS ALUNOS DO 9º ANO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

<https://doi.org/10.58976/978-65-982699-0-6-cap8>

Daniela da Silva Machado¹

Erik Silva Gonçalves

Franciane Estumano da Silva

Marcos Vinicius Mendes Ribeiro

Rafael Santos de Nazaré

RESUMO

A pesquisa investigou a influência de palestras sobre o racismo na percepção dos alunos do 9º ano em uma escola pública. A metodologia desse estudo é de abordagem quantitativa. Foi realizada um relato de experiência por meio de observações e aplicação de um questionário, para compreender a percepção dos alunos sobre o racismo e a importância das práticas antirracistas. Conclusão: As pesquisas contribuíram para uma maior conscientização sobre o racismo e incentivaram a adoção de práticas antirracistas entre os alunos do 9º ano da escola pública, criando um ambiente mais inclusivo e igualitário, promovendo a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chaves: Racismo. Palestra. Educação

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada "A influência de palestras sobre práticas antirracistas e racismo na percepção dos alunos do 9º ano da Escola Estadual Ana Pontes Francez" tem como objetivo geral investigar a influência das palestras sobre práticas antirracistas e racismo na percepção dos alunos do 9º ano, visando promover a conscientização sobre o racismo, estimular a reflexão crítica e fomentar a adoção de práticas antirracistas entre os estudantes.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo é avaliar o conhecimento prévio dos alunos do 9º ano sobre o racismo e suas manifestações antes das palestras. Isso será realizado por meio da aplicação de questionários que permitirão identificar o nível de conhecimento dos alunos sobre o tema.

O segundo objetivo é investigar a influência das palestras sobre práticas antirracistas e racismo na percepção e compreensão dos alunos em relação ao tema. Serão realizadas observações e registros durante as palestras, além da análise dos materiais utilizados, a fim de identificar como as palestras impactam a percepção e compreensão dos alunos sobre o racismo e a importância das práticas antirracistas.

¹Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPa. E-mail: danimaa8@gmail.com

O terceiro objetivo é analisar a percepção dos alunos sobre a importância das práticas antirracistas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, serão realizadas entrevistas individuais ou em grupo, permitindo coletar informações sobre como os alunos percebem a relevância das práticas antirracistas e se houve mudanças de atitude e comportamento após a participação nas palestras.

Esses objetivos específicos têm como finalidade compreender o conhecimento prévio dos alunos, avaliar a influência das palestras na percepção e compreensão do tema e analisar a importância atribuída às práticas antirracistas, bem como possíveis mudanças de atitude e comportamento dos alunos após a participação nas palestras. Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para promover a conscientização sobre o racismo e fomentar a adoção de práticas antirracistas entre os alunos do 9º ano da Escola Estadual Ana Pontes Francez.

A problemática desta pesquisa consiste em investigar como as palestras sobre práticas antirracistas e racismo influenciam a percepção dos alunos do 9º ano da Escola Estadual Ana Pontes Francez, bem como promovem a conscientização e a adoção de práticas antirracistas entre eles.

Para responder a essa problemática, três questões norteadoras foram delineadas. A primeira questão busca compreender qual é o nível de conhecimento prévio dos alunos do 9º ano sobre o racismo e suas manifestações antes das palestras.

A segunda questão norteadora tem como objetivo investigar de que forma as palestras sobre práticas antirracistas e racismo impactam a percepção e compreensão dos alunos em relação ao tema.

A terceira questão norteadora busca compreender como os alunos percebem a importância das práticas antirracistas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como investigar se houve mudanças de atitude e comportamento após a participação nas palestras.

Este artigo foi organizado em três seções principais, cada uma abordando um aspecto crucial relacionado ao tema do racismo e da educação antirracista na escola.

Na primeira seção, exploraremos as características do racismo. Discutiremos suas origens, formas de manifestação e impactos na sociedade. Será apresentado um panorama abrangente para que possamos compreender melhor a natureza complexa desse fenômeno.

Na segunda seção, nos dedicaremos a discutir as práticas antirracistas. Serão apresentadas estratégias, abordagens e iniciativas que visam combater o racismo e

promover a igualdade racial na escola. Exemplos de ações inclusivas, programas educacionais e sensibilização serão abordados, destacando sua importância na construção de um ambiente escolar mais justo e livre de discriminação.

Na terceira e última seção, abordaremos especificamente a questão do racismo na escola. Serão analisados casos concretos, relatos de experiências e estudos que evidenciam a presença do racismo nas instituições de ensino. Também serão discutidos os desafios enfrentados nesse contexto e possíveis caminhos para superar esse problema, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.

Ao organizar o artigo dessa forma, buscamos proporcionar uma visão abrangente e detalhada sobre o tema, abordando tanto os aspectos teóricos quanto as práticas concretas relacionadas ao racismo e à educação antirracista na escola.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRIA DO RACISMO

Ao considerarmos a origem do racismo, podemos percebê-lo como resultado de um conceito de raça. Etimologicamente, a palavra "raça" tem origem no termo italiano "razza", que, por sua vez, deriva do latim "ratio", que significa categoria de espécie, segundo Carl Van Linné. O determinismo racial de Lombroso e o darwinismo social, que estabelecem comparações entre características físicas e morais, influenciam a discussão sobre o racismo, baseada na história dos conflitos entre diferentes grupos étnicos. (Munanga,1999)

Diante dessa dimensão destrutiva, a opressão racial se manifesta por meio de diversos tipos de discriminação contra pessoas negras. Existe uma falta de sensibilidade em relação à escassez do acesso, em grande parte, da população negra, aos direitos sociais mais básicos, como educação, moradia e saúde. No âmbito da participação política, os cargos nos órgãos executivo, legislativo e judiciário são exclusivamente ocupados por pessoas brancas, com exceções raras que confirmam essa regra. (Aristoteles,2002)

Muitos estabelecimentos, incluindo bancos, comércios, linhas aéreas, universidades e instituições públicas e privadas, têm a prática de contratar apenas pessoas de raça branca, o que resulta, em muitos casos, na prestação de serviços de qualidade inferior à maioria da população negra. (Moore,2017)

É importante destacar que a visão de que o racismo seja uma experiência contemporânea, com raízes exclusivamente na escravização dos povos africanos pelos europeus a partir do século XVI, não se sustenta historicamente. Embora essa seja uma

perspectiva dominante, ela não encontra respaldo em pesquisas sérias. Da mesma forma, a ideia de que o racismo teve um único local e período de origem não parece condizente com a realidade histórica. (Madlangbayan,2019)

O racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifestou ao longo de diferentes períodos e em diversas regiões do mundo. Suas origens podem ser rastreadas em diferentes contextos históricos, como as formas de discriminação e hierarquização social presentes em diversas culturas antigas. Além disso, o racismo não se restringiu apenas à escravidão africana, mas também esteve presente em outras formas de exploração e opressão ao longo da história. (Dumont,1992)

Portanto, é necessário ampliar nossa compreensão do racismo, reconhecendo sua complexidade histórica e sua presença em diferentes sociedades ao longo do tempo. Isso nos permite ter uma visão mais abrangente e precisa desse fenômeno, contribuindo para uma análise mais completa e embasada.

Segundo Almeida (2018), os conceitos de raça e racismo são fundamentais para compreendermos a sociedade contemporânea, uma vez que eles têm desempenhado um papel estruturante nas relações sociais brasileiras. O autor argumenta que esses conceitos fornecem a base, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social atual (ALMEIDA, 2018).

2.2. PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E RACISMO NA ESCOLA

Este texto tem como objetivo abordar a importância das práticas antirracistas na sociedade atual, especialmente no contexto escolar. Apesar de ser um tema relevante, o racismo muitas vezes ocorre de maneira velada ou não reprimida dentro das salas de aula. Nesse sentido, é fundamental avançar na luta contra esse preconceito.

A promotora de justiça baiana, Livia Sant'Anna Vaz (2020), destaca a necessidade de ir além do discurso e reconhecer o privilégio da população branca. Ela ressalta que o racismo existe e causa danos às pessoas, e defende a importância de utilizar espaços onde a voz dos negros geralmente não é ouvida para promover discussões. A omissão e o silêncio diante do racismo apenas contribuem para perpetuá-lo.

No entanto, ainda há falta de compreensão sobre o próprio conceito de "antirracismo". Conforme Troya e Carrington (1990), a educação antirracista abrange uma variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas que visam

promover a igualdade racial e eliminar a discriminação e a opressão, tanto no âmbito individual quanto institucional.

É importante ir além de simplesmente não praticar o racismo. Devemos evitar piadas e brincadeiras discriminatórias, mesmo quando estamos em ambientes informais. Se nos calarmos diante do racismo, nos tornamos cúmplices desse crime. Devemos repreender e repudiar todas as formas de racismo, inclusive o racismo estrutural presente em nossos ambientes sociais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2022, 56% da população brasileira se autodeclarou negra. No entanto, os negros ainda enfrentam desigualdades socioeconômicas significativas: apenas 17% dos mais ricos são negros, enquanto três quartos da população mais pobre é composta por negros.

Apesar disso, o povo negro continua resistindo e lutando por um convívio diário livre de discriminação racial e opressão. É importante entender que essa luta não é exclusiva dos negros e que não basta apenas não ser racista. Devemos nos posicionar contra esse preconceito, que está presente em nossas instituições de educação devido às raízes históricas do colonialismo.

Munanga (2005) aborda a existência de preconceitos enraizados que permeiam o ambiente escolar. Ele enfatiza que os materiais didáticos, como livros, imagens e vídeos, carregam conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação a povos e culturas não ocidentais. Esses preconceitos também se manifestam nas relações sociais entre alunos e entre alunos e professores no contexto escolar.

É importante ressaltar que a luta contra a discriminação racial é uma responsabilidade de todas as pessoas, independentemente da cor da pele (Oliveira, 2020). Conforme destacado por Oliveira (2020), combater o racismo em comunidades onde ele é negado no cotidiano é um trabalho político de longo prazo. Não devemos ter a ingenuidade de acreditar que, em curto ou médio prazo, o racismo vai desaparecer ou ser neutralizado por meio de discursos antirracistas. As práticas antirracistas são contrárias a um mundo baseado em pensamentos hierárquicos coloniais equivocados e ignorantes.

2.3 RACISMO NA ESCOLA

A presença do preconceito racial na sociedade é uma realidade constante, manifestando-se de maneira evidente ou velada. Infelizmente, as estruturas

institucionais também não estão isentas desse problema, apesar de seu papel fundamental em fornecer educação acadêmica, promover a cidadania, preparar para o futuro profissional, facilitar a socialização e contribuir para o crescimento pessoal. É inegável que essas instituições muitas vezes reproduzem o preconceito.

De acordo com Silva, Silva e Silva (2023), algumas ações ocorridas nas instituições escolares têm contribuído para a reprodução de práticas preconceituosas e discriminatórias em relação à raça, gênero, classe e outros sistemas de poder. Esses autores destacam a necessidade de uma reflexão crítica sobre tais práticas, visando transformar as instituições em espaços mais inclusivos, igualitários e respeitosos.

É fundamental reconhecermos a existência dessas dinâmicas preconceituosas e trabalharmos ativamente para combatê-las, tanto em âmbito individual quanto institucional. A construção de uma educação antirracista e o desenvolvimento de práticas inclusivas são passos essenciais para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar de algumas pessoas tentarem ignorar que o preconceito existe, infelizmente, ele está presente tanto entre os alunos quanto entre os professores e os demais profissionais que constituem as instituições, não só nos dias de hoje, mas ao longo do tempo, evidenciando como o sistema é frágil, como afirma a autora Mendes (2019). Na escola, frequentemente se deparam com casos de racismo, preconceito e discriminação. Muitas vezes, os profissionais enfrentam dificuldades em lidar com essas situações devido à falta de experiência, qualificação e, por vezes, incapacidade em lidar com a diversidade.

Segundo os autores Primo e França (2020), que frequentemente, crianças negras enfrentam o desafio de construir uma identidade e autoconceito negativos, levando à rejeição de seus traços e pertencimento racial, contribuindo assim para o desenvolvimento de baixa autoestima. Os impactos do preconceito racial na vida das pessoas são notáveis, refletindo em baixa autoestima, tristeza e, principalmente, desempenho escolar ruim, além da negação da identidade negra, onde ver a própria origem como algo ruim contribui para sentimentos de inferioridade.

Muitas vezes, as escolas representam a história do povo negro apenas com a escravidão sofrida, deixando de lado todas as figuras negras importantes que mudaram ou contribuíram para a história. São numerosos os filmes e documentários ressaltam as realizações de pessoas negras em diversas áreas da sociedade, essas produções podem

ser utilizadas como recursos pedagógicos para estimular o empoderamento negro. Uma proposta seria designar o dia 20 de novembro como o ápice de projetos realizados ao longo do ano, fortalecendo, assim, o empoderamento negro. (Freitas, Davel, Araújo, 2023).

Uma maneira adicional de promover essa representatividade é por meio dos brinquedos, especialmente para o público infantil. Conforme apontado por Carneiro e Russo (2020), a representatividade presente nos brinquedos pode desempenhar um papel decisivo na construção de uma imagem positiva de si mesmo ou de autoimagem, especialmente para crianças que se identificam com esses brinquedos. É essencial que esses objetos estimulem o conhecimento de si e do outro, ajudando a criança a se enxergar e a enxergar seus colegas, permitindo que o brinquedo incite reflexões na criança que brinca com ele. Essa diversidade é de extrema importância para que todas as crianças possam aprender a lidar com as diferenças presentes nos outros.

Uma abordagem eficaz para combater o racismo nas escolas é a implementação de uma educação antirracista. Isso implica em conscientizar os alunos sobre o tema, estimulando reflexões e debates em sala de aula, além de fornecer materiais educativos que promovam a diversidade e a igualdade racial. Os currículos escolares devem incluir conteúdos que abordem a história, a cultura e as contribuições dos povos negros e de outras etnias, evitando a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Além disso, é importante investir na formação dos professores, capacitando-os para lidar com questões relacionadas ao racismo e à discriminação. Os educadores devem estar preparados para promover um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

A criação de espaços de diálogo e escuta também é fundamental. As escolas devem incentivar a participação ativa dos alunos, permitindo que eles expressem suas experiências, dúvidas e preocupações. A promoção de eventos, palestras e atividades que valorizem a diversidade étnico-racial pode contribuir para a conscientização e a mudança de atitudes.

Por fim, é essencial que haja um comprometimento por parte das autoridades educacionais, dos gestores escolares e de toda a comunidade escolar em combater o racismo. Políticas institucionais claras e efetivas devem ser implementadas, garantindo que a igualdade racial seja uma prioridade em todas as esferas da educação.

Em resumo, o combate ao racismo nas escolas requer uma abordagem abrangente, envolvendo a conscientização dos alunos, a formação dos professores, a

inclusão de conteúdos antirracistas nos currículos, a promoção de espaços de diálogo e escuta, e o comprometimento das autoridades educacionais. Somente assim será possível construir escolas verdadeiramente inclusivas, onde a diversidade seja valorizada e o respeito prevaleça.

3. METODOLOGIA

Este texto é um relato de experiência que aborda a importância da escrita como forma de compartilhar conhecimentos e promover discussões sobre diversas temáticas. O conhecimento humano está intrinsecamente ligado ao aprendizado formal e às experiências socioculturais. Registrar essas experiências por escrito é uma maneira relevante de disponibilizar informações para a sociedade, especialmente por meio da internet, dada a capacidade do contexto contemporâneo informatizado. Assim, o objetivo desse conhecimento é contribuir para a formação das pessoas na sociedade em que vivem (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018).

A - ABORDAGEM DA PESQUISA

Abordagem de Pesquisa Mista: Este estudo adota uma abordagem de pesquisa mista. Conforme descrito pelo autor Creswell (2012), a abordagem mista é caracterizada pela combinação de dados quantitativos, como números e indicadores, que podem ser analisados usando técnicas estatísticas para obter informações rápidas e confiáveis sobre um grande número de observações. Além disso, a abordagem inclui o uso de técnicas qualitativas, como entrevistas abertas, para obter informações sobre as perspectivas dos entrevistados e explorar os aspectos subjetivos do fenômeno em estudo.

Reconhecemos que tanto as técnicas quantitativas quanto as qualitativas possuem vantagens e limitações específicas. Geralmente, são utilizadas com propósitos distintos. No entanto, ao integrar essas abordagens, é possível aproveitar o melhor de cada uma delas para responder a uma questão de pesquisa específica.

B - Nível da Pesquisa Exploratório

Este estudo adota o nível de pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema em estudo, buscando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Além disso, Bervian e da Silva (2007) destacam que a pesquisa exploratória é o primeiro passo em qualquer trabalho científico, sendo realizada quando o objetivo é investigar

um tema pouco estudado. Portanto, autores como Gil, Bervian e da Silva são referências importantes para compreender a natureza da pesquisa exploratória.

C - Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M) Ana Potes, localizada na cidade de Tucuruí, no estado do Pará.

D - População e Amostra

A população-alvo do estudo consiste em 20 pessoas, com idades entre 16 e 21 anos, de ambos os sexos.

E - Instrumento de Coleta de Dados

Para coletar os dados, foi utilizado um questionário estruturado composto por 11 perguntas de resposta fechada. De acordo com a definição fornecida pelo autor (ano), um questionário é uma ferramenta que permite obter informações de forma organizada e padronizada.

F - Análise de Dados

A análise dos dados será realizada utilizando a plataforma Excel como ferramenta analítica. De acordo com o autor (ano), o Excel é uma ferramenta poderosa para análise de dados e tomada de decisões. Com suas funções e recursos avançados, o Excel permite que os usuários organizem, analisem e visualizem dados de maneira eficiente e eficaz.

G - ASPECTOS ÉTICOS:

A pesquisa sobre práticas antirracistas com alunos do ensino fundamental foi fundamentada na Resolução 510/2016, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Em conformidade com essa resolução, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para todos os participantes da pesquisa. O TCLE é um documento no qual são apresentados de forma clara e acessível os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como os direitos dos participantes. Antes de participar, os pais ou responsáveis dos alunos foram devidamente informados sobre a natureza da pesquisa e concederam seu consentimento por escrito. Além disso, foram adotadas medidas para preservar a privacidade e a confidencialidade dos participantes, garantindo que suas

informações fossem tratadas de forma segura e anonimizada. Dessa forma, a pesquisa foi conduzida de maneira ética, respeitando os princípios de proteção e bem-estar dos participantes, conforme preconiza a Resolução 510/2016.

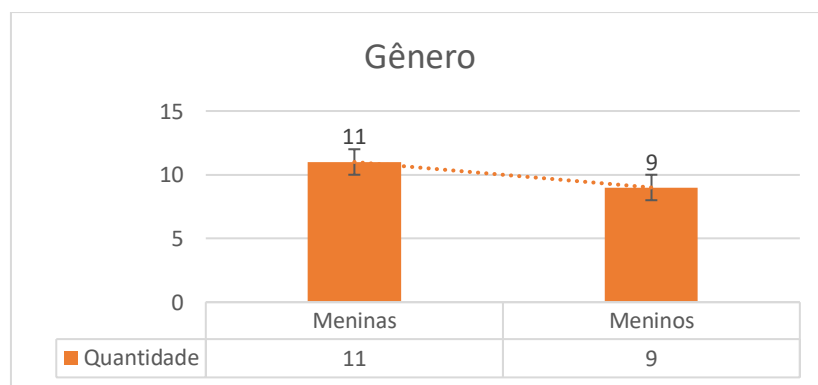
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Ana Pontes com 20 alunos do 9º ano, que foram objeto de estudo. Inicialmente, será apresentado o perfil dos alunos pesquisados, obtido por meio da aplicação dos questionários. Em seguida, será realizada a análise dos dados de cinco questões.

Gênero

Dentre os alunos pesquisados, constatou-se uma predominância do gênero feminino. É importante ressaltar que a pesquisa foi conduzida com uma amostra limitada de 20 alunos, correspondente a uma única turma do 9º ano do ensino fundamental. Apesar dessa limitação, é possível inferir algumas características do público-alvo do primeiro segmento. Na amostra analisada, foram identificadas 11 alunas e 9 alunos, conforme apresentado no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1

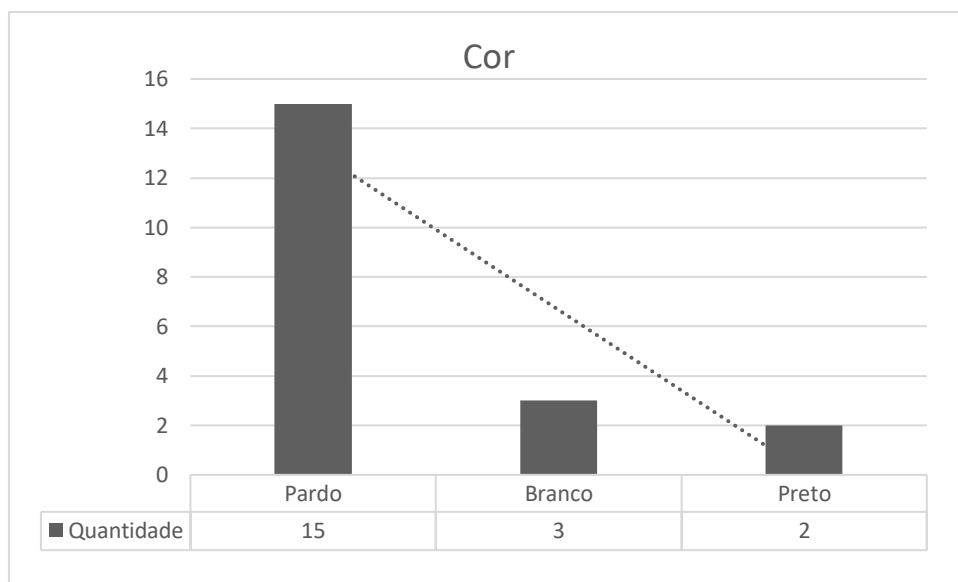


Cor Declarada

No que diz respeito à cor declarada, a maioria dos alunos autodeclara-se como parda, totalizando 15 alunos, seguido por 3 alunos que se declaram brancos, segundo (SELASSIE, 1963) “Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos,

haverá guerra”. Apenas 2 alunos se autodeclararam como pretos, como pode ser observado no gráfico 2 abaixo:

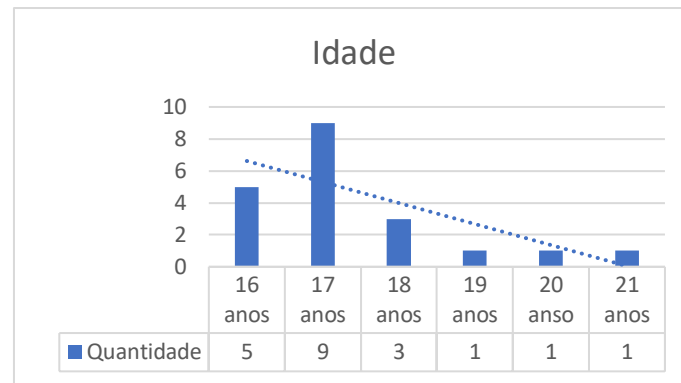
Gráfico 2



Idade

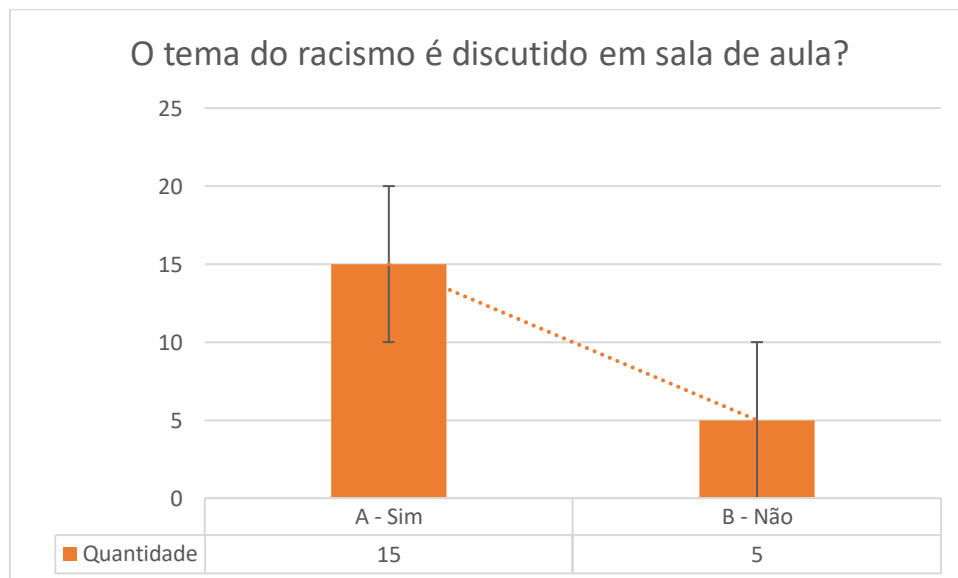
No questionário, foi solicitado que cada aluno indicasse sua idade. O aluno mais jovem relatou ter 16 anos, enquanto o aluno mais velho tinha 21 anos no dia da pesquisa. Em relação à faixa etária, a maioria dos alunos pesquisados está na faixa etária de 16 a 21 anos. Segundo afirma (NERI; FREIRE, 2000) "velhice é uma fase do ciclo da vida. Na perspectiva demográfica, tem seus limites dados por números, pois chegamos à velhice aos 60 anos de idade. Entre os termos mais usuais, temos: terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso, velho, meia-idade, maturidade, idade maior e idade madura." conforme demonstrado no gráfico 3, que ilustra a concentração das faixas etárias.

Gráfico 3



Partindo para as questões deste questionário, foram selecionadas 6 questões, incluindo uma única questão aberta. A pergunta realizada na questão 1 foi: "O tema do racismo é discutido em sala de aula?" Dos alunos entrevistados, 15 responderam afirmativamente, enquanto 5 responderam negativamente, conforme ilustrado no gráfico 4. segundo (MANDELA, 1993) "Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário."

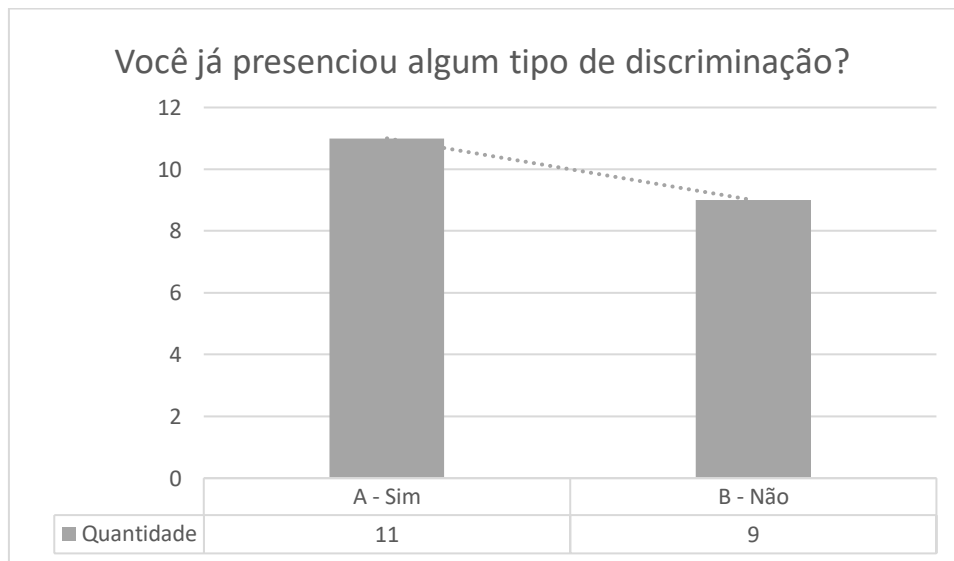
Gráfico 4



Na questão 2 do questionário, foi realizada a seguinte pergunta: "Você já presenciou algum tipo de discriminação?" Dos alunos entrevistados, 11 responderam que sim,

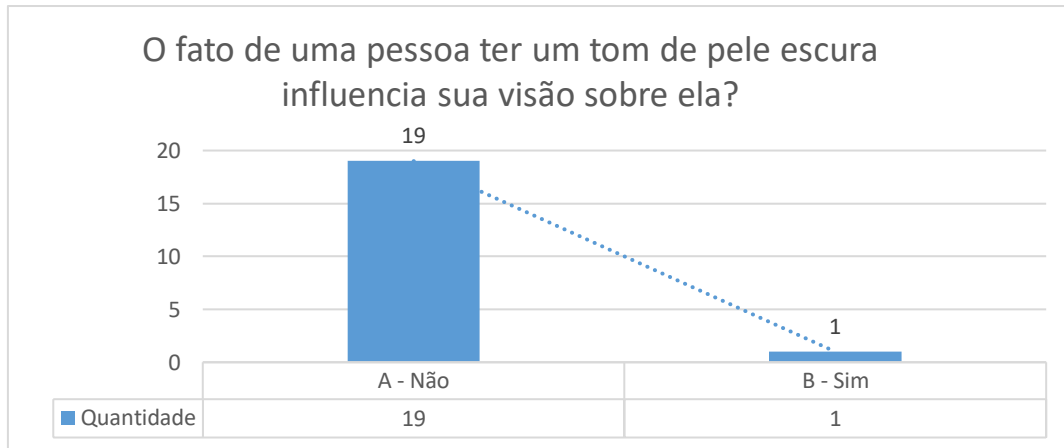
enquanto 9 responderam que não, conforme apresentado no gráfico 5. Afirma (LUTHER KING, 1963) “A discriminação dos negros está presente em cada momento das suas vidas para lembrá-los que a inferioridade é uma mentira que só aceita como verdadeira a sociedade que os domina.”

GRÁFICO 5



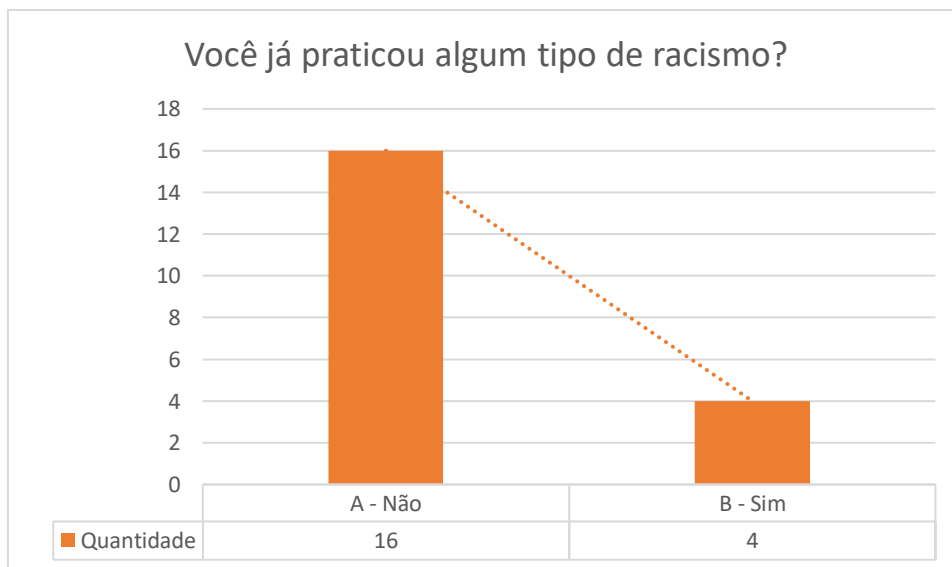
Na questão 3 do questionário, foi feita a seguinte pergunta: "O fato de uma pessoa ter um tom de pele escura influencia sua visão sobre ela?" Dos alunos entrevistados, 19 responderam que sim, enquanto apenas 1 respondeu que não. Esses resultados indicam que o preconceito ainda é uma questão preocupante nas escolas e destaca a importância contínua de discutir esse tema sempre que possível. Para (LUTHER KING, 1963) “Eu tenho um sonho de que um dia meus quatro filhos vivam em uma nação onde não sejam julgados pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter.”

Gráfico 6



Na questão 4 do questionário, foi feita a seguinte pergunta: "Você já praticou algum tipo de racismo?" Dos alunos entrevistados, 16 responderam que sim, enquanto 4 responderam que não. É preocupante observar que 4 alunos admitiram ter praticado algum tipo de racismo, o que destaca a necessidade de abordar essa questão de forma educativa e promover uma cultura de respeito e igualdade. Segundo (DAVIS, 2017) "Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista".

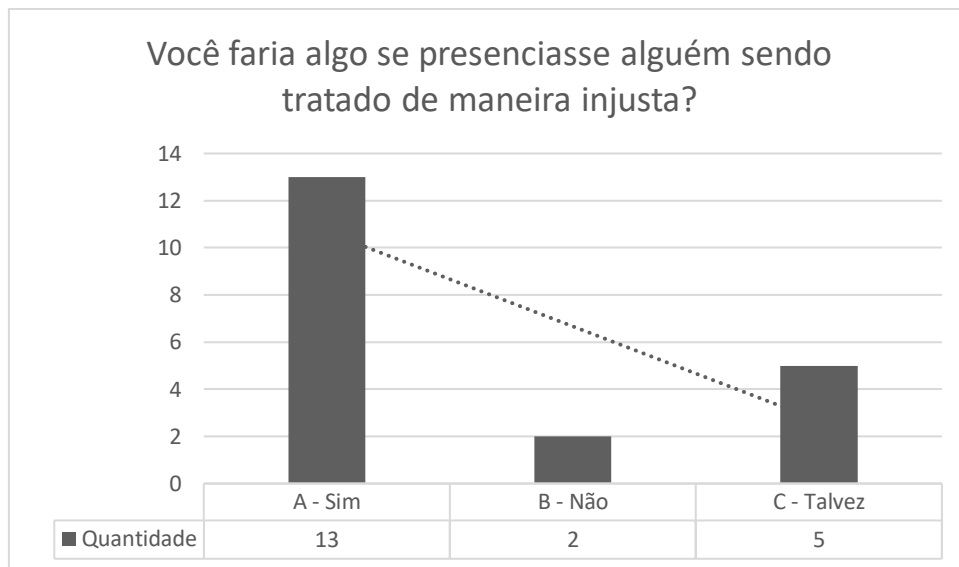
Gráfico 7



Na questão 5 do questionário, foi feita a seguinte pergunta: "Você faria algo se presenciasse alguém sendo tratado de maneira injusta?" Dos alunos entrevistados, 13 responderam que sim, 2 responderam que não e 5 responderam "talvez". Embora tenhamos obtido uma proporção significativa de respostas afirmativas, é preocupante notar que alguns alunos indicaram que não ajudariam ou têm incertezas sobre o assunto.

Isso evidencia a necessidade de promover a conscientização sobre a importância de agir contra situações de injustiça e incentivar atitudes de solidariedade e empatia. Para (MEDEIROS 2006) O verdadeiro amor acontece por empatia, por magnetismo, por conjunção estelar. (...) Ninguém ama outra pessoa porque ela é educada, veste-se bem e é fã do Caetano. Isso são só referências. Ama-se pelo cheiro, pelo mistério, pela paz que o outro lhe dá, ou pelo tormento que provoca.”

Gráfico 8



Na única questão aberta do questionário, que perguntava "Qual sua opinião sobre racismo?", recebemos respostas excelentes, mas uma delas chamou bastante atenção. A aluna A expressou sua opinião de forma impactante, dizendo: "Na minha opinião, o racismo é um crime muito feio, e acho que todos devem respeitar aqueles com cor diferente, estilo diferente. Somos todos iguais, todos do sangue vermelho." As palavras de A são muito pertinentes, ressaltando a importância do respeito mútuo e a igualdade entre todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele ou estilo. Devemos reconhecer e valorizar essa perspectiva, pois o respeito é fundamental em nossa sociedade. Afirma (CURY, 2002) "Acima de sermos negros, brancos, árabes, judeus, americanos, somos uma única espécie. Quem almeja ver dias felizes, precisa aprender a amar a sua espécie (...) se você amar profundamente a espécie humana, estará contribuindo para provocar a maior revolução social da história."

CONCLUSÃO

Concluindo, com base nos resultados obtidos, podemos afirmar que o questionário utilizado na pesquisa foi bem compreendido pelos respondentes, o que demonstra uma avaliação positiva em relação à influência das palestras nas percepções antirracistas dos alunos do 9º ano em uma instituição pública estadual. Esses resultados reforçam a importância do questionário como um instrumento valioso para avaliar a efetividade das palestras antirracistas.

É crucial ressaltar que a implementação de palestras antirracistas nas escolas desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização, da compreensão e da criação de ambientes mais inclusivos. Essas iniciativas contribuem para a desconstrução de estereótipos, promovem a diversidade e incentivam a igualdade, fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa.

No entanto, é preocupante constatar que, mesmo nos dias de hoje, o racismo ainda é evidente nas escolas e em diversos outros contextos sociais. Nesse sentido, é fundamental que as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas sejam revistas e aprimoradas para abordar de maneira mais abrangente o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Sugere-se que as escolas implementem práticas pedagógicas que vão além das palestras, como a inclusão de conteúdos curriculares que abordem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, a promoção de discussões e debates sobre discriminação racial, a incorporação de leituras e materiais que representem a diversidade racial, e a valorização de projetos e atividades que promovam a reflexão e a conscientização sobre o racismo.

Além disso, é importante que os educadores recebam formação contínua sobre educação antirracista, para que possam abordar o tema de forma adequada e sensível, e para que sejam capazes de lidar com situações de discriminação racial que possam surgir no ambiente escolar.

A implementação de práticas pedagógicas que visem combater o racismo e promover a igualdade racial é essencial para garantir um ambiente escolar inclusivo e para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BOCHINI, B. (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL, I. **"IBGE: Negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre"**. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

CARNEIRO, C. Z.; RUSSO, M. J. DE O. "A criança negra e a representatividade racial na escola". **Cadernos de educação**, v. 19, n. 38, p. 105–126, 2020.

DE FREITAS, J. L. A.; DE SOUZA DAVEL, M. R.; DA SILVA ARAÚJO, L. "As vivências e a luta contra o racismo na escola". **REGRASP - Revista para Graduandos / IFSP-Câmpus São Paulo**, v. 8, n. 4, p. 24–43, 2023.

DUMONT, L. **Homo Hierarquicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

ENTREVISTA COM CARLOS MOORE E SHAWNA MADLANGBAYAN. *Black Books Bulletin*, **Winter Issue**, v. 4, n. 33, 1976, p. 33.

IBDFAM. **"5 práticas antirracistas para implementar no dia a dia"**. 2021. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/8288/5+pr%C3%A1ticas+antirracistas+para+implementar+no+dia+a+dia>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores**, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEMO, A. C. L. **"Por uma infância com mais respeito: dialogando sobre racismo sob olhares das crianças de uma escola da cidade de Ipirá, Bahia"**. In: *História do Brasil: uma compreensão antropológica, social, filosófica e política*. v. 1. [s.l.] Editora Científica Digital, 2021. p. 209–224.

MENDES, A. C. L. Por uma infância com mais respeito: dialogando sobre racismo sob olhares das crianças de uma escola da cidade de Ipirá, Bahia. In **História do Brasil: uma compreensão antropológica, social, filosófica e política** (Vol. 1, pp. 209–224). Editora Científica Digital, 2021.

MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, L. F. de. "Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas". **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 11–29, 2020. Disponível em: <<https://abpnrevI> apologize for the incomplete response. Here are the remaining references in alphabetical order:

SANT'ANNA VAZ, L. Silenciar é ajudar a perpetuar o racismo. Defensoria Pública do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/silenciar-e-ajudar-a-perpetuar-o-racismo/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS MOREIRA-PRIMO, U.; XAVIER DE FRANÇA, D. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar?. **Revista UNIABEU**, v. 13, n. 33, p. 24–44, 2020.

SILVA, M. M. da; SILVA, J. W. de S.; SILVA, R. A. da. Cenas de racismo na escola: discursos dos/as jovens do Sertão do Pajeú. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 12, 2023.

TROYNA, B.; CARRINGTON, B. Education, racism and reform. **London:** Routledge, 1990.